

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ANTONIO DE PADUA GOMES D'ALMEIDA LINS

**TURISMO E MEIO AMBIENTE: O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO  
DE MARAGOGI, ALAGOAS**

Maceió  
2017

ANTONIO DE PADUA GOMES D´ALMEIDA LINS

**TURISMO E MEIO AMBIENTE: O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO  
DE MARAGOGI, ALAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Orientador: Prof. Dr. Lindemberg  
Medeiros de Araujo**

**Co-orientador: Prof. Dr. Walter Matias  
Lima**

Maceió  
2017

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

L759t Lins, Antonio de Padua Gomes D’Almeida.  
Turismo e meio ambiente: esgotamento sanitário no município de Maragogi,  
Alagoas / Antonio de Padua Gomes D’Almeida Lins. – 2017.  
208 f.: il.

Orientador: Lindemberg Medeiros de Araújo.

Coorientador: Walter Matias Lima.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 182-196.

Apêndices: f. 197-202.

Anexos: f.203-208.

1. Turismo. 2. Espaço urbano. 3. Meio ambiente. 4. Saneamento – Maragogi (AL). I. Título.

CDU: 711.55:504.03

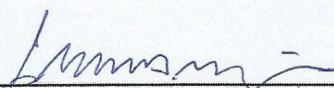
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Antonio de Padua Gomes D'Almeida Lins

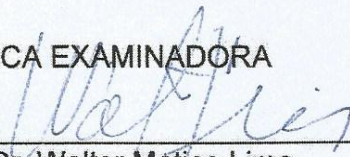
**TURISMO E MEIO AMBIENTE: O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO  
MUNICÍPIO DE MARAGOGI, ALAGOAS**

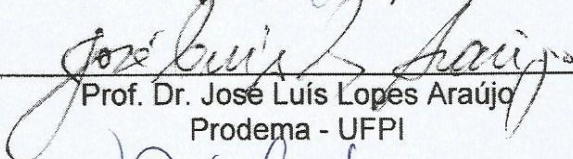
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

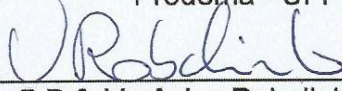
APROVADA em: 06/02/2017

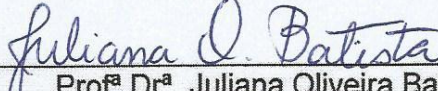
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL  
(Orientador)

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Walter Matias Lima  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL  
(Co-orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Luís Lopes Araújo  
Prodema - UFPI

  
\_\_\_\_\_  
Profª Drª. Verônica Robalinho Cavalcanti  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

  
\_\_\_\_\_  
Profª Drª. Juliana Oliveira Batista  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

A Deus em primeiro lugar. A meu pai Edler Lins (*in memoriam*), pelo exemplo de caráter, retidão e inteligência a ser seguido. A minha mãe, por sua firmeza e fortaleza, sempre nos momentos mais difíceis. Ao povo de Maragogi e a todos que contribuíram de alguma forma na elaboração deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por mais essa graça alcançada.

Aos meus pais que sempre me deram apoio incondicional a tudo que me proponho a fazer. Dedico todo meu esforço ao meu pai, Edler (*in memoriam*), que tanto me apoiou nos momentos mais difíceis e hoje continua a fazê-lo mesmo em um plano muito superior ao nosso. Agradeço em especial a minha mãe, Solange, mulher batalhadora e sempre forte, sobretudo nesse momento no qual ela desempenha papel fundamental em nossas vidas.

Aos meus amados Paulo e Luana que também sempre me apoiaram nas horas mais difíceis, muitas vezes com apenas um olhar, uma palavra ou o silêncio.

Ao amado Anderson, por sua paciência imensurável, sua palavra sempre de otimismo, mesmo quando não conseguia mais saber por onde seguir.

Ao professor e orientador Lindemberg Medeiros de Araujo que desde a nossa primeira reunião com meu saudoso pai, quando ele nos apresentou, nunca me abandonou, compartilhando sonhos, dores e ensinamentos. Obrigado por ser muito mais que um orientador, mas um verdadeiro mestre.

Ao professor e co-orientador Walter Matias, empatia imediata, autêntico e perspicaz, características que tanto me encantam em um ser humano. Obrigado pela força, mestre, suas palavras sempre me fizeram prosseguir nesta jornada.

À professora Juliana Batista pelo ser humano ímpar, sempre disposta a ajudar, estando disponível não só como professora, mas também como amiga. A professora Verônica Robalinho e ao professor José Luís pela composição da banca e correções no texto desta dissertação.

Aos funcionários do DEHA, pela disponibilidade.

À minha turma, sempre solícitos e prestativos quando as dificuldades pareciam intransponíveis. Juntos fomos um só e fizemos a diferença.

A querida Ana minha companheira dessa jornada desde o princípio e a Tassinha e Pri que tanto me ajudaram nas nossas madrugadas de pesquisas.

Aos queridos Newton e Lili, ambos com paciência infinita e que me ajudaram com as entrevistas e a correção do texto, tantas e tantas vezes.

A Capes, pelo apoio financeiro durante a primeira entrada do mestrado.

Em especial a todos os entrevistados em Maragogi, sem os quais não poderia ter realizado este trabalho.

O turismo é, hoje em dia, uma das atividades econômicas que apresentam melhores perspectivas de desenvolvimento, pois com o passar dos tempos deixou de ser associado especificamente a ideia de lazer e passou a ser estudado de modo mais científico.

Coelho e Fernandes



## RESUMO

Considerada como atividade socioeconômica importante e dinâmica, o turismo tem sido adotado como alternativa de desenvolvimento pelo governo de numerosos países, estados e municípios. Entretanto, além dos impactos positivos, essa atividade, pode causar graves problemas para os sistemas ecológicos, as paisagens e as comunidades que compõem os destinos. Portanto, é importante que se adote um planejamento a longo prazo que contemple, dentre outros aspectos, o saneamento ambiental, uma dimensão central do desenvolvimento sustentável. Para que isto ocorra, é importante que os projetos de saneamento sejam bem dimensionados e que haja ampla participação popular uma vez que os residentes conhecem bem o território local. O objetivo deste trabalho é analisar a implantação e operação do projeto de esgotamento sanitário de Maragogi, município do litoral norte de Alagoas. Maragogi é o segundo maior destino turístico de Alagoas, com 4.000 leitos, além de ser considerado pelo Ministério do Turismo um dos 65 Destinos Indutores do país. Para se atingir o objetivo deste trabalho, considerou-se importante analisar a visão de: a) técnicos que trabalham para o governo municipal; b) moradores, empreendedores e líderes locais que têm relação com o território; c) turistas. Para tanto, o estudo utilizou uma abordagem qualitativa e foram adotados como instrumentos de coleta de dados entrevistas abertas, entrevistas semiestruturadas, registro fotográfico, observação direta e exames de imagens remotas (Google Earth). O estudo identificou que o projeto de saneamento não contemplou todo o território do município de Maragogi, deixando várias fontes de esgoto fora do seu alcance. Graves problemas ambientais relacionados ao saneamento continuam ocorrendo, apesar da prefeitura utilizar como uma das suas estratégias de marketing dizer que o município é 100% saneado.

Palavras-chave: Turismo; Espaço Urbano; Meio Ambiente; Saneamento.



## ABSTRACT

Regarded as an important and dynamic socio-economic activity, tourism has been adopted as a development alternative by governments of many countries, states and municipalities. However, in addition to its positive impacts this activity can cause serious problems for ecological systems, landscapes and communities that make up the destinations. Therefore, it is important to adopt a long-term planning strategy that includes, among other things, environmental sanitation, as a central component of sustainable development. For this to happen, it is important that sanitation projects are well sized and that there is adequate popular participation as residents know the local territory. The objective of this study is to analyze the implementation and operation of the Maragogi's sewage project, in the north coast of Alagoas. Maragogi is the second largest tourist destination of Alagoas, with 4,000 beds, in addition to being considered by the Ministry of Tourism as one of the country's 65 tourism attractor projects (*Projeto Destinos Indutores*). To achieve the objective of this work, it was considered important to analyze the views of: a) planners working for the municipal government; b) residents, entrepreneurs and local leaders; and c) tourists. Therefore, the study used a qualitative approach and adopted the following data-collection instruments: open interviews, semi-structured interviews, photographic survey, direct observation, and examination of remote images (Google Earth). The study identified that the sanitation project did not include the entire territory of the municipality of Maragogi, leaving several sources of sewage out of the project's reach. Serious sanitation-related environmental problems continue to occur, despite the local government continue to use as one of their marketing strategies the message that the municipality is 100% sanitized.

Keywords: Tourism; Urban Space; Environment; Sanitation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo de vida do destino turístico.....	35
Figura 2: Forma como se dá a multiplicação da renda do turismo para outros setores da economia.....	42
Figura 3: Matriz de efeito multiplicador em setores da economia.....	43
Figura 4: Crescente Fértil.....	53
Figura 5: Londres "miasmática" do século XIX.....	53
Figura 6: Localização do município de Maragogi.....	63
Figura 7: Mapa do recorte de estudo no município de Maragogi - AL.....	66
Figura 8: Recifes de coral em Maragogi.....	68
Figura 9: Manguezal em Maragogi.....	68
Figura 10: Mapa com principais corpos d'água do município de Maragogi.....	70
Figura 11: Assentamento Calabouço do Movimento Sem Terra - MST, cujo esgoto in natura deságua no rio Maragogi.....	71
Figura 12: Mapa com caminho percorrido pelo esgoto <i>in natura</i> produzido nas moradias subnormais das encostas do povoado Barra Grande, cortando a pela AL-101-Norte e sendo carreado pelo riacho Levadão ou Corre Água até o mar nas imediações do hotel Praia Dourada.....	72
Figura 13: Mapa da APA Costa dos Corais.....	73
Figura 14: Zoneamento do litoral de Maragogi.....	74
Figura 15: Engenho Marrecas – Zona rural.....	76
Figura 16: Praça dos Cabanos - Centro de Maragogi.....	77
Figura 17: UPA Maragogi.....	82
Figura 18: Ifal, Campus Maragogi.....	82
Figura 19: Frutos do mar da região - Lagosta.....	84
Figura 20: Bolo de goma tradicional de São Bento.....	84
Figura 21- Mapa dos adensamentos populacionais do município de Maragogi.....	86
Figura 22: Imagens do centro e orla urbana de Maragogi.....	87
Figura 23: Imagens da orla e do centro na sede municipal de Maragogi.....	89
Figura 24: Vista Aérea da sede do município de Maragogi.....	90
Figura 25: Vista do bairro Carvão, bairro de ocupação mais recente em Maragogi..	91
Figura 26: Povoado São Bento na porção sul do município, rios Maragogi e Salgado e o <i>Resort</i> Salinas do Maragogi.....	92
Figura 27: Povoado São Bento - terrenos a beira-mar.....	93
Figura 28: Povoado São Bento – Avenida à beira-mar sem pavimentação.....	93
Figura 29: Restaurante do Mano - São Bento.....	95
Figura 30: São Bento - água servida correndo a céu aberto na Avenida beira-mar..	95
Figura 31: Rua da Praia - povoado Barra Grande.....	96
Figura 32: Casas "pé na areia" – povoado Barra Grande.....	96
Figura 33: Barra Grande - ocupação espacial do povoado.....	97
Figura 34: Esgoto correndo a céu aberto pela AL-101-Norte - Barra Grande.....	99
Figura 35: Esgoto correndo a céu aberto as margens da AL-101-Norte - Barra Grande.....	99
Figura 36: Ocupação espacial dos povoados Peroba e Ponta do Mangue e o rio Persinunga.....	101
Figura 37: Entrada do <i>Resort</i> Gran Oca - Ponta do Mangue.....	103
Figura 38: Entrada do Privê Sol Nascente - Peroba.....	103

Figura 39: Vista Aérea da rodovia AL-101-Norte as margens do Oceano Atlântico na foz do rio Maragogi.....	104
Figura 40: Entrada do <i>Resort</i> Salinas do Maragogi - precursor no processo de turistificação em Maragogi.....	106
Figura 41: Piscina Natural - Galés de Maragogi.....	110
Figura 42: Piscina Natural - Barra Grande .....	110
Figura 43: Principais praias de Maragogi .....	112
Figura 44: Turismo rural - Trilha do Visgueiro .....	113
Figura 45: Ruínas do Mosteiro São Bento .....	114
Figura 46: Pontos de coleta para análise de balneabilidade no município de Maragogi - AL.....	120
Figura 47: Extravasamento da rede de esgotos na orla da área central de Maragogi - orla marítima .....	126
Figura 48: Lançamento de águas servidas das residências localizadas na área central de Maragogi, mesmo após urbanização e implantação de rede de esgoto - via pública no centro .....	127
Figura 49: Mapa com área de abrangência do projeto.....	130
Figura 50: Galeria de águas pluviais do conjunto habitacional Adélia Lira em seu trecho final próximo ao mar .....	131
Figura 51: Galeria de águas pluviais transformada pelos moradores do Adélia Lira em esgoto - dejetos deságuam no trecho final da orla de Maragogi .....	132
Figura 52: Esgoto a céu aberto no Conjunto Habitacional Adélia Lira (Grotta) desde o vazamento no poço de visitas, passando pela rede de drenagem urbana até o mar .....	133
Figura 53: Língua negra na orla do centro urbano de Maragogi .....	135
Figura 54: Flagrante de um caminhão de esgotamento da Casal limpando um poço de visitas na orla, bloqueando o trânsito na Av. Sen. Rui Palmeira no centro de Maragogi .....	135
Figura 55: Esquema de tratamento de efluentes em uma lagoa facultativa do Sistema Australiano de tratamento de esgotos.....	138
Figura 56: Mapa do projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi em 1997 .....	139
Figura 57: Mapa da sub-bacia 01 .....	141
Figura 58: Mapa da sub-bacia 02.....	142
Figura 59: Mapa da sub-bacia 03.....	143
Figura 60: Mapa da sub-bacia 04.....	144
Figura 61: Obras de saneamento em área urbana.....	147
Figura 62: Vista satélite do centro urbano de Maragogi com a Estação de Tratamento de Esgoto em destaque .....	148
Figura 63: Moradias subnormais, ocupação em área ambientalmente frágil em Barra Grande, Maragogi - AL.....	155
Figura 64: Supermercado com longas filas durante a alta temporada no centro de Maragogi .....	156
Figura 65: Córrego que passa pelo conjunto Tereza Verzeri e corre pelo bairro Carvão até o rio dos Paus desaguardo no mar. ....	165
Figura 66: Língua negra na orla de Maragogi resultante de extravasamento da rede coletora na Av. Senador Rui Palmeira .....	165
Figura 67: Ligação clandestina de esgoto na rede pública de drenagem urbana em Maragogi - AL.....	171

Figura 68: Matérias publicadas em jornal virtual mostrando extravasamento na rede coletora de esgotos de Maragogi .....	173
Figura 69: Problema na impermeabilização da lagoa de estabilização na ETE de Maragogi .....	174
Figura 70: Rio Maragogi ao fundo e em primeiro plano terreno alagado e contaminado pelos efluentes da ETE de Maragogi .....	175

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de turismo mais praticados no mundo .....	28
Quadro 2: Elementos que caracterizam e formam o espaço turístico .....	31
Quadro 3: Classificação dos equipamentos turísticos .....	32
Quadro 4: Competências e atribuições que podem ser nomeados ao Estado e iniciativa privada quando do planejamento turístico .....	50
Quadro 5: Informações gerais de Maragogi .....	65
Quadro 6: Principais atrações de Maragogi .....	111
Quadro 7: Descrição das principais alterações realizadas no projeto de saneamento de Maragogi .....	136
Quadro 8: Sub-bacias de esgotamento de Maragogi .....	140

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dinâmica populacional dos municípios da APA Costa dos Corais .....	57
Tabela 2: Evolução das populações residentes nas zonas rural e urbana dos municípios da APA Costa dos Corais.....	57
Tabela 3: Coleta e tratamento de esgoto por município (%) e por região do Brasil 2014 .....	60
Tabela 4: Variação do número de empresas e do total de ocupações geradas pelo segmento, no período de 2006 a 2009, dos municípios da APA Costa dos Corais ..	79
Tabela 5: Distribuição da renda do município de Maragogi pela quantidade de domicílios .....	80
Tabela 6: Relação dos tipos, quantidades, números de UH's e leitos de hospedagem disponibilizados aos turistas em Maragogi .....	106
Tabela 7: Condições de saneamento dos municípios da APA Costa dos Corais, em 2000 e 2010. ....	117
Tabela 8: Dados de balneabilidade da foz do rio Salgado .....	118
Tabela 9: Dados de balneabilidade da foz do rio Maragogi .....	119
Tabela 10: Dados de balneabilidade da foz do rio Persinunga .....	119
Tabela 11: Entrevistados distribuídos por sexo e faixa etária .....	123
Tabela 12: Entrevistados distribuídos por ocupação .....	124
Tabela 13: Entrevistados distribuídos por grau de instrução.....	124

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente - rural/urbana - Brasil - 1940/2000. ....	56
Gráfico 2 - Percentual de prevalência dos turistas que visitam Maragogi por estado do Brasil. ....	107
Gráfico 3: Índice de satisfação dos turistas com o atendimento prestado nos equipamentos turísticos em Maragogi.....	163



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ahmaja	– Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga
APA	– Área de Proteção Ambiental
Apacc	– Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Casal	– Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas
Conama	– Conselho Nacional do Meio Ambiente
Comdema	– Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Maragogi
Coopeagro	– Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados
Eco	– Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente
EEE	– Estação Elevatória de Esgoto
ETE	– Estação de Tratamento de Esgoto
FNS	– Fundo Nacional de Saúde
Funasa	– Fundação Nacional de Saúde
Ibama	– Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	– Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
Ifal	– Instituto Federal de Alagoas
IMA	– Instituto do Meio Ambiente de Alagoas
Incra	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Ipea	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan	– Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
MTur	– Ministério do Turismo
OMT	– Organização Mundial do Turismo
ONU	– Organização das Nações Unidas
ONGs	– Organizações Não Governamentais
PDDS	– Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Maragogi
PIB	– Produto Interno Bruto

Planasa	– Plano Nacional de Saneamento
Prodetur	– Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RAFA	– Reator Anaeróbico de Fluxo Ascendente
SAAE	– Sistema Autônomo de Água e Esgoto
Setur	– Secretaria Executiva de Turismo de Alagoas
Sedetur	- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
SNIS	– Sistema Nacional de Informações de Saneamento
Snuc	– Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAC	– Termo de Ajustamento de Conduta
TALC	– <i>Tourism Area Life Circle</i>
T.C.L.E	– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB	– Universidade Aberta do Brasil
UHs	– Unidades Habitacionais
UPA	– Unidade de Pronto Atendimento
ZC	– Zona de Conservação
ZEP	– Zona Exclusiva de Pesca
ZP	– Zona de Praia
ZPU	– Zona de Planejamento Urbano
ZPVM	– Zona de Preservação da Vida Marinha
ZT	– Zona de Transição
ZUS	– Zona de Uso Sustentável
ZV	– Zona de Visitação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2 TURISMO: NOÇÕES GERAIS.....</b>	<b>25</b>
2.1 Processo de modificações desencadeadas pelo turismo .....	30
2.1.1 Espaço turístico e a paisagem.....	30
2.1.2 O ciclo de vida do lugar turístico ( <i>Tourism Area Life Cycle - TALC</i> ) .....	34
2.1.3 Os impactos econômicos e socioculturais do turismo.....	39
2.2 As políticas públicas e o planejamento do turismo sustentável .....	44
2.2.1 O desenvolvimento sustentável do turismo .....	46
2.3 O urbano, a água e o saneamento .....	52
2.3.1. O conflito entre o urbano e a água .....	52
2.3.2 A urbanização e o processo de degradação do meio natural .....	55
2.3.3 O saneamento .....	58
<b>3 MARAGOGI, ALAGOAS: ASPECTOS GERAIS DA ÁREA DE ESTUDO .....</b>	<b>63</b>
3.1 Aspectos geomorfológicos, hidrográficos e ambientais .....	67
3.2 Um breve histórico do município de Maragogi.....	75
3.3 A economia.....	77
3.4 Caracterização socioespacial .....	81
3.5 Os adensamentos populacionais.....	85
3.5.1 Centro urbano.....	86
3.5.2 São Bento.....	92
3.5.3 Barra Grande.....	96
3.5.4 Peroba e Ponta do Mangue.....	100
3.6 O processo de turistificação no território de Maragogi.....	103
3.6.1 Meios de hospedagem e demanda.....	105
3.6.2 Atrativos turísticos.....	109
3.7 As políticas públicas e o município .....	114
3.8 Problemática.....	117
3.9 Método.....	121
<b>4 CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, ALAGOAS.....</b>	<b>126</b>
4.1 O projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi - AL .....	128
4.2 A implantação do projeto .....	144
<b>5 PROBLEMAS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE MARAGOGI E A VISÃO DOS STAKEHOLDERS SOBRE O TERRITÓRIO .....</b>	<b>151</b>

5.1 O processo de turistificação e a dinâmica espacial vista pelos moradores, gestores públicos e empreendedores.....	153
5.2 O processo de turistificação e a dinâmica espacial vista pelos turistas: o olhar de fora.....	160
5.3 Problemas no projeto e na implantação.....	167
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>183</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO A POPULAÇÃO.....</b>	<b>198</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS .....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO A – TABELAS DE BALNEABILIDADE – ANOS 2001 A 2015.....</b>	<b>204</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Considerada como atividade socioeconômica importante e dinâmica, o turismo, com os processos de mudança que acarreta, pode alterar consideravelmente os sistemas ecológicos, bem como as paisagens e as comunidades que compõem as destinações (HALL; PAGE, 1999).

A visão dos planejadores ainda é muito voltada para a dimensão e componentes físicos da atividade, incluindo, por exemplo, infraestrutura e acomodação, em detrimento do meio ambiente, da sociedade, da economia regional e de outros aspectos locais. Apesar da complexidade da atividade, o turismo, segundo Edgell (1990), além de gerar renda e desenvolvimento, também pode causar grandes impactos ambientais, como poluição sonora e das praias, empobrecimento do patrimônio paisagístico, crescimento urbano desordenado, tráfego intenso, arquitetura desconectada do ambiente físico-cultural regional, entre outros. Para minimizar esses impactos é necessário um bom planejamento a longo prazo que contemple, sobretudo, um desenvolvimento sustentável e não apenas um crescimento imediato, ao qual alguns vetores precisam ser amplamente avaliados e validados pela população local. Para isto, as políticas devem ser inclusivas e contar com ampla participação popular através de mecanismos que assegurem, não só voz, mas também voto.

No processo de turistificação<sup>1</sup>, as comunidades locais são seduzidas por promessas de desenvolvimento e geração de renda que muitas vezes não se materializam na realidade. Na prática, a maioria delas não se concretiza de forma significativa tendo em vista as limitações do mercado de trabalho formal, devido ao nível de escolaridade das populações locais. De acordo com Araujo (2007), essa carência de capacitação profissional para trabalhar no turismo gera frustração quando as expectativas não são atendidas, causando mais exclusão social e não promovendo a tão almejada inclusão.

O estado de Alagoas está situado na região Nordeste do Brasil e tem no turismo uma das suas principais potencialidades econômicas. Alagoas possui mais

---

<sup>1</sup> A “turistificação” pode ser entendida como o processo de transformações no espaço para implantação da atividade turística, ou seja, a territorialização do espaço pelo turismo, o que acarreta grandes mudanças nas comunidades receptoras.

de 230 quilômetros de litoral, com praias de areias brancas entrecortadas por alguns trechos com falésias e emolduradas, principalmente no litoral norte, por vastos coqueirais. Além disso, em seu litoral está uma das maiores barreiras de corais do mundo, que com sua rica fauna e flora, enriquece os atrativos naturais deste estado.

Maragogi é um município litorâneo, localizado no litoral norte de Alagoas, a 130 km de Maceió, capital do estado. Configura-se como o segundo polo receptor de turistas no estado e possui 4.000 leitos disponíveis em hotéis e pousadas de vários níveis, de *resorts* a pousadas rústicas administradas pelo próprio dono (SETUR, 2008). O município de Maragogi tem uma população de 28.749 habitantes (IBGE, 2010) e uma área de 334,047km<sup>2</sup> (IBGE, 2015).

Até meados da década de 1980, Maragogi não contava com uma rede de esgotamento sanitário, tanto em sua sede municipal quanto nos bairros e povoados. A ausência de rede de saneamento fez com que a população buscasse soluções alternativas, como o uso de fossas sépticas, ou lançassem o esgoto e águas servidas *in natura* a céu aberto, o que acabava por expor a população a um contato direto com diferentes tipos de doenças de veiculação hídrica e também contaminava toda a rede de drenagem que deságua no mar, prejudicando gravemente o meio ambiente no município. Na década de 1990, para solucionar tal problema, um financiamento conseguido pelo governo do Estado junto ao Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur/NE permitiu a viabilização de um programa de construção e modernização do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Maragogi com recursos advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (PROJETO TÉCNICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, ALAGOAS, 1997). O Prodetur/NE é um programa de crédito para o setor público (estados e municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na região Nordeste, como sua infraestrutura básica, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas.

No entanto, no caso do projeto de saneamento de Maragogi, depois de toda rede de saneamento estar pronta, grande parte da população permanecia relutante em interligar suas casas à rede coletora de esgotos, seja pela perspectiva de pagar

pelo novo serviço ou pelas obras físicas necessárias e onerosas para tal mudança. Então, investigar se houve participação da população na época da elaboração do projeto já apontava como uma diretriz a ser investigada, para saber se houve uma sensibilização da população local para que ela aceitasse e se adaptasse o mais rápido possível à nova realidade que viria pela frente.

Além da implantação de infraestrutura de saneamento como fator chave para um meio ambiente equilibrado, em conexão com o conceito de sustentabilidade, é de suma importância levantar questões relacionadas ao espaço, à dinâmica do espaço habitado e sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e sua capacidade de degradar o meio ambiente (MARICATO, 2001).

Diante das características da dinâmica urbana e da problemática ambiental contemporânea, fica claro que a ausência de rede de esgotos representa ônus para a qualidade de vida das populações não assistidas, e conseqüentemente para a sustentabilidade ambiental, já que é comprovada a estreita dependência entre saneamento ambiental e sustentabilidade. Segundo Sachs (2000), é justamente nas periferias das cidades, nos pequenos aglomerados urbanos e nas áreas mais pobres de um determinado município que se concentram as populações não atendidas por serviços de saneamento.

É com base no contexto brevemente exposto acima que este trabalho tem como **objetivo geral** analisar os problemas sanitários e de preservação que continuaram a existir mesmo após uma intervenção ocorrida no município para implantação de infraestrutura de esgotamento sanitário. Para o alcance do objetivo proposto, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**: caracterizar a turistificação do município de Maragogi, analisar a concepção do projeto de saneamento do município de Maragogi, investigar a relação entre a comunidade e o projeto de saneamento durante a elaboração, implantação e operacionalização do projeto, bem como, analisar os resultados obtidos com a implantação do projeto levando-se em consideração os vários interesses envolvidos pelos diversos atores, ou seja, a população, os turistas e os empreendedores.

Até que ponto ocorreu o envolvimento da comunidade na elaboração do plano de saneamento da sede municipal de Maragogi, tendo em vista as alterações na dinâmica do espaço após o processo de turistificação? Desse aspecto levantam-se



outras indagações importantes para o presente trabalho: Que benefícios o saneamento traz consigo para a área implantada? Como a população, gestores e empreendedores em geral enxergam o saneamento em sua localidade? E os turistas, que usam o espaço por um determinado período de tempo, como eles veem as condições sanitárias do balneário? As respostas vinculadas a cada um dos questionamentos aqui elencados contribuirão para o alcance dos objetivos gerais e específicos propostos para esta análise.

A pesquisa inclui um Estudo de Caso do município de Maragogi. O estudo de caso é empregado em diversos campos da ciência. Trata-se de uma pesquisa detalhada sobre um ou mais objetos a serem investigados. O estudo de caso visa refletir sobre um conjunto de dados para posteriormente descrever com maior profundidade o objeto de estudo (MASCARENHAS, 2012). Como parte do estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, por meio de questionários (APÊNDICES A e B) com perguntas abertas e fechadas, junto aos *stakeholders*<sup>2</sup> da área estudada, incluindo, dentre outros, a população local e os turistas. Marconi e Lakatos (2010) explicam que a entrevista aberta é um meio utilizado quando da realização de pesquisas para que os entrevistados possam expressar o que pensam, acreditam, sentem e compreendem em relação ao objeto de estudo. A entrevista aberta é a melhor forma de capturar as informações que nem sempre são possíveis perceber em entrevistas estruturadas. No caso dos empreendedores e representantes do poder público, a coleta de dados se deu por meio de entrevistas gravadas realizadas com base em um questionário com perguntas abertas.

Para a pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, com amostragem não probabilística ou intencional (MINAYO, 2007; REIS, 2008). Este tipo de abordagem possibilita ao pesquisador uma diversidade de interpretações, à medida que pode melhor explicar os fenômenos que se encontram envolvidos por complexas situações. Autores como Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) explicam que a abordagem qualitativa “[...] não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

---

<sup>2</sup> De acordo com Lourenço e Schroder (2015), este conceito está relacionado a um grupo de pessoas que dentro ou fora da organização possui interesse no desempenho da mesma.

Para a realização das pesquisas de campo, foi apresentado ao entrevistado logo de início o objetivo do trabalho e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.). Por ser do tipo semiestruturada o foco da entrevista já estava nos objetivos do trabalho: saneamento, meio ambiente e turismo, conduzindo o entrevistado a respostas diretas. No entanto, no que diz respeito às entrevistas semiestruturadas, Hitchcock e Hughes (*apud* NEVES, 2014), revelam que este tipo de entrevista “confere a abertura necessária para que o entrevistado complemente suas respostas mostrando-se sensível ao contexto de interação em que a mesma ocorre”. Desta forma, estes complementos às respostas diretas, acabaram ensejando conversas informais nas quais foram colhidas informações importantes à cerca do território e suas peculiaridades, sobretudo nas entrevistas com a população local.

A pesquisa de campo foi realizada no período de julho de 2014 a julho de 2015, com visitas mensais a área de estudo, com permanência média de três dias. Após análise dos aportes teóricos e do projeto disponibilizado pela Companhia de Saneamento de Alagoas - Casal, o passo subsequente foi conhecer a região em que o projeto estava inserido, para a definição do recorte do estudo dentro da área do município de Maragogi. Foi definido então, que seria considerada como área de pesquisa, a região composta pelas bacias hidrográficas dos principais rios que cortam o município, Salgado, Maragogi dos Paus e Persinunga, além dos aglomerados populacionais formados pelo centro urbano e pelos povoados de São Bento, Barra Grande, Ponta do Mangue e Peroba, situados na franja litorânea à margem direita da AL-101-Norte no sentido Maceió-Recife.

A pesquisa foi realizada com a população local no centro urbano e nos povoados acima mencionados com a aplicação de 30 questionários. Aos turistas, provindos de várias localidades do Brasil e até mesmo do exterior, foram aplicados 31 questionários nos hotéis, praias e equipamentos turísticos na cidade. A pesquisa com os empreendedores, formadores de opinião e gestores públicos locais foi feita depois de uma escolha cautelosa de quem seria importante para a pesquisa em um determinado momento e para se obter uma informação específica, mas quase sempre eram descortinadas novas informações que levavam a mais investigações. As transcrições, ou partes delas, quando aparecem no texto, são identificadas apenas pelo tipo do entrevistado seguido de um número, juntamente com o ano em

que foi realizada a entrevista. Esse cuidado se faz necessário, uma vez que o sigilo dos entrevistados está garantido pelo T.C.L.E.

Os levantamentos de dados estatísticos e indicadores ambientais foram realizados junto ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA, Companhia de Saneamento de Alagoas - Casal, Secretaria Municipal de Turismo de Maragogi, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maragogi, Secretaria Estadual de Turismo - Setur<sup>3</sup>, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – Iphan e Instituto Chico Mendes de Preservação Ambiental – ICMBio.

A observação direta, com o registro fotográfico de diversas áreas do município de Maragogi, foi outra técnica empregada para coleta de dados de campo. Para complementar o levantamento de dados também foram usadas imagens remotas do Google Earth, as quais ajudaram a identificar e mapear a ocupação espacial do território.

O estudo encontra-se organizado em quatro capítulos. O Capítulo 1 traz uma abordagem acerca da temática do turismo, desenvolvimento sustentável, planejamento e políticas públicas e saneamento. No corpo do capítulo em referência são elencados alguns conceitos de turismo e os tipos mais praticados no mundo na atualidade, os elementos que caracterizam e formam o espaço turístico. Na sequência, o capítulo descreve como se dá o processo de classificação dos equipamentos turísticos na atualidade, além de apontar quais são os impactos positivos e negativos que a atividade turística pode causar em suas respectivas localidades e como se dá a multiplicação da renda do turismo para outros setores da economia. Discutem-se as concepções do planejamento do turismo, suas políticas públicas e a relação entre o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente, sobretudo nas paisagens naturais, tão necessárias como atrativo em destinações de “sol e praia”. Por fim, são revisados os conceitos de urbano, do uso da água e do saneamento ambiental como importante vetor de conservação do meio ambiente e conseqüente fator primordial no desenvolvimento sustentável.

O Capítulo 2 traz os aspectos gerais da área de estudo, com as características do município, seus aspectos geomorfológicos, hidrográficos e

---

<sup>3</sup> Hoje Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Sedetur, após reforma administrativa governamental no ano de 2015.

ambientais, um breve histórico, uma caracterização socioespacial e econômica de Maragogi, além da problematização encontrada no território e o método utilizado na pesquisa. Além disso, são descritos e caracterizados os adensamentos populacionais do centro urbano e dos povoados de São Bento, Barra Grande, Peroba e Ponta do Manguê. Foi feita ainda uma análise do problema do processo de turistificação no território de Maragogi, com a catalogação dos meios de hospedagem e demanda e dos atrativos turísticos do município e a revisão das políticas públicas implantadas no mesmo, referentes à dinâmica espacial, ao turismo e ao meio ambiente. O capítulo trás também uma síntese dos problemas ambientais encontrados no município e raiz deste estudo. Por fim, a metodologia empregada na pesquisa é detalhada.

O Capítulo 3 faz uma análise do projeto de esgotamento sanitário no município de Maragogi, assim como é analisada sua implantação. É realizada uma descrição minuciosa do projeto em todas as suas etapas, desde a concepção até a implantação, com as implicações decorrentes em todo o processo e o início de uma análise do que ocorreu durante a implantação.

O Capítulo 4 apresenta uma análise circunstanciada da implantação do projeto, além da visão dos *stakeholders* do turismo e do meio ambiente do município, incluindo a visão dos moradores, gestores públicos e empreendedores e dos 'estrangeiros' ao lugar que usufruem do território. Por que mesmo após a implantação do saneamento no município as praias continuam impróprias para banho? Qual a visão dos turistas que usam o território por um determinado período de tempo? Como a população local enxerga o processo de turistificação e a dinâmica de crescimento espacial desordenado no município de Maragogi? Por fim, o estudo se encerra com a apresentação de considerações finais a cerca de tudo que foi investigado.

## 2 TURISMO: NOÇÕES GERAIS

Desde os primórdios das civilizações, a prática da viagem já era realizada, à medida que o homem percorria longas distâncias com o intuito de ir em busca de sua própria sobrevivência. Segundo Pires (2002), foi possível perceber que no transcorrer da história das civilizações o homem tem viajado com uma diversidade de propósitos, dentre os quais se pode citar: o desfrute pessoal como benefícios físicos, culturais, psicológicos e espirituais, a efetivação de transações comerciais, realização de estudos, migrações, levar ajuda humanitária, enfim, são muitos os propósitos que podem levar um indivíduo a realizar viagens.

Diegues (2003, p. 62) corrobora parte das informações acima, ao alegar que “[...] ao redor de 2.600 a.C. barcos faziam ligação comercial entre o Egito e a Síria, utilizando embarcações chamadas barcos de Biblos”.

Assim, também assinala Theobald (2002, p. 27) ao declarar que:

Nos tempos de Roma, os ricos aristocratas e os funcionários dos altos escalões do governo também viajavam por prazer. Os balneários de Pompéia e Herculano proporcionavam aos cidadãos a oportunidade de se refugiarem em *villas* de veraneio para se protegerem da canícula do verão romano.

Entretanto, turismo não é a mesma coisa que viagem; na realidade esta é apenas um elemento do turismo, embora essencial. Porém, diversas viagens são realizadas sem que exista a prática do turismo. A título de exemplo, têm-se as viagens em visita a familiares em ocasiões específicas como doença ou morte, de estudos, participação em congressos, a trabalho, ou seja, viagens cujo objetivo específico não é o lazer. No entanto, viagens com os objetivos acima mencionados normalmente incluem alguma dimensão de turismo, pois os visitantes usam os serviços de acomodação, alimentação e desfrutam de algum tipo de recreação no tempo livre durante a estada no lugar (PANOSSO NETTO, 2010).

Etimologicamente o termo “turismo” origina-se do francês *tourisme*, como também do inglês *tourism*, o que significa inclinação por viagens, orientadas por interesse de lazer.

A Organização Mundial do Turismo – OMT (2001, p.3) define turismo como sendo “as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu

ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo, para lazer, negócios e outros objetivos”.

Outra definição é proposta por Lage e Milone (2000, p. 26):

O turismo é uma atividade socioeconômica, pois gera a produção de bens e serviços para o homem visando à satisfação de diversas necessidades básicas e secundárias. Em se tratando de uma manifestação voluntária decorrente da mudança ou do deslocamento humano temporário, envolve a indispensabilidade de componentes fundamentais como o transporte, o alojamento, a alimentação e, dependendo da motivação, o entretenimento (lazer, atrações). [...] A riqueza gerada pelas múltiplas atividades não mais existem, nem o tempo importa mais. O que se observa do turismo atual é a existência de uma rica e grandiosa indústria que se relaciona com todos os setores da economia mundial e que deverá continuar atendendo aos interesses da humanidade nos próximos milênios.

Para Sonaglio e Fabbris (2012, p. 81), o turismo é “[...] um conjunto de atividades socioeconômicas, culturais, políticas e ecológicas que visam favorecer as escolhas, necessidades e expectativas de turistas e residentes de uma determinada localidade”.

Dos conceitos acima expostos, extrai-se o entendimento de que o turismo se refere a uma atividade na qual o indivíduo se desloca de seu local de origem para outro, por um espaço mais ou menos curto de tempo, no qual o mesmo viaja por motivação pessoal das mais diversas (como lazer, negócios, entre outros) por sua livre e espontânea vontade e sem pretensão de auferir ganhos financeiros no lugar visitado. Esse entendimento será utilizado neste trabalho como conceito de turismo.

Nesta perspectiva, convém salientar a definição de turista e excursionista. O turista é o visitante que se encontra em visita a um determinado lugar ou destinação, e que procura permanecer na mesma por um período que exceda vinte e quatro horas (havendo pernoite). Visitante é um termo que inclui pessoas que se deslocam de seu lugar de origem domiciliar para outro lugar, podendo envolver vários motivos e períodos de tempo. Já o excursionista é aquele que, em visita a um determinado local, não permanece no mesmo por mais de vinte e quatro horas, portanto, no caso em específico não haverá pernoite, conforme declara Correia (2012, p. 65).

A atividade turística está segmentada em 12 setores (OMT *apud* ARBACHE, 2001, p. 116), dentre os quais se destacam:

As agências de viagens e pessoas que contribuem para a organização das mesmas; transporte rodoviário de passageiros seja ele regular ou não regular; transporte aéreo regular e não regular; atividades auxiliares ao transporte aéreo; atividades auxiliares ao transporte terrestre; restaurantes e demais estabelecimentos que comercializam serviços de alimentação, serviços recreativos; culturais e esportivos; locação de automóveis, além de vários outros meios de transporte.

Como tantas outras atividades econômicas, o turismo é de fundamental importância para a economia de uma região, pois inúmeros benefícios são propiciados com a prática dessa atividade. Entretanto, apesar de ser uma atividade benéfica para a economia, o turismo também pode trazer impactos negativos para o território como a degradação ambiental e conflitos sociais.

Segundo Rose (2002), o turismo pode ser classificado de várias maneiras, seja em função do volume de turistas, em decorrência da direção do fluxo ou mesmo pela amplitude espacial das viagens realizadas. Com base no volume de turistas, o turismo tanto pode ser de massa como individual. O primeiro está relacionado a uma modalidade de turismo que mobiliza um grande número de pessoas. Esta forma de turismo está também relacionada ao padrão econômico dos turistas, à medida que se torna mais barato para os envolvidos. Já a segunda forma, isto é, o turismo realizado de forma individual, refere-se a uma modalidade em que o indivíduo se desloca de forma isolada, diferentemente da modalidade do turismo de massa que se dá em grupos. Vale salientar que a prática dessa modalidade se dá pelas pessoas que tem uma melhor situação econômica sendo, portanto, mais seletivas.

De acordo com a direção do fluxo turístico, o turismo tanto pode ser emissivo quanto receptivo. O turismo emissivo refere-se ao fluxo de saída de turistas que residem em uma determinada localidade, diferentemente do emissivo, o receptivo se caracteriza pelo fluxo de entrada de turistas em uma localidade.

Com base na abrangência das viagens, o turismo apresenta a seguinte classificação: local, regional, doméstico e internacional. O turismo local é aquele que se dá entre os municípios circunvizinhos. O regional se dá a partir de uma distância de 200 a 300 quilômetros do local onde o turista reside. O turismo doméstico é aquele que se desenvolve no próprio país em que o turista reside. Por último, o internacional refere-se àquele que se dá fora do país em que o turista reside. Todavia, este também poderá ser intercontinental ou mesmo intracontinental, segundo Rose (2002, p.60).



Segundo Guambe (2007) são muitos os tipos de turismo praticados mundo afora, ficando a cargo do turista individual ou dos grupos de turistas a escolha do tipo de sua preferência ou o que melhor venha a se adequar ao grupo como um todo. Ainda em relação aos tipos ou segmento de turismo, Oliveira (2002) identifica várias possibilidades (Quadro 1):

Quadro 1: Tipos de turismo mais praticados no mundo

Tipo de turismo	Considerações sobre o tipo de turismo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo de lazer</li> </ul>	Realizado por pessoas que vão em busca de prazer, descanso, de conhecer novos lugares, de entretenimento e até mesmo sair de férias com destino a locais diferentes ao que reside.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo de águas termais</li> </ul>	Praticado por pessoas que vão em busca de estâncias hidrominerais, seja para tratamento de saúde ou por pura recreação.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo de compras</li> </ul>	Praticado por pessoas que realizam compras, seja para comercialização, para o próprio consumo ou mesmo para presentear.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo de eventos</li> </ul>	Pratica deste tipo turismo se dá por pessoas que desejam participar de eventos que visam o alcance de interesses comuns (profissionais, organizações culturais e entidades associativas) ou para expor e até mesmo lançar novos produtos no mercado. Este tipo de segmento está relacionado também a: congressos, simpósios, festas, feiras, festivais, entre outros.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo desportivo</li> </ul>	Praticado por atletas ou pessoas que vão assistir aos eventos desportivos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo religioso</li> </ul>	Praticado por pessoas que se deslocam de seu local de origem a fim de visitar ou conhecer locais considerados como sagrados. A título de exemplo pode-se citar: Jerusalém, em Israel.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo de juventude</li> </ul>	Como o próprio nome já diz, o mesmo é praticado por jovens e até mesmo estudantes que viajam, em sua grande maioria, para celebrar o fechamento das atividades escolares.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo social</li> </ul>	Praticado por pessoas que possui um baixo poder aquisitivo, na grande maioria das vezes é custeado pelas empresas, que proporcionam as viagens aos seus colaboradores.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo cultural</li> </ul>	Este tipo de turismo é procurado por pessoas que buscam novos conhecimentos. O que motiva os turistas a ir em busca deste segmento são as mais variadas atrações culturais em uma determinada região.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo ecológico</li> </ul>	As pessoas que vão em busca deste tipo de turismo visam apreciar a natureza, ou seja, os elementos da flora e fauna.

• Turismo de aventura	Praticado por pessoas que vão em busca de fortes emoções.
• Turismo gastronômico	Diversas pessoas praticam esse tipo de turismo em busca do conhecimento das culinárias de outras cidades e até mesmo países, fato que levou a muitas cidades a serem amplamente conhecida por conta de sua culinária.
• Turismo técnico	Segmento praticado por pessoas que vão em busca de conhecimentos técnicos junto a empresas, a fim de colocá-los em prática em suas organizações.
• Turismo gay (GLS)	Denominado como GLS – gays, lésbicas e simpatizantes -, refere-se a um segmento que vem crescendo muito nos últimos anos.
• Turismo de incentivo	Este tipo de turismo é praticado na grande maioria das vezes por empresas de grande porte, pois muitas, na tentativa de fazer com que seus colaboradores tragam bons resultados, ofertam viagens como prêmio.
• Turismo de terceira idade	Amplamente divulgado nos últimos anos, como uma das formas de contribuir para a melhor qualidade de vida dos idosos, o turismo de terceira idade é praticado por pessoas: idosos - que possui tempo livre e disponibilidade financeira para tal prática.
• Turismo rural	Este segmento é praticado especificamente em áreas rurais – chácaras, fazendas e sítios, de maneira que proporciona aos visitantes a participação em práticas rurais, tais como: tirar leite da vaca, andar a cavalo, entre outras.
• Turismo de cruzeiros marítimos	Este tipo de segmento vem crescendo cada vez mais de forma significativa. Há alguns anos, fazer um cruzeiro marítimo era privilégio somente para ricos, hodiernamente, tornou-se um sonho realizável para muitos viajantes (que não são considerados ricos), pois os preços se tornaram mais acessíveis.
• Turismo de saúde	A prática deste tipo de segmento se dá junto àqueles que se deslocam de seu local de origem e vão ao destino de outro para realizar algum tipo de tratamento de saúde, ou seja, é praticado por pessoas que buscam serviços médicos especializados.
• Turismo de negócios	A prática deste segmento é realizada por executivos que vão em busca de conhecer empresas, fechar negócios e participar de reuniões. Na grande maioria, as pessoas que praticam este tipo de segmento exigem serviços especializados (guias, interpretes, entre outros) e atenção especial.

Fonte: Oliveira (2002, p. 77).

Apesar dessa extensa lista de tipos ou segmentos de turismo, existem outros tipos ou segmentos de mercado turísticos emergentes, indicando a natureza dinâmica da atividade, o que implica do turismo ter grande capacidade de alterar os lugares nos quais se territorializa.

Dessa forma, tendo em vista o exposto, a concepção de turismo adotada neste trabalho é a de uma atividade na qual o indivíduo se desloca de seu local de origem para outro, por um espaço mais ou menos curto de tempo (mais de um dia), no qual o mesmo viaja por motivações pessoais das mais diversas (como lazer, negócios, entre outros) por sua livre e espontânea vontade e sem pretensão de auferir ganhos financeiros no lugar visitado.

## **2.1 Processo de modificações desencadeadas pelo turismo**

### **2.1.1 Espaço turístico e a paisagem**

Não se pode dissociar o turismo da noção de espaço, uma vez que a atividade desenvolve-se nele. A relação entre turismo e espaço envolve outros conceitos como território e paisagem, que ajudam a entender a construção do lugar como destinação turística. Uma boa parte dos destinos turísticos depende da paisagem como seu atrativo principal.

A humanidade, durante milênios, organiza o espaço de acordo com um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais, sendo que as práticas espaciais se tornaram cada vez mais diversificadas e complexas. “São as práticas sociais, ou seja, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CORRÊA, 2003, p. 35).

Segundo Lefebvre (1976), o espaço revela as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e dão sentido à vida. Ele ainda argumenta que o espaço desempenha um papel de função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema.

Segundo Santos (1997, p. 71), o espaço refere-se “ao conjunto de objetos e relações que se realizariam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários”.

Aplicando o conceito de espaço adotado por Santos (1997) ao turismo, considera-se, então, que o espaço turístico diz respeito à presença e distribuição

territorial dos mais variados atrativos turísticos que envolvem uma região. É o que Boullón (2002) chama de matéria prima do turismo, especificamente nas relações que a sociedade estabelece com um determinado lugar.

Magalhães (2002) afirma que vários são os elementos que caracterizam e formam o espaço turístico, sendo eles responsáveis por alavancar a atividade turística de toda e qualquer região. De acordo com Palmeira (2007, p. 45) esses elementos também “podem ser considerados como o próprio espaço turístico” e são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Elementos que caracterizam e formam o espaço turístico

Tipo de elemento	Considerações em relação ao tipo de elemento
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atrativo turístico</li> </ul>	Todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse que motive o deslocamento de pessoas para conhecê-lo;
<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade</li> </ul>	Meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento, agenciamento, informações, roteiros e outros;
<ul style="list-style-type: none"> <li>Infraestrutura de apoio turístico</li> </ul>	Conjunto de obras e instalações de estrutura física de base como transportes, comunicação, serviços urbanos, serviços de segurança e saúde;
<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituições</li> </ul>	São os elementos que regulamentam a atividade e fomentam a sua prática, sendo do setor público (MMA e Ibama, secretarias e conselhos estaduais e municipais) ou privado (construtoras, redes hoteleiras, empresas de transportes, etc.);
<ul style="list-style-type: none"> <li>Demanda</li> </ul>	O público de interesse turístico. Geralmente se deslocam em fluxos de centros urbanos para núcleos receptivos, onde interagem com a população;
<ul style="list-style-type: none"> <li>A Comunidade</li> </ul>	Elemento distinto devido à relação estabelecida entre visitante e população, do vínculo econômico com a atividade e principalmente por ser muitas vezes o elemento motivador da visita (manifestações e usos tradicionais).

Fonte: Palmeira (2007, p. 45).

A constante interação entre os elementos aqui descritos tende a criar formas específicas que irão constituir o espaço turístico de uma região. Portanto, é de suma importância analisar cuidadosamente todos esses elementos para que a atividade turística possa ser plenamente desenvolvida em uma localidade, de maneira que

venha atender aos interesses de todos aqueles que irão visitar o território e suas paisagens.

Feger *et al.* (2006) revelam que a melhor forma de se determinar e conhecer o espaço turístico é recorrer ao método empírico, algo que se dá a partir da observação de toda a distribuição territorial e dos atrativos que se encontram em maior concentração em um determinado espaço turístico. O conhecimento do espaço turístico se faz mister, pois é através deste conhecimento que ações poderão ser implementadas para que haja a excelência no desenvolvimento da atividade turística de uma região.

A observância da distribuição, não só dos equipamentos, mas também dos serviços que são considerados de relevante importância em cada espaço turístico (Quadro 3) se faz necessária para que haja uma real compreensão da atividade turística em uma região, uma vez que esses (equipamentos e serviços) contribuem de forma direta para a formação de um espaço turístico. No seu conjunto, eles influenciam a capacidade de uma destinação atrair turistas e também trarão consequências para a economia e o meio ambiente das destinações.

Quadro 3: Classificação dos equipamentos turísticos

<b>EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS</b>	
Meios de hospedagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hotel, pousada, hospedaria, albergue, camping.</li> </ul>
Serviços de alimentação e bebidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bares, restaurantes.</li> </ul>
Serviços de entretenimento e diversões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parques de diversões, cinemas, teatros, casas noturnas, clubes, bingos, parques temáticos, outros.</li> </ul>
Serviços de agenciamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agências de viagem e turismo, transportadoras turísticas, outros.</li> </ul>
Eventos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centros de convenções e exposições, empresas organizadoras de eventos, locadoras de equipamentos, outros.</li> </ul>
Outros serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação turística, sinalização.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de OMT (1994).

Palmeira (2007) destaca que nem toda cidade turística possui os tipos de equipamentos identificados no Quadro 3, contudo se faz necessário que a mesma possua alguns destes serviços para atender a sua clientela (o turista) de forma

satisfatória. São eles: meios de hospedagem, alimentação e bebidas, entretenimento e diversões, agenciamento, eventos, informação e sinalização turística. Além destes serviços, é de relevante importância atentar não só para a quantidade, mas também para a qualidade desses e de outros equipamentos, visto que são eles que irão favorecer a formação do espaço turístico e fazer com que os turistas retornem em outra oportunidade ao espaço visitado.

Avaliar a estética da qualidade das paisagens do espaço turístico é outro ponto que deve ser levado em consideração quando do planejamento e prática de qualquer modalidade de turismo em uma cidade, uma vez que há um forte vínculo entre turismo e lugar visitado. Cruz (2002, p. 109), a propósito, chama a atenção para o fato de que a “[...] paisagem é a primeira instância de contato com o turista com o lugar visitado e por isso ela está no centro das atrações dos lugares para o turismo”.

Ao comungar com esse mesmo entendimento, Castro (2002, p. 132) esclarece que a paisagem traduz:

O sentido de um meio em termos imediatamente acessíveis a visão, a audição e ao odor. Ela compreende uma lógica de identificação [...] a paisagem é o que se vê, e neste sentido ela é decorrência também do olhar que se constrói em parte da herança histórica de uma cultura e em parte como experiência individual.

Por outro lado, Stankoviv (*apud* SANCHO, 2001, p. 201) afirma que “[...] o turismo é um consumidor específico dos recursos naturais, pois estes constituem parte importante para o desenvolvimento da atividade turística”. No Brasil, o turismo desenvolve-se principalmente em áreas litorâneas e baseia-se no que é mais abundante, aspectos da natureza muito valorizados pelo turismo, isto é, sol, praias e o mar, imbricados com o restante do patrimônio natural e a paisagem (YÁZIGI, 2003). O intenso processo de produção e consumo do espaço turístico nas regiões costeiras brasileiras vem se agravando e tem gerado uma grande preocupação não só quanto aos aspectos ambientais, mas também sociais e institucionais de desenvolvimento.

Por sua abrangência e complexidade, o turismo pode alterar consideravelmente os sistemas ecológicos, bem como as paisagens e as comunidades que compõem as destinações (HALL; PAGE, 1999). Grande parte dos

ecossistemas, sobretudo os litorâneos, não resistem aos impactos resultantes do turismo. A supressão da vegetação nativa, o aterro em áreas alagáveis e mangues, a destruição de dunas e restingas são alguns dos impactos ambientais frequentes nas regiões tropicais. A perda da diversidade nesses habitats compromete, algumas vezes irreversivelmente, o patrimônio natural dos lugares (ARAUJO, 2007).

Assim, apesar de gerar benefícios em âmbito econômico e sociocultural, o turismo também pode causar severos impactos negativos, sobretudo ambientais, uma vez que os recursos naturais são elementos chave como atrativos turísticos, sendo, portanto, amplamente utilizados.

Dessa forma, pode-se considerar que os atrativos turísticos dependem da qualidade do meio ambiente e conseqüentemente das paisagens, pois o turismo é imagem, é encantamento, é convencimento, como também é sedução. Portanto, esse é o pano de fundo de todas as ofertas turísticas.

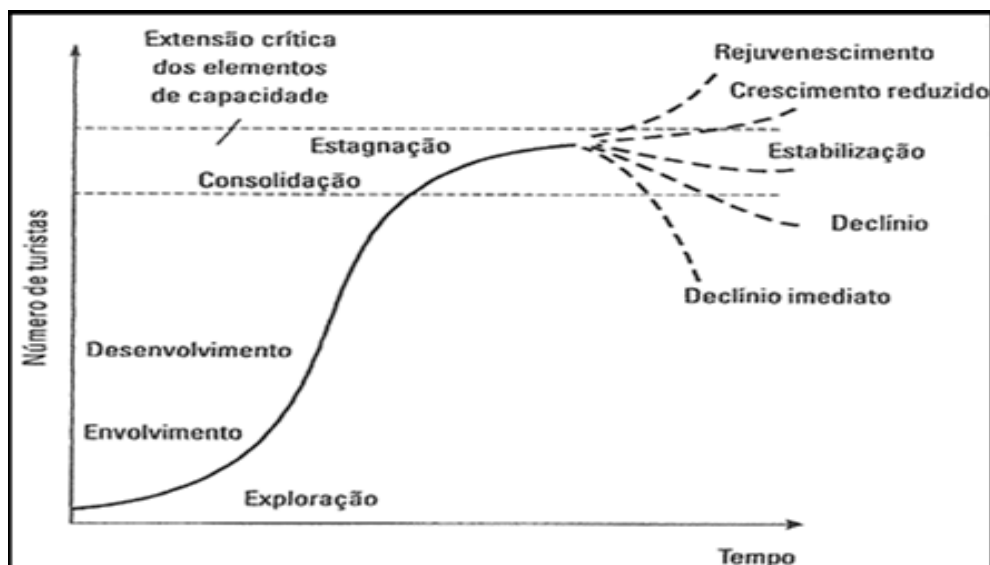
### **2.1.2 O ciclo de vida do lugar turístico (*Tourism Area Life Cycle - TALC*)**

As destinações turísticas surgem e evoluem ao longo de um ciclo pelo qual as condições ambientais do lugar tendem a se degradar, como proposto por Butler (1980). Segundo Hall e Page (2002, p.105-106), os estudos de Butler (1980) sobre o ciclo de vida de um lugar turístico são “[...] uma das mais influentes contribuições dos geógrafos para a literatura do turismo”.

De acordo com Butler (1980, p. 5), “[...] pouca dúvida pode haver de que as áreas turísticas são dinâmicas, de que evoluem com o tempo”. O modelo proposto por Butler identifica estágios de evolução da vida de um destino turístico a citar: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação e estagnação (Figura 1), ponto este em que a destinação toma rumos que dependerão das intervenções que possam ser feitas para reverter o problema.



Figura 1: Ciclo de vida do destino turístico



Fonte: Butler (1980)

Na fase **Exploração** o lugar é 'descoberto' e começa a ser explorado. Os primeiros turistas chegam a um determinado destino turístico, geralmente sendo o tipo de turista que Plog (1991) como aloctéricos<sup>4</sup>. Este estágio é caracterizado pela inexistência de infraestrutura turística ou de apoio no local. "O exótico, a descoberta, a sensação de explorar um novo destino e a pouca chance de encontrar outros turistas são as principais motivações dos turistas neste estágio [...]" (LIMA; VILAR 2014, p. 223). Em Maragogi essa foi a realidade até a década de 1970, com poucos turistas aloctéricos vindos sobretudo de Alagoas ou Pernambuco e praias com natureza preservada, sobretudo pela dificuldade de acesso ao local.

No estágio **Envolvimento** alguns serviços turísticos começam a ser prestados pela população local, sendo intenso o contato dos turistas com os nativos, uma vez que ainda não há uma estruturação formal dos serviços e os próprios moradores do lugar os ofertam. Em Maragogi inicia-se esse estágio a partir da construção da AL-101-Norte em 1979, ficando mais forte nos anos 1980. Os turistas começam a circular pela via e os primeiros 'negócios' relacionados ao turismo começam a aparecer por iniciativa da população nativa.

<sup>4</sup> São aqueles que buscam aventura em locais novos e diferentes, geralmente sem infraestrutura turística instalada.

O estágio **Desenvolvimento** é caracterizado pelo início do investimento por parte de empresários de fora da localidade, em infraestrutura turística e na prestação de serviços turísticos. O incremento no número de turistas é estimulado pela melhor infraestrutura e preparação do espaço local para o turismo e por facilidades nos serviços, tais como melhores opções de hospedagem e alimentação. É o turista psicocêntrico, que, segundo Plog (*apud* PEARCE, 2003), procura estruturas consolidadas em suas viagens. Neste estágio, “[...] o envolvimento e o controle local declinam rapidamente, à medida que instalações mais modernas e elaboradas são proporcionadas por empreendedores externos e autoridades regionais e nacionais assumem a responsabilidade pelo planejamento” (PEARCE, 2003, p. 47). Como consequência, as relações com os turistas se tornam mais formais, visto que o contato direto é feito por meio de uma estrutura mais comercial. Em Maragogi essa estrutura mais formal começa a consolidar-se no final da década de 1980, mas é na década de 1990 que atinge seu apogeu. A inauguração do Hotel Salinas de Maragogi serviu como marco, uma vez que a localidade passou a ter divulgação e projeção a nível nacional em operadoras e agências de turismo, que contribuíram para a divulgação e consequente desenvolvimento da destinação Maragogi.

Durante o estágio de **Consolidação** tende a começar uma redução no ritmo de crescimento da demanda turística. Apesar disso, o turismo, já consolidado como importante fonte de divisas local, se transforma numa atividade de grande importância para a economia do território, gerando emprego e renda. Inicia-se então um processo de desenvolvimento de esforços para aumentar o período turístico e consequentemente diminuir a sazonalidade, renovando alguns equipamentos e substituindo outros.

Quando o lugar atinge o estágio de **Estagnação** o destino turístico tenta sobreviver por meio da quantidade de turistas que precisam lotar os equipamentos para viabilizá-los economicamente, os preços baixam e passam a atrair demanda de menor poder aquisitivo. O turismo de massa passa a ser intenso e as transformações no espaço urbano idem, aumentando os impactos negativos do processo de turistificação. Consequentemente o território experimenta um desgaste econômico, social e ambiental. De acordo com Lima e Vilar (2014, pag. 223),

Os equipamentos físicos começam a se degradar e as atrações criadas para o atendimento de turistas nas fases de desenvolvimento e consolidação envelhecem, saem de moda e perdem atratividade, o ambiente natural, que antes era o ponto de maior atração, deteriora-se pelo incorreto uso da paisagem na construção de equipamentos turísticos (hotéis, bares, restaurantes etc.), e o número de visitantes excede os limites da capacidade de carga.

De acordo com as políticas adotadas nesta fase, a localidade em processo de estagnação pode seguir rumos que variam desde seu declínio imediato como destinação até seu rejuvenescimento, passando por outras hipóteses como o crescimento reduzido, a estabilização ou o declínio não tão rápido. Uma importante medida é a adoção de políticas voltadas à solução dos problemas ambientais, como é o caso dos problemas de saneamento, tão comum em regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Frequentemente, tais medidas são implantadas por meio de políticas públicas, como uma ação reativa aos problemas (não preventiva), muitas vezes causados ou agravados pelo próprio turismo.

Segundo Barros (2010), a destinação Maragogi destaca-se no segmento “sol e praia”, chegando a ser chamada de “Taiti Nordeste”, ou “Caribe do Nordeste” pelos meios de comunicação do Sul, numa clara comparação à beleza costeira daquelas destinações (VERAS FILHO, 1991). Portanto, o planejamento, gestão e conservação ambiental deveriam ser as maiores preocupações em uma destinação de sol e praia como Maragogi, uma vez que é justamente atrás das paisagens que os turistas se deslocam, às vezes de outros continentes. O meio ambiente que é o principal recurso da localidade, sofre com a poluição ambiental, o que pode comprometer o ciclo de vida turístico local.

É justamente essa a principal importância do *TALC* (Ciclo de Vida do Lugar Turístico), que apesar das críticas de alguns autores ao modelo proposto por Butler (1980), tem a capacidade de advertência e precaução em relação aos impactos negativos do turismo. Segundo Crocia (2012, p.27),

Assim tanto a pesquisa quanto o planejamento podem obter benefícios no uso do modelo, desde que entendido não como uma representação de uma inevitabilidade, mas como uma útil ferramenta para a exploração do conhecimento sobre a experiência geográfica do turismo.

Ainda segundo Lohmann e Netto (2008, p. 357), o modelo de Butler (1980) é o que melhor reflete os estágios do ciclo de vida de um destino turístico, e a

verificação de sua utilização em publicações recentes reforça ainda mais a sua contribuição para os estudos da geografia do turismo. O modelo vem sendo aplicado em diversos destinos turísticos e referenciado em pesquisas científicas em todo o mundo, influenciando assim, o campo dos estudos da geografia do turismo nas últimas décadas.

O *TALC* foi aplicado em destinos turísticos como Lancaster, Quebec e China. Além disso, Butler (2006) discute o *TALC* na perspectiva da participação e percepção local no processo do desenvolvimento do turismo no Caribe e a busca do turismo sustentável na Tailândia. Ademais, destinos turísticos que passaram para o estágio de rejuvenescimento após um período de estagnação, como por exemplo, *Golden Coast* na Austrália, também utilizaram o modelo *TALC*. Por fim, Butler (2006, p.337) conclui argumentando a respeito do futuro do modelo evolucionário *TALC* da seguinte maneira:

It is clear that more than one cycle may be in operation at any one time in many destinations, as most locations cater to more than one market segment. The *TALC* is attempted to model the overall pattern and process of development for destinations and the existence of multiple cycles does not invalidate that. In the future, further application and subsequent modification of the *TALC* may result in a more accurate and more widely applicable curve, a more precisely defined set of stages and a better explained process of development for destinations<sup>5</sup>.

Como Butler (2006) explica, mais de um ciclo pode estar em operação a qualquer momento em um destino, sendo o ciclo de vida dos lugares ou destinações turísticas um fenômeno muito complexo e existe muito a ser compreendido a respeito do assunto. Apesar do acelerado processo de degradação ambiental que Maragogi vem sofrendo ao longo dos últimos anos, seu território ainda possui algumas características da fase de Consolidação. É um destino consolidado, inclusive internacionalmente, tendo o turismo como principal fonte geradora de emprego e renda para a localidade e ainda desperta atratividade para investidores externos ao local. Entretanto, até por causa dos severos danos ambientais causados ao meio ambiente e conseqüentemente à paisagem natural, que é seu principal

---

<sup>5</sup> Está claro que mais de um ciclo pode estar em operação a qualquer momento em alguns destinos, como a maioria dos locais pode atender mais de um segmento do mercado. O *TALC* é uma tentativa de modelar o padrão global, o processo de desenvolvimento dos destinos e a existência de ciclos múltiplos não é invalidada. No futuro, as novas aplicações e alterações do *TALC* poderão resultar em uma curva mais rigorosa e aplicável, definindo mais precisamente um conjunto de fases e processos de desenvolvimento melhor explicado dos destinos (Tradução Livre, 2015).

atrativo, Maragogi também possui fortes características do estágio de Estagnação como, por exemplo, o intenso turismo em massa e os severos impactos negativos provocados pelo processo de turistificação.

Portanto, o uso do *TALC* proposto por Butler (1980), inclusive na área deste estudo, ajuda a compreender a relação entre o processo de turistificação e o meio ambiente à medida que verifica as mudanças em termos das taxas de visitantes e do desenvolvimento da infraestrutura voltada ao turismo, como por exemplo, acomodações e atrações turísticas, e por outro lado, faz um contraponto com os impactos positivos e sobretudo negativos da atividade turística na área turistificada.

### **2.1.3 Os impactos econômicos e socioculturais do turismo**

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a atividade turística é um dos setores da economia que mais crescem no mundo. Ela movimenta cerca de três trilhões e quinhentos bilhões de dólares americanos anualmente (OMT, 2003) e apenas na década de 1990 expandiu sua atividade em 57%.

Os impactos causados pelo turismo, ou seja, a interação entre os turistas, as comunidades locais e os meios receptores são os mais diversos possíveis. Segundo Ruschmann (1993), os impactos do turismo referem-se a uma ampla gama de modificações ou sequência de eventos, provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras.

De acordo com Urry (1990, p. 17), “[...] o turismo é uma atividade de lazer, que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado”. Inegavelmente, é uma importante fonte de crescimento e desenvolvimento para a economia de uma região e está inserido na lógica capitalista em sua fase globalizada. O processo de turistificação demanda uma infraestrutura mínima para implantação de equipamentos como hotéis e pousadas. Essa implantação gera emprego e renda, além de tributos e da diversificação da economia com a necessidade de investimento em outros equipamentos para suprir a demanda dos turistas, como bares, restaurantes, locadoras, agências de turismo entre outros. Além disso, outro importante impacto positivo que o turismo pode proporcionar seria

a conservação do patrimônio local, reafirmando a identidade cultural do lugar e proporcionando um intercâmbio cultural com os visitantes.

No entanto, em muitos casos, o turismo também gera impactos negativos. Nem todas as suas formas culminam em um desenvolvimento que permita retorno econômico e social para as comunidades envolvidas. No processo de turistificação de um lugar, as comunidades locais são seduzidas por promessas de desenvolvimento e geração de renda que muitas vezes são falsas. Na prática, a maioria delas não se materializa de forma significativa tendo em vista as limitações do mercado de trabalho formal, devido ao baixo nível de escolaridade das populações locais. Boa parte dos grupos estrangeiros que aportam nas destinações turísticas traz do país natal mão-de-obra qualificada, deixando para os nativos os cargos que exigem menos qualificação. Segundo Araujo (2007), essa carência de capacitação para um trabalho novo gera frustração quando as expectativas não são atendidas, causando mais exclusão social e não promovendo a tão almejada inclusão.

Outros problemas graves também podem ocorrer com o aumento da população residente e sazonal, decorrentes da falta de infraestrutura básica e da perda da comodidade dos habitantes. Esse incremento populacional gera especulação imobiliária, outra face desigual da globalização onde grandes grupos, muitas vezes estrangeiros, se apropriam do território e a população local é impelida às regiões periféricas por não poder pagar o preço da terra que anteriormente lhes pertencia, às vezes por gerações. Esse processo chamado de “gentrificação” também favorece a degradação ambiental, uma vez que essa população deslocada acaba ocupando áreas frágeis como mangues e encostas e, não tendo meios para construir de forma adequada, contribuirão ainda mais para a degradação destas áreas.

Com o desenvolvimento do turismo nas destinações, a desigualdade social tende a se agravar e a existência de contingentes populacionais que estão à margem do processo social multiplica e aprofunda os conflitos sociais e a deterioração da qualidade de vida no destino, aumentando a exclusão desses indivíduos que não conseguem se incluir no sistema produtivo. Com o turismo de

massa, aumentam ainda consideravelmente os desvios sociais com o incremento do tráfico de drogas, prostituição, crimes, etc.

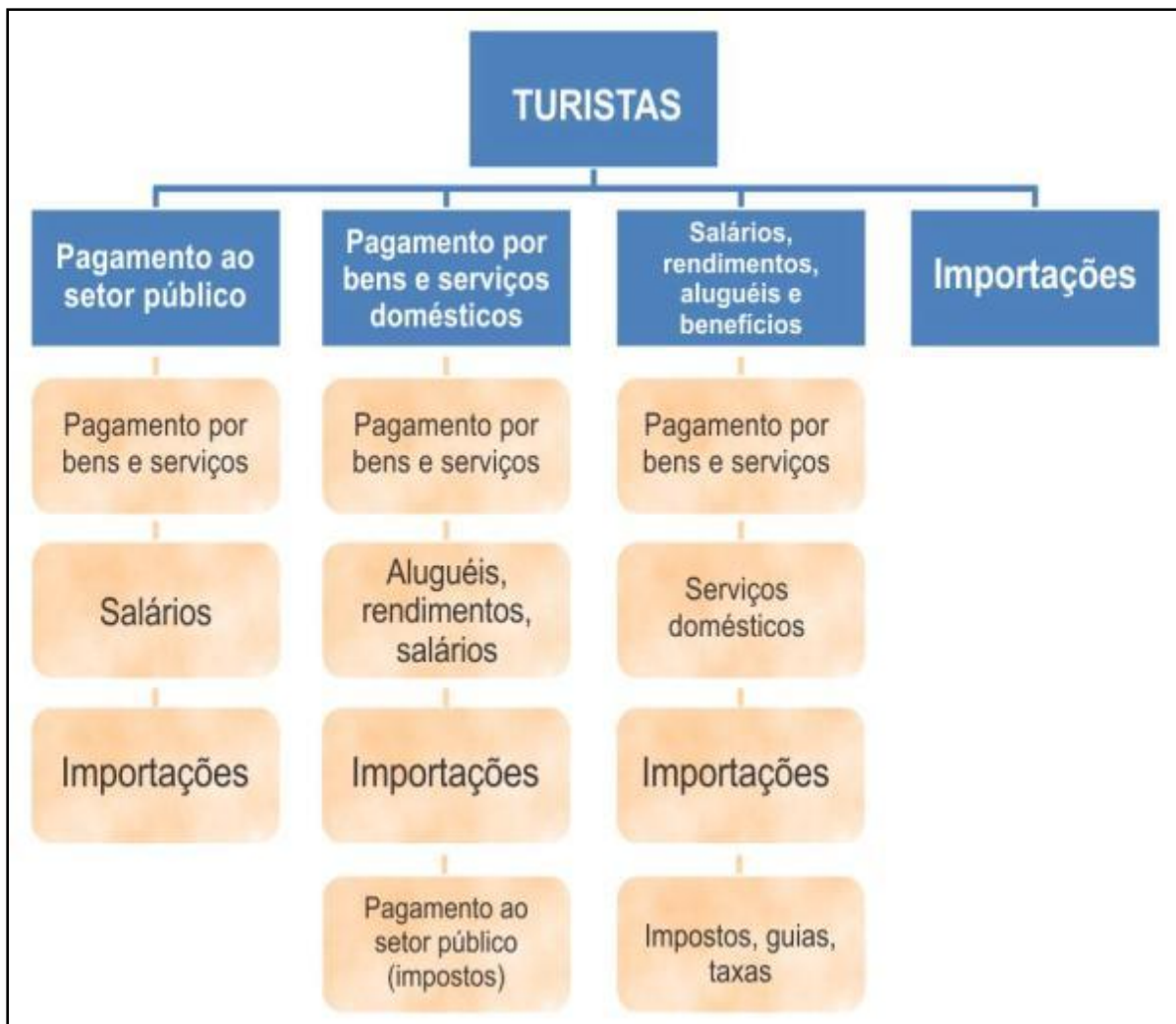
Ruschmann (2002, p. 37) arremata o mesmo posicionamento ao declarar que,

Os impactos do desenvolvimento turístico sobre o patrimônio natural e cultural são percebidos local, regional, nacional e internacionalmente. A intensidade dos impactos, tanto positivos como negativos, pode apresentar-se nesses diferentes níveis. Em alguns casos, os impactos não são relevantes e, em outros, comprometem as condições de vida ou a atratividade das localidades turísticas.

De acordo com Ruschmann (2008), o turismo também traz impactos positivos, dentre os quais se podem citar: a geração de emprego (com mão-de-obra especializada ou não, visto que se trata de um setor onde seu uso é intensivo) e renda; contribui para a diversificação da economia; favorece a distribuição do desenvolvimento regional; fortalece as tradições e valores regionais (a exemplo da valorização do artesanato, da herança cultural e do orgulho étnico); promove a aproximação entre os povos; favorece a circulação da moeda; contribui com o melhoramento da qualidade de vida das pessoas, algo que se dá a partir da geração de renda; favorece a preservação do patrimônio histórico e cultural das cidades; desenvolve o incremento do Produto Interno Bruto – PIB, contribuindo para geração de tributos e produzindo um efeito multiplicador (Figura 2) em relação a outras atividades econômicas; colabora no sentido de que haja um melhoramento da infraestrutura local; entre outros.

No que diz respeito aos prováveis impactos positivos propiciados ao meio ambiente, a OMT (1994) descreve que tais impactos estão relacionados à conservação de áreas naturais importantes, conservação de lugares históricos e arqueológicos, bem como do patrimônio arquitetônico local, melhoria da qualidade do meio ambiente, melhoria da infraestrutura, aumento da consciência sobre o meio ambiente e criação de áreas protegidas.

Figura 2: Forma como se dá a multiplicação da renda do turismo para outros setores da economia

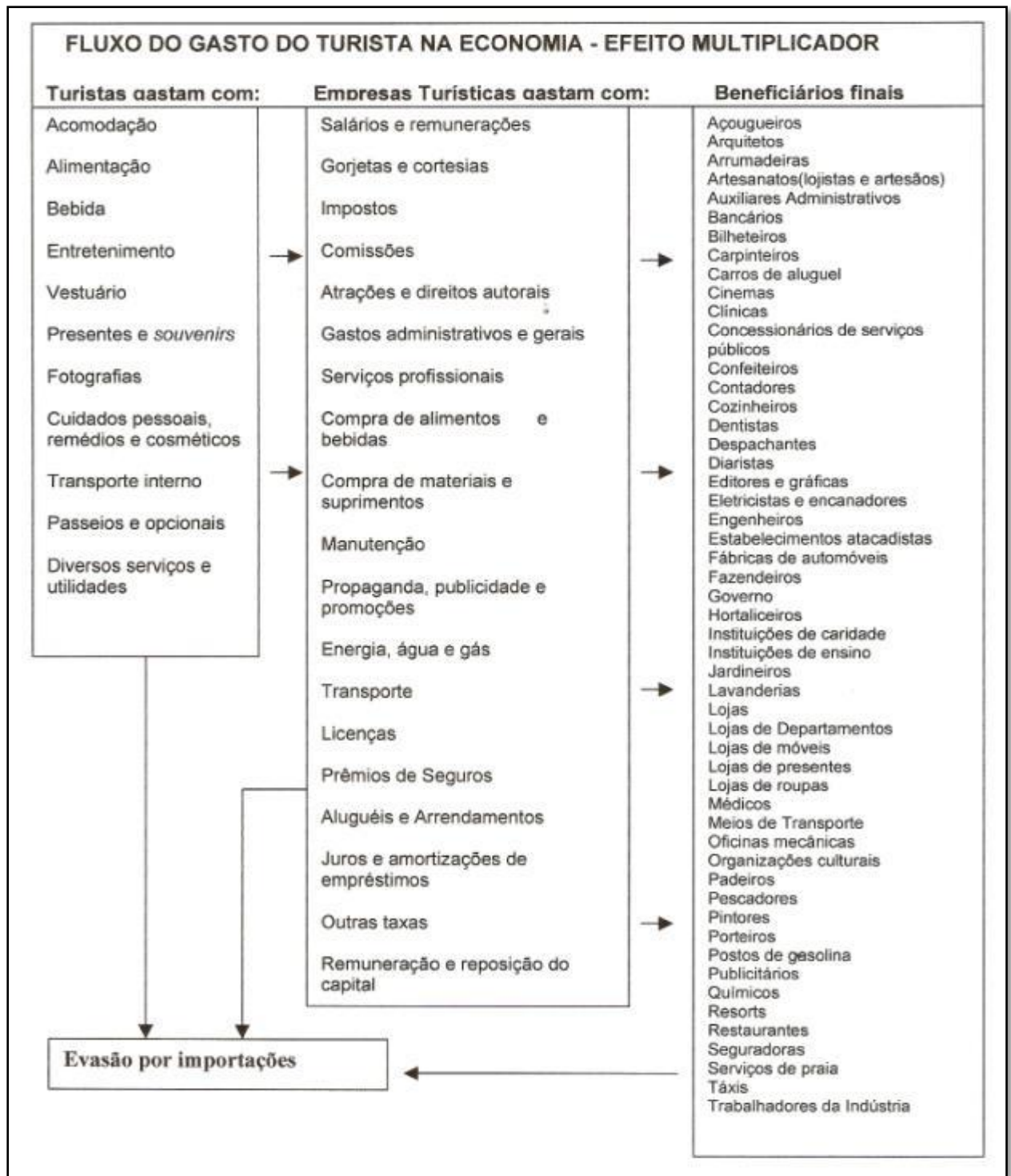


Fonte: OMT (2001, p. 19).



De forma similar a multiplicação da renda do turismo para outros setores da economia, Inskeep (1991, p. 388) identifica 52 beneficiários finais na economia de um destino turístico (Figura 3).

Figura 3: Matriz de efeito multiplicador em setores da economia



A matriz de efeito multiplicador em setores da economia mostrada na Figura 3 deixa clara a importância econômica da atividade turística, pois é por meio dela que significativos ganhos são alcançados para a sociedade como um todo. Em outras palavras pode-se inferir que o turismo, assim como tantos outros setores econômicos apresenta-se como mola propulsora no desenvolvimento da economia de muitas regiões, fato também confirmado por Coelho e Fernandes (2011, p. 72), quando afirmam que “[...] o turismo é, hoje em dia, uma das atividades econômicas que apresentam melhores perspectivas de desenvolvimento, pois com o passar dos tempos deixou de ser associado especificamente a ideia de lazer e passou a ser estudado de modo mais científico”.

No que tange aos impactos negativos provocados pelo fluxo das atividades turísticas, tem-se como exemplo: a degradação ao meio ambiente como exemplo como a poluição sonora; da água e do ar; aumento sazonal de preços; ameaça à estrutura familiar, à medida que favorece a geração de desentendimentos e desenvolve problemas sociais. Enfim, uma série de efeitos negativos podem ser percebidos a partir do momento em que investimentos são aplicados em tal atividade, sem que se haja realizado um bom planejamento, fazendo com que os retornos esperados não sejam alcançados. Dessa forma, cabe ao poder público e até mesmo à comunidade local tomar os cuidados necessários para que estes efeitos negativos possam ser sanados ou minimizados em face à prática da atividade turística. Em outras palavras, pode-se dizer que cabe a todos os envolvidos no processo de desenvolvimento turístico o verdadeiro comprometimento com a preservação e conservação do patrimônio natural e cultural do território que está sendo explorado.

## **2.2 As políticas públicas e o planejamento do turismo sustentável**

O planejamento da atividade turística é crucial para que se atinja um grau de equilíbrio entre os interesses do capital e os da comunidade local que habita o território. Os investimentos não devem se limitar à infraestrutura e construção de leitos, mas contemplar igualmente o desenvolvimento social das comunidades, na

tentativa de dirimir conflitos que possam se instalar e minimizar o impacto da exclusão social.

O turismo necessita de um planejamento que possibilite a utilização dos recursos sem destruí-los, permitindo a preservação para as gerações futuras do patrimônio agora explorado. Para que este princípio da sustentabilidade seja respeitado torna-se imprescindível planejar de forma participativa, trazendo os diversos atores para a discussão. Além do setor privado que investe na implantação dos equipamentos necessários para o desenvolvimento da atividade e do setor público que normatiza a atuação dos demais, existe uma série de outros atores importantes.

Os detentores da cultura local, ou seja, a comunidade, é um parceiro central, uma vez que são eles que conviverão com o fluxo turístico e seus impactos. Outro ator em potencial é o chamado terceiro setor ou as Organizações Não Governamentais (ONGs). Com um viés social e/ou ambiental elas podem auxiliar nas discussões sobre temas diversos como alternativas para a inclusão social ou a utilização sustentável dos recursos naturais. A comunidade científica também deve participar do processo de planejamento participativo através do fomento a uma correta metodologia de planejamento em todo o processo.

Hoje em dia as políticas públicas, consideradas como o Estado em ação, e o planejamento turístico não têm tido um tratamento prioritário, uma vez que tanto o setor turístico quanto os três níveis de governo estão mais preocupados com a divulgação e os retornos de curto prazo do que com o investimento estratégico e a sustentabilidade (HALL; PAGE, 1999). Essa visão corrobora com a teoria da força do capital agindo como demolidora de etapas necessárias a uma atividade bem gerida e planejada, visando o lucro rápido e fácil.

O processo de planejamento e gestão das áreas turísticas é uma atividade lenta, que exige grandes esforços em sua elaboração, não só por parte dos governos e setor privado, mas também da população que será a principal implicada na atividade. Porém, é inaceitável pensar em desenvolvimento sustentável sem uma política pública e um plano diretor que defina ocupações e usos nos diversos ecossistemas do lugar em questão. Essa gestão deve ser participativa e com a inclusão dos diversos atores no processo, para que o desenvolvimento seja

sustentável e economicamente viável não só para os investidores que visam retorno do seu capital, mas também para a população local que além de empregos e geração de renda necessita também de um meio ambiente preservado para viver bem.

### **2.2.1 O desenvolvimento sustentável do turismo**

Em face às considerações até aqui apresentadas já se tem a percepção do quanto a atividade turística é importante não só para a economia de uma região em específico, como também para o país. Todavia, trata-se de uma atividade que ao longo dos anos vem trazendo para todo o seu entorno significativos impactos negativos como já dito, em especial ao meio ambiente. Assim, o planejamento e a criação de políticas públicas precisam priorizar uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

No passado, a ideia que se tinha em relação ao desenvolvimento sustentável do turismo era tão somente voltada à proteção ao meio ambiente, de modo especial junto aos países desenvolvidos (RUSCHMANN; WIDMER, 2001). Diferentemente do passado, o desenvolvimento sustentável da atividade turística na atualidade não só está vinculado à importância da conservação e proteção do meio ambiente como também a conservação dos recursos e aos aspectos sociais como econômicos e culturais, conforme propõe Töpfer (2002).

A adoção e reconhecimento do termo desenvolvimento sustentável se deu de forma mais ampla a partir da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, a qual ficou conhecida como Eco-92. Ao sustentar este mesmo posicionamento, eis o que Moura *et al.* (2012, p. 20) afirmam,

Há vinte anos, por exemplo, a palavra “sustentabilidade” parecia mais um termo técnico do que uma preocupação com qualidade de vida. O efeito estufa não tinha tanta popularidade, já que o aquecimento global, naquela época, nem era citado nas ruas. Era um assunto discutido apenas por especialistas. Foi nesse ambiente que surgiu a “Eco 92” (ou “Rio 92”), dando valor e audiência ao conceito de desenvolvimento sustentável, mostrando cada vez mais ao mundo a real situação da Terra e trazendo consigo novos acordos como a “Carta da Terra”.

De acordo com a OMT (*apud* KÖRÖSSY, 2008, p.63), o desenvolvimento sustentável do turismo se dá a partir do atendimento “[...] das necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. Partindo desse pressuposto Pires (2002, p. 117), afirma que o conceito de turismo sustentável fundamenta-se “[...] no próprio princípio universal de sustentabilidade, que implica a necessidade de conservar os recursos para que as futuras gerações possam utilizá-los e desfrutá-los com os mesmos direitos das gerações atuais”.

Nesta perspectiva, a OMT (2003) pontua que a noção de turismo sustentável deve levar em consideração um modelo de desenvolvimento econômico que propicie: o melhoramento da qualidade de vida da comunidade local de modo a não gerar *gentrification*, o qual está relacionado à expulsão por qualquer motivo<sup>6</sup> das populações originais – em geral as menos favorecidas – de uma determinada área; melhorar a qualidade de vida com benefícios não só econômicos, mas também sociais aos moradores da localidade e empresas que na região se instalem; promover uma elevada qualidade de experiência ao visitante a fim de que ele na verdade se encante com a região visitada; a manutenção da qualidade dos bens naturais – do meio ambiente como um todo – da região da qual não só depende a comunidade anfitriã como também aquele que a visita; a oferta de uma distribuição equilibrada tanto dos benefícios quanto dos custos; estimular a compreensão de que a prática da atividade turística pode efetivamente resultar em impactos no ambiente cultural, material e humano; o melhoramento das infraestruturas de cuidados com a saúde e sociais. Ao seguir esta mesma linha de entendimento, Ruschmann (2008) chama a atenção para o fato de que o turismo sustentável deve abranger a existência de turistas cada vez mais responsáveis, de modo que suas ações junto às comunidades receptoras possam ser verdadeiramente equilibradas nos campos sociais, culturais e ambientais.

Como visto, o turismo sustentável não deve considerar tão somente o meio ambiente, na sua dimensão natural, pois como entende Sachs (1993, p.37), o desenvolvimento sustentável envolve cinco distintas dimensões, sendo elas: a

---

<sup>6</sup> No caso específico deste trabalho classifica-se aqui o processo de gentrificação como a expulsão de moradores de comunidades locais, em geral as menos favorecidas, pela valorização imobiliária tão presente em nosso litoral.

**sustentabilidade social**, a qual visa sobretudo, reduzir as desigualdades sociais, valorizando o “ser” sobre o “ter”; a **sustentabilidade econômica**, o que engloba a melhoria das condições econômicas e financeiras com um processo de gestão e alocação de recursos mais eficiente; a **sustentabilidade ecológica** pela qual deve haver um estímulo no sentido de substituir o uso de combustíveis fósseis e recursos esgotáveis por recursos renováveis ou ambientalmente inofensivos. Este estímulo deve também estar alinhado à conservação e reciclagem de energia e recursos naturais, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas; a **sustentabilidade espacial**, cuja proposta deve estar vinculada a uma configuração rural e urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas e, por fim, a **sustentabilidade cultural**, onde processos de mudança no seio da continuidade cultural devem ser feitas respeitando as características de cada cultura e de cada local. Esta é um dos mais importantes vetores do desenvolvimento. A extinção da referência cultural do indivíduo é uma das principais causas de degradação social e marginalização da comunidade.

Neste sentido, é de fundamental importância que o planejamento do turismo inclua a participação dos grupos e agentes que são afetados pelas intervenções (ARAUJO, 2007). Ainda segundo Beni (2006, p.63):

O modelo de gestão participativa pode trabalhar não apenas em prol da integração entre as diversas esferas em que atuam os agentes decisores, mas na democratização da informação e dados para permitir a construção de uma nova forma de agir, fora dos velhos paradigmas do assistencialismo, paternalismo, utilizando um planejamento participativo, integrado e, mais importante, convergente com os anseios da população, fazendo às vezes de multiplicador do conhecimento, de histórias e identidades locais.

A participação no planejamento tem o potencial de aumentar os benefícios do turismo, por levar em consideração a opinião de vários atores sociais que serão atingidos, positiva e negativamente, pelo turismo. Na realidade mesmo as pessoas que não aderirem as políticas públicas criadas por outrem se beneficiam, mas podem também sofrer impactos dessas políticas. Na área de estudo, por exemplo, quem não se conecta à rede de esgotos se beneficia de uma possível limpeza maior nas praias. Assim, é importante o envolvimento da comunidade local na busca por soluções de saneamento, pois esse setor contribui diretamente para o

desenvolvimento sustentável por impactar positivamente a vida dos residentes das comunidades hospedeiras, assim como a experiência dos próprios visitantes.

O processo de planejamento e gestão ambiental da zona costeira é uma atividade lenta, que exige grandes esforços em sua elaboração e implantação. Porém, é inoportuno pensar em desenvolvimento sustentável sem pensar na inclusão de todos os interessados no planejamento, implantação e gestão das ações que se pretende implantar, mesmo que isso exija mais tempo de planejamento. É importante que o planejamento e a gestão sejam participativos com a inclusão dos diversos atores no processo, para que o desenvolvimento seja sustentável e economicamente viável, não só para os investidores que querem retorno do seu capital, mas também para os turistas e a população local que além de empregos e geração de renda necessitam também de um meio ambiente conservado.

Delineadas tais premissas se faz necessário pontuar que o turismo refere-se a uma atividade que deve ser muito bem planejada e implementada de forma apropriada, pois somente assim irá contribuir para a manutenção das riquezas naturais existentes em cada estado, além de propiciar os benefícios já mencionados, fato também confirmado por Ansarah (2001, p. 67),

O planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento de um turismo equilibrado, também chamado turismo sustentável, ou seja, aquele que ocorre em harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões turísticas receptoras, preservando-os para as gerações futuras. Importante instrumento contra o fluxo desordenado de turistas nessas regiões, o planejamento ajuda, ainda, a evitar danos ambientais e manter a atratividade dos recursos turísticos naturais e culturais. Contribui, portanto, para que a atividade turística continue a se desenvolver, sem prejudicar suas próprias fontes de existência. Assim, pode-se dizer que o planejamento turístico é o processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade.

Quando da prática da atividade turística em uma região, cabe ao Estado o completo zelo pelo planejamento deste tipo de atividade, algo que se dá por meio de “[...] políticas e da legislação necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura básica, que proporcionará o bem-estar da população residente e dos turistas” (ANSARAH, 2001, p. 67). Além de todo o zelo acima descrito, a autora supracitada destaca que cabe ainda ao Estado todo um cuidado com o seu patrimônio

ambiental, o que compreende as suas riquezas naturais, o seus ambientes culturais e psicossociais, bem como o estabelecimento de condições que possam não só facilitar como também regulamentar os serviços e equipamentos das destinações que são necessários ao atendimento de todos os anseios dos turistas junto às empresas privadas.

Ansarah (2001, p. 67) aponta ainda que “[...] o planejamento turístico realizado por órgãos públicos não visa lucros direto, mas sim o bem-estar social, e seus resultados dificilmente podem ser medidos de modo quantitativo”. Em contrapartida, este mesmo tipo de planejamento, quando efetivado por empresas privadas, as quais visam à lucratividade, não só pode como deve ser medido de forma quantitativa, no sentido de se alcançar os níveis de eficiência do planejamento, segundo a autora acima citada.

Neste sentido, Ansarah (2001) argumenta que no tocante ao planejamento turístico existe a possibilidade de se nomear não só específicas competências como também atribuições tanto para os órgãos públicos quanto para a iniciativa privada, como especificado no Quadro 4.

Quadro 4: Competências e atribuições que podem ser nomeados ao Estado e iniciativa privada quando do planejamento turístico

<b>Cabe ao Estado</b>	<b>Cabe a iniciativa privada</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer diretrizes e políticas para o desenvolvimento do setor;</li> <li>• Estabelecer normas e regulamentos de preservação ambiental, bem como para abertura e funcionamento de equipamentos e serviços turísticos;</li> <li>• Criar mecanismos de fiscalização e controle;</li> <li>• Promover o desenvolvimento turístico nos níveis nacional, estadual e municipal;</li> <li>• Criar condições para captação de recursos, promover facilidades na obtenção de créditos e financiamentos e estimular o desenvolvimento da atividade na esfera privada;</li> <li>• Realizar pesquisas e estatísticas sobre o turismo, bem como promover e incentivar o desenvolvimento destas em esferas não governamentais;</li> <li>• Incentivar a capacitação profissional, etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observar leis e regulamentos, bem como mecanismos de fiscalização e controle;</li> <li>• Atuar no desenvolvimento da infraestrutura turística;</li> <li>• Planejar cuidadosamente o funcionamento de suas atividades e equipamentos para atender com qualidade às necessidades e desejos do turista;</li> <li>• Utilizar-se de mão-de-obra capacitada;</li> <li>• Desenvolver associações, com vistas à troca de experiências e informações bem como para melhor articulação na criação e defesa de interesses perante empresariado e/ou governo;</li> <li>• Manter-se atualizado quanto às tendências do turismo;</li> <li>• Elaborar pesquisas com clientes, acompanhando a funcionalidade e a qualidade de seu estabelecimento, etc.</li> </ul>

Fonte: Ansarah (2001, p. 68).



Portanto, é necessário combinar competências do Estado e da iniciativa privada no planejamento turístico, além da participação do terceiro setor.

Dias (2003, p. 71), a propósito, chama a atenção para o fato de que,

[...] o turismo como parte integrante do processo mais geral de implantação e consolidação da economia capitalista apresenta todos os aspectos dos demais setores produtivos, ou seja, possui características predatórias e outras que podem torná-lo um indutor do desenvolvimento sustentável.

Portanto, cabe a todos os envolvidos no processo de planejamento e desenvolvimento das atividades turísticas voltarem-se às reais preocupações que devem ser levadas em consideração quando do planejamento e implementação de políticas públicas e desenvolvimento turístico, incluindo-se neste rol os próprios turistas que devem ter em mente a importância da preservação dos mais variados recursos naturais e patrimoniais das cidades que visitam, os empresários dos mais variados ramos, as organizações do terceiro setor, enfim, todos aqueles que fazem acontecer o turismo. Esta não é uma tarefa fácil, uma vez que o turismo, por ser uma atividade econômica e vender uma mercadoria (serviço), está baseado no conflito capital e trabalho.

A defesa da participação de todos os interessados no planejamento turístico corrobora então o que foi dito neste capítulo. Quando o turismo não é gerenciado e planejado de forma efetiva pode ocasionar impactos negativos para o destino turístico (BUHALIS, 2000), sendo que a participação pode melhorar a efetividade das políticas de desenvolvimento turístico. O desenvolvimento sustentável do lugar e sua imagem percebida por turistas são fatores a ser considerados no gerenciamento e planejamento do lugar, conforme aponta Buhalis (2000) em seus estudos. Configura ainda uma perspectiva interessante para o planejamento de ações de marketing objetivando o sucesso do destino turístico (BUOSI *et al.*, 2014).

## 2.3 O urbano, a água e o saneamento

### 2.3.1. O conflito entre o urbano e a água

A água sempre foi um fator preponderante na fixação do homem em determinadas partes do planeta. Com o passar do tempo e o avanço da civilização o homem foi aprendendo que fixar-se próximo a fontes de água era uma condição *sine qua non* a sua sobrevivência. Especialmente os rios e lagos, por serem fontes de água doce, tornaram-se pontos de aglomeração de pessoas. Começam a surgir as cidades, a vida em comunidade e conseqüentemente uma apropriação espacial diferente da vida nômade que com o decorrer do tempo resultaria em diferentes alterações na natureza até então preservada.

A relação entre a água e o espaço urbano é antiga e complexa segundo Chocat (1997). De acordo com Baptista *et al.* (2002, p. 29),

Ao longo de toda história da humanidade sempre houve uma profunda ligação das cidades com os cursos de água, sendo estes determinantes para a existência daquelas, na medida em que constituíram fatores essenciais no processo de sedentarização das populações.

Para Sposito (2003), as primeiras cidades, como de fato as conhecemos hoje, datam de 3.500 a.C e existe um argumento irrefutável entre vários autores que estudam o assunto: a sua localização próxima a rios. As primeiras cidades da antiguidade estavam localizadas em ambientes extremamente áridos e a água era questão de sobrevivência. Rios como Nilo, Tigre, Jordão, Eufrates estão localizados em uma região do planeta que era conhecida como o Crescente Fértil (Figura 4) das terras do Egito, Palestina e Mesopotâmia e trouxeram desenvolvimento para essas regiões. Era comum a abertura de canais e braços de rios para o transporte de mercadorias e irrigação, além da espera pelo transbordamento desses corpos d'água que tornavam férteis vales para o plantio em plena área desértica (MOTA; BRAICK, 2006).

Essa relação entre a cidade e os corpos d'água gera uma série de contradições e conflitos. De acordo com Fernandes (2010), apesar da proximidade da cidade com os cursos de água promover condições para a manutenção da vida e

desenvolvimento econômico, criava condições para o descarte de efluentes produzidos pelos habitantes e suas atividades.

Os dejetos domésticos, ou o esgoto, colocavam em risco a qualidade da água que seria consumida, um problema que desde os tempos antigos já assolavam os centros urbanos (COSTA, 2006). Com o passar dos séculos as cidades evoluíram, cresceram e se densificaram, redes de esgotamento sanitário começaram a ser construídas e o esgoto passou a ser visto também como um problema de saúde pública. Os problemas continuaram devido ao adensamento ainda maior e o surgimento das metrópoles.

Devido à Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, Londres, sua capital, manteve-se até o século XIX como uma das cidades mais populosas e densamente habitadas do planeta (Figura 5). Suas lastimáveis condições sanitárias com esgotos escorrendo a céu aberto, lixo nas ruas e abastecimento de água de parte da população pelo rio Tâmis, que recebia dejetos domésticos e industriais diretamente, fez com que a cidade sofresse com grandes epidemias como a da peste negra que dizimou dois terços de sua população.

Figura 4: Crescente Fértil



Fonte: [www.portalhistoriaa.blogspot](http://www.portalhistoriaa.blogspot) (2015)

Figura 5: Londres "miasmática" do século XIX



Fonte: [www.nedhardy.com](http://www.nedhardy.com) (2015)

Surge o pensamento higienista<sup>7</sup> que influenciou grande parte das propostas que mudaram as concepções do urbano com repercussão no saneamento. Como

<sup>7</sup> As origens do Higienismo estão na obra de Hipócrates intitulada: Dos ares, águas e lugares. (FERNANDES, 2010)

visto, as doenças relacionadas à insalubridade começaram a assolar as cidades em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. As intervenções urbanas empreendidas no século XIX pelos engenheiros responsáveis pelo saneamento das cidades no Brasil encontram sua fundamentação, como em outras partes do mundo (e desde o final do século XVIII), na teoria miasmática<sup>8</sup>. O Tâmis, mesmo em Londres era um rio relativamente preservado, mas com a expansão do sistema de esgotos, com base na teoria dos miasmas, que pretendia livrar a cidade dos “vapores miasmáticos” e encaminhar todos os dejetos ao rio, tornou-se um dos mais poluídos do mundo. Segundo Johnson (apud FERNANDES, 2010, p.56) “[...] no período de aproximadamente seis anos, trinta mil fossas foram abolidas, e o refugo de todas as casas e ruas foi despejado no rio”. Assim, o esgoto antes lançado nas ruas, foi capitaneado diretamente ao corpo d’água, poluindo-o até um gigante processo de despoluição iniciado na década de 1980 e finalizado nos anos 2000, ou seja, mais de um século após.

Os rios são ainda elementos estruturantes da paisagem, o que é de fundamental importância para o turismo. De acordo com Porath (2004), as paisagens urbanas foram estruturadas pelos rios, que também consolidaram a forma, o uso e a cultura de cada cidade. Os rios se tornam elementos importantes na cidade, estruturando o espaço urbano ao seu redor e tornando-se muitas vezes eixo de desenvolvimento na cidade.

Se por um lado os rios têm essa importância, por outro a urbe se desenvolve de “costas” para os cursos de água como Mello (apud FERNANDES, 2010, p. 26) exemplifica

Se por um lado as curvas de nível moldadas pelos corpos hídricos estruturaram o traçado urbano no processo de formação das cidades brasileiras, por outro, na maioria das vezes, as edificações e as principais atividades públicas não se voltavam para as margens dos cursos de água. Para elas voltavam-se os fundos de quintais e espaços sem destinação, caracterizando desde cedo a vertente urbana de desvalorização dos corpos d’água.

Desde cedo no processo de urbanização das cidades brasileiras as funções do curso d’água em ambiente urbano são alteradas. De acordo com Costa (2006,

---

<sup>8</sup> Usado também na literatura médica a palavra miasmas traduzia tudo o que tinha relação com insalubridade, além de ser algo desconhecido: acreditava-se serem os miasmas emanações nocivas invisíveis que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. (MASTROMAURO, 2011)

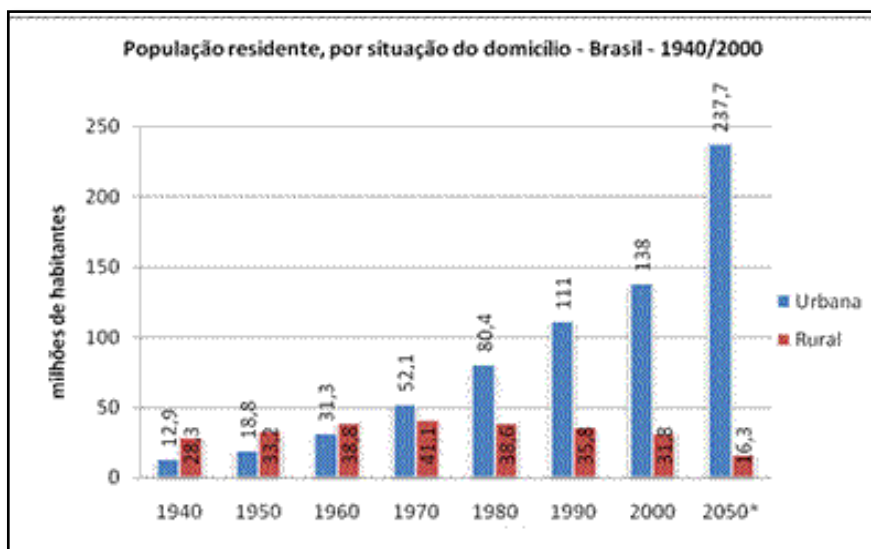
p.10) suas principais funções são de ordem: ecológica ou ambiental que está relacionada à biodiversidade, ecossistemas e a sua qualidade e quantidade, uma vez que “[...] os rios permitem a presença e a circulação da flora e da fauna no interior das cidades”; paisagística, estética e cultural associada à paisagem e à identidade do lugar, já que “[...] compreender o rio urbano como paisagem é também dar a ele um valor ambiental e cultural que avança na ideia de uma peça de saneamento e drenagem”; social, que favorece as relações de convivência e lazer; hidrológica, por sua importância na manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico; e por fim, a função econômica, sendo a água dotada de valor e podendo ser apropriada enquanto recurso. Observa-se, portanto, a importância do rio e conseqüentemente da água enquanto meio de sobrevivência e valor econômico.

Nas próximas seções serão abordadas questões associadas ao esgotamento sanitário no município de Maragogi que, apesar de ter uma população pequena (aproximadamente 30 mil habitantes), possui áreas densamente povoadas e quatro bacias hidrográficas com rios localmente importantes, além de alguns riachos, rios estes, que apresentam grave processo de degradação, o que é contraditório, em um município que tem grande dependência no turismo de “sol e praia”.

### **2.3.2 A urbanização e o processo de degradação do meio natural**

De acordo com Castells (2000, p.132), “[...] o crescimento de uma coletividade, com a complexidade social que ela provoca é o motor natural da evolução histórica, o que se exprime materialmente através das formas de ocupação do espaço”. No Brasil, a urbanização começa a se expandir, ainda no século XVIII, tendo sido intensificado nos anos de 1950, após a Segunda Guerra Mundial (Gráfico 1). De predominância rural no século XIX, o processo de urbanização e desenvolvimento brasileiro está muito ligado à apropriação e organização do espaço caracterizado por um quadro de desigualdades socioespaciais, refletindo principalmente na segregação de populações de baixa renda.

Gráfico 1 - População residente - rural/urbana - Brasil - 1940/2000.



\*Projeção ONU.  
Fonte: IBGE (2010).

Essa realidade de inchaço nas regiões periféricas das grandes cidades brasileiras leva a uma interpretação que segundo Rolnik *et al.* (2008, p.24),

Os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituírem vastas franjas de expansão periférica sobre as zonas rurais, eternamente desprovidas de infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade.

As questões relacionadas à degradação ambiental tornaram-se pauta constante em todo o mundo e sua relação com a urbanização é intrínseca. No entanto, Menezes (1996, p.198) argumenta que “[...] a urbanização em si não é um mal, a questão é que nos países subdesenvolvidos ela se conjuga com seus altos índices de pobreza”. A falta de planejamento das cidades tem produzido grandes impactos ambientais à medida que se ocupa áreas ambientalmente frágeis como fundos de vales, encostas íngremes e margens de rios, provocando grandes problemas como poluição, inundações, entre outros.

Este processo de degradação do meio natural impacta diretamente as populações, afetando em maior escala os que vivem em áreas precárias e com risco ambiental, ou seja, os mais pobres. Dessa forma, pode-se dizer que o desenvolvimento urbano não necessariamente é nocivo, desde que feito com planejamento e levando-se em consideração os fatores de sustentabilidade, sejam eles ambientais ou espaciais. Para um desenvolvimento urbano saudável, devem

ser definidas regras de uso e de ocupação do solo que preservem a natureza da melhor forma possível.

Maragogi está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais que reúne 10 municípios no litoral norte de Alagoas e sul de Pernambuco. A região passou por um intenso processo de turistificação e também de crescimento dos centros urbanos nos últimos 40 anos (Tabela 1).

Tabela 1: Dinâmica populacional dos municípios da APA Costa dos Corais

Municípios	População				
	1970	1980	1991	2000	2010
Tamandaré	-	-	-	17.281	20.715
Barreiros	28.892	32.446	40.569	39.139	40.732
São José da Coroa Grande	8.292	9.639	11.533	13.971	18.180
<b>Maragogi</b>	<b>12.764</b>	<b>14.953</b>	<b>16.403</b>	<b>21.832</b>	<b>28.749</b>
Japaratinga	2.802	4.227	7.093	6.868	7.754
Porto de Pedras	8.565	9.841	9.615	10.238	8.429
São Miguel dos Milagres	3.995	4.809	4.897	5.860	7.163
Passo de Camaragibe	7.598	11.326	14.091	13.755	14.763
Barra de Santo Antônio	6.028	9.696	14.334	11.351	14.230
Paripueira	-	-	-	8.049	11.347
TOTAL	72.908	87.241	104.201	148.344	172.062

Fonte: IBGE (2010).

Além disso, a população deixou de ser eminentemente rural na década de 1970 para se tornar em sua grande maioria urbana em 2010 (Tabela 2), passando de 21% de população urbana em 1970 para 64% em 2010 (IBGE).

Tabela 2: Evolução das populações residentes nas zonas rural e urbana dos municípios da APA Costa dos Corais

Municípios	1970		1980		1991		2000		2010	
	Rural (%)	Urbana (%)	Rural (%)	Urbana (%)	Rural (%)	Urbana (%)	Rural (%)	Urbana (%)	Rural (%)	Urbana (%)
Tamandaré	-	-	-	-	-	-	33,17	66,83	27,00	27,00
Barreiros	38,85	61,15	39,53	60,47	32,07	67,93	20,72	79,28	17,00	83,00
São José da Coroa Grande	62,08	37,92	51,43	48,57	47,78	52,22	31,88	68,12	27,00	73,00
<b>Maragogi</b>	<b>78,55</b>	<b>21,45</b>	<b>61,83</b>	<b>38,17</b>	<b>45,62</b>	<b>54,38</b>	<b>40,90</b>	<b>59,10</b>	<b>36,00</b>	<b>64,00</b>
Japaratinga	78,15	21,85	67,84	32,16	68,64	31,36	63,43	36,57	58,00	42,00
Porto de Pedras	72,79	27,21	62,51	37,49	58,03	41,97	49,22	50,78	44,00	56,00
São Miguel dos Milagres	77,94	22,06	80,22	19,78	76,76	23,24	70,23	29,77	69,00	31,00
Passo de Camaragibe	65,16	38,84	62,66	37,34	62,00	38,00	58,18	41,82	52,00	48,00
Barra de Santo Antônio	62,62	37,38	62,16	37,84	60,63	39,37	15,65	84,35	7,00	93,00
Paripueira	-	-	-	-	-	-	11,97	88,03	12,00	88,00

Fonte: IBGE (2010).

Considerando o crescimento que o município passou nas últimas décadas, agravaram-se também os problemas ambientais e sociais que refletem no cotidiano não só do morador, mas também do turista que frequenta o território. As paisagens pouco a pouco vão sendo modificadas e a interferência do homem no ambiente natural desequilibra o ecossistema local.

### **2.3.3 O saneamento**

O crescimento populacional e a ocupação desordenada nos aglomerados urbanos fazem com que a degradação ambiental tenha se tornado um grande problema ambiental no Brasil. O saneamento é um importante fator para solucionar o problema, desde que implantado, operado e gerido de forma adequada. Segundo a Fundação Nacional de Saúde - FNS (1999), os dejetos humanos são veículos de germes patogênicos de várias doenças, por isso torna-se indispensável afastar a possibilidade do seu contato com o homem, águas de abastecimento, alimentos e vetores de contato como moscas e baratas. Os esgotos domésticos, ainda segundo a FNS são aqueles gerados pelas residências, estabelecimentos comerciais, instituições ou qualquer edificação que disponha de banheiro, cozinha ou lavanderias. São compostos basicamente de água de banho, excretas, papel higiênico, restos de comida, sabão, detergentes e águas de lavagem.

A quantidade de água necessária às atividades da humanidade aumenta geometricamente ano após ano. Desde o consumo para subsistência, até atividades de produção, como as atividades agropecuárias e industriais, a água é um dos recursos mais valiosos nos dias de hoje, principalmente devido à escassez premente de água potável. A quantidade de água doce disponível nos mananciais em todo mundo vem diminuindo ou se extinguindo de maneira grave, devido a condições climáticas cada vez mais desfavoráveis ou principalmente a desequilíbrios ambientais.

Uma importante forma de preservar essas águas é o investimento em sistemas de saneamento e no tratamento do esgoto sanitário coletado através de uma rede e depositado em uma estação que o depure no menor espaço de tempo possível. Segundo Toneto Junior (2004), o líquido recuperado por esses sistemas é chamado de efluente e pode ser devolvido aos corpos de água ou (re)usado das



mais diversas formas, a citar: irrigação, paisagismo, uso doméstico para jardins e descargas em vasos sanitários, limpeza de ruas, entre outros. Ainda de acordo com Toneto Junior (2004, p.31), “[...] essas alternativas contribuem para a diminuição do uso da água potável, sendo uma boa forma de garantir a saúde, preservar o meio ambiente e garantir a sustentabilidade do território”.

Os investimentos em saneamento básico no Brasil ocorreram de forma muito pontual e gradual tendo seu ápice nas décadas de 1970 e 1980 quando a visão higienista preponderante ligava diretamente investimento em esgoto à redução da mortalidade infantil. Foi nessa época que, segundo Soares *et al.* (2002), se consolidou o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que deu ênfase aos sistemas de abastecimento de água em detrimento aos de coleta e tratamento de esgoto, que se mantêm em níveis inaceitáveis sobretudo nas regiões mais pobres do país. O Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS, que recebe informações sobre saneamento básico de municípios de todo o Brasil mostra quão desigual é a distribuição da coleta e tratamento de esgoto nas regiões do país.

Os números do SNIS (2014) revelam que aproximadamente 50% do esgoto produzido no Brasil ainda não é coletado (Tabela 3). Além disso, os dados confirmam a disparidade entre regiões. Enquanto na região Norte do Brasil apenas 7,9% do esgoto tem coleta, na região Sudeste esse número sobe a 78,3%. No entanto, em alguns estados brasileiros esses índices são ainda maiores, como é o caso do estado de São Paulo, em que o município de Franca tem praticamente 100% do esgoto coletado e tratado com destinação correta.

Já nos indicadores de tratamento do esgoto coletado os números se invertem. As regiões que mais coletam, tratam menos, devido ao volume superior de esgoto e conseqüentemente uma demanda bem maior de investimentos (Tabela 3).

Tabela 3: Coleta e tratamento de esgoto por município (%) e por região do Brasil 2014

Região	Índice de atendimento / coleta com rede (%)		Índice de tratamento	Sem coleta
	Urbano	Total	Total	Total
Norte	9,9	7,9	78,2	92,1
Nordeste	31,1	23,8	78,5	76,2
Sudeste	83,3	78,3	65,4	21,7
Sul	44,4	38,1	84,1	61,4
Centro oeste	51,7	46,9	91,1	53,1
<b>Brasil</b>	<b>57,6</b>	<b>49,8</b>	<b>70,9</b>	<b>50,2</b>

Fonte: SNIS (2014).

Após a promulgação da Lei Federal nº 11.445 em janeiro de 2011, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, o setor tem recebido mais investimentos federais. A Lei cria alguns mecanismos de controle social e de sustentabilidade e exige dos titulares do serviço ações em prazos cada vez menores. A regulação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por exemplo, foi uma condição *sine qua non* para que as prestadoras do serviço recebessem repasses federais. Na prática, o município delega às agências reguladoras<sup>9</sup> o poder de fiscalizar os serviços dentro do seu território. Os municípios precisam ainda fazer um Plano de Saneamento que deve conter: diagnóstico dos sistemas e da situação ambiental na localidade, plano de metas e plano de ações para que as metas sejam atingidas. Poucos municípios fizeram seus planos e alguns ainda o fizeram de forma mecânica, esvaziada de conteúdo, apenas para cumprir a norma e não ser penalizado pelo não repasse de verbas.

Em relação ao financiamento dos projetos de saneamento, alguns municípios onde o turismo é uma atividade importante receberam através do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) repasses para a construção ou ampliação das suas redes de saneamento, como ocorreu no município de Maragogi, tema desta pesquisa. O Prodetur/NE tinha o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como financiador e o Banco de Nordeste (BNB) como órgão executor. O Prodetur/NE foi concebido para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da

<sup>9</sup> Autarquias em regime especial, dotadas de autonomia financeira por meio da cobrança de taxa de regulação do serviço que fiscaliza o serviço público concedido. Podem ser federais, estaduais, municipais ou consorciadas quando abrangem vários municípios reunidos em um consórcio.

qualidade da atividade turística na região, para que ela se tornasse mais atrativa e sustentável.

De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (2015, p.1),

O programa foi desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no começo da década de 90, para se identificar as atividades econômicas que apresentariam vantagens competitivas caso desenvolvidas na região Nordeste. A conclusão desses estudos identificou que uma das oportunidades mais viáveis para a região era o turismo, pelo fato da região nordeste apresentar recursos cênicos e culturais significativos, além de mão-de-obra abundante e com custos relativamente baixos.

O programa terminou sua primeira fase e atualmente encontra-se contingenciado na sua segunda fase, junto com o Ministério do Turismo (MTur) que realiza os planos municipais de turismo com os 65 Destinos Indutores<sup>10</sup> do crescimento turístico no país. Este programa foi criado pelo Ministério do Turismo com o intuito de selecionar destinações que já possuíssem uma infraestrutura turística básica, com atrativos qualificados, capazes de atrair visitantes não só ao destino por si, mas também ao seu entorno. O programa gerou uma estratégia prioritária de investimentos técnicos por parte do Ministério junto às localidades, com oficinas, capacitações e diagnósticos como meta para este programa ambicioso de regionalização (BNB, 2015).

Quando não existe rede coletora de esgoto ou outra forma segura de destinar os dejetos domésticos como as fossas sépticas, os dejetos ou contaminam o solo ou os corpos d'água deixando um rastro de degradação que também leva a veiculação de doenças dos mais diversos tipos, o que conflita com os objetivos de desenvolvimento turístico.

Para Maricato (2001, p.40),

O destino das águas servidas e do esgoto, assim como de boa parte do lixo sólido produzido, fica evidente no desastroso comprometimento das redes hídricas, dos mananciais de água, das praias, dos mangues ou de qualquer outra localização nos arredores das cidades que não seja de interesse do mercado imobiliário.

Esses problemas trazem graves consequências para a balneabilidade de lugares turísticos como Maragogi. Segundo o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas

---

<sup>10</sup> Este projeto dos Destinos indutores foi descontinuado em 2016.

(IMA) o termo balneabilidade é empregado ao indicador que mede as condições sanitárias das águas destinadas a recreação de contato primário<sup>11</sup>. Quando em uma amostra for constatada a presença da bactéria *Escherichia coli* significa dizer que a mesma está contaminada. Esta bactéria vive em esgotos e dejetos humanos e de animais e é encontrada na água ou solo contaminado, sendo o indicador de contaminação mais usado para identificar a degradação em corpos de água.

Segundo a portaria nº 2914 de 2011 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, as amostras não podem passar de 1000 NMP<sup>12</sup> de coliformes fecais a cada 100 mililitros de água colhida. Quando passa de 1000 NMP/100ml a praia é considerada imprópria para recreação de contato primário, podendo transmitir uma série de doenças de veiculação hídrica como a hepatite, a diarreia, a cólera ou a febre tifóide.

Dessa forma, pode-se concluir que o saneamento é um importante vetor de sustentabilidade. Quando bem implantada e gerida, uma rede coletora pode melhorar bastante a qualidade ambiental da localidade. Vários fatores contribuem para a contaminação, como a evolução da população urbana que geralmente se adensa em torno de um curso d'água ou a carência na implantação das políticas de saneamento. Essa situação se agrava em um território dependente do turismo de "sol e praia", onde as paisagens são um importante recurso e preservá-las é uma questão central de sobrevivência.

O capítulo que se segue tem como tema o objeto de estudo desta pesquisa: a questão do saneamento e sua relação com o turismo sustentável no município de Maragogi, Alagoas. Será apresentada uma caracterização do território com seus problemas ambientais, com ênfase na questão da falta de balneabilidade, além de uma visão de como ocorre a apropriação do espaço por parte de quem reside, de quem frequenta e de quem explora o município turisticamente.

---

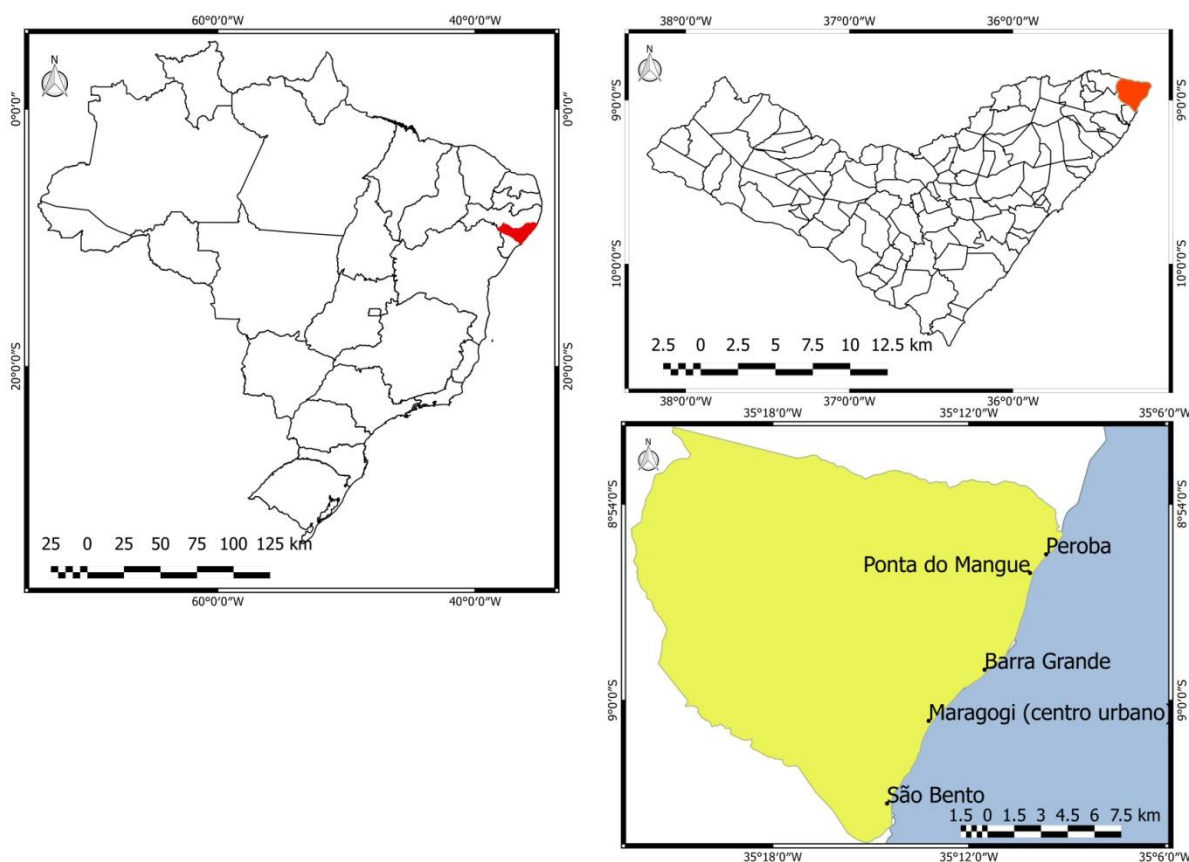
<sup>11</sup> As recreações de contato primário são aquelas que proporcionam ao indivíduo o contato direto com a água como, por exemplo, a natação ou o mergulho (BRUDESKI, 2006).

<sup>12</sup> Número Mais provável de coliformes fecais na amostra.

### 3 MARAGOGI, ALAGOAS: ASPECTOS GERAIS DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Maragogi, localizado na porção norte-nordeste do Estado de Alagoas, limita-se ao norte com o município de São José da Coroa Grande, no Estado de Pernambuco; ao sul com o município de Japaratinga; a leste com o Oceano Atlântico; e a oeste com os municípios de Jacuípe e Porto Calvo (Figura 6).

Figura 6: Localização do município de Maragogi.



Fonte: Elaborado por Antonio Lins (2016)

A partir de Maceió, o acesso terrestre à Maragogi é feito através de rodovia de pista simples, pavimentada, com um percurso em torno de 130Km, sendo chamada de AL-101-Norte no trecho que passa por Maragogi. Há tempos que os empresários do litoral Norte de Alagoas, em especial os de Maragogi, pleiteiam a duplicação deste acesso. Além disso, nem sempre a estrada encontra-se em boas condições de tráfego. A rodovia é a principal via de ligação entre o município e duas capitais importantes da região Nordeste: Maceió e Recife. Estas cidades, além de polos emissores de visitantes, também captam, através de seus aeroportos

internacionais, turistas que se dirigem a região do litoral norte de Alagoas. Esta rodovia é muito importante para a região, uma vez que é a única forma de ligação pavimentada do município de Maragogi com outras regiões, pela inexistência de aeroportos, portos ou linhas férreas implantadas em seu território.

De acordo IBGE (2015), o município ocupa uma área de 334,047 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 1,20% do território de Alagoas, com altitudes que variam “[...] entre 100m, nos morros a noroeste e 5m na planície costeira” (MONTE; SANTOS, 2015, p.5). Com temperatura mínima de 18°C e máxima de 36°C e precipitação anual “[...] superior a 1.400 mm, concentrada de abril a julho, seu clima, segundo a classificação *Thornthwaite*<sup>13</sup>, é megatérmico subúmido com excedente hídrico no inverno e deficiência no verão” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS, 2010). Esse clima se caracteriza por um período seco e outro chuvoso que impacta diretamente no turismo, onde os meses mais chuvosos (de abril a julho) são de baixa temporada e os menos chuvosos (dezembro a fevereiro) de alta demanda. Estas estações também impactam diretamente no dimensionamento da infraestrutura local, devido à maior demanda nos períodos com mais turistas, e na balneabilidade das praias, uma vez que nos períodos chuvosos mais matéria orgânica é carregada pelos corpos hídricos, deixando-as turvas e aumentando seu potencial de contaminação.

Com 28.749 habitantes (IBGE, 2010), 18.625 (64,78%) encontra-se na área urbana e 10.124 (35,22%) na área rural. Com base em tais dados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE aponta que a densidade demográfica de Maragogi é de 86,06 habitantes/Km<sup>2</sup>. Ainda segundo dados do Anuário Estatístico do Estado de Alagoas publicado em 2010 o município contava com um total de 14.516 habitantes do sexo masculino (50,49%) e 14.233 habitantes do sexo feminino (49,51%).

Entre as principais atividades econômicas do município estão as voltadas à agropecuária (cita-se aqui como exemplo a de cana-de-açúcar, coco, feijão, laranja, mandioca, maracujá, milho, entre outras), apicultura, ovinocaprinocultura e de serviços, segundo Lima e Lopes (2014).

---

<sup>13</sup> A classificação do clima de *Thornthwaite* é um sistema muito usado para classificação climática criado pelo cientista homônimo que tem como fator mais importante a evapotranspiração potencial e sua comparação com a precipitação que são típicas de um território.

A economia do município se alicerça de modo mais específico não só no turismo, uma vez que a cidade é conhecida por seu turismo de sol e praia<sup>14</sup>, como também no cultivo da cana-de-açúcar e na pesca (Quadro 5). Todavia, “[...] apesar de ser um município de origem agrária”, o setor de serviços passou a ser o principal responsável pela composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município (KASPARY, 2012).

Quadro 5: Informações gerais de Maragogi

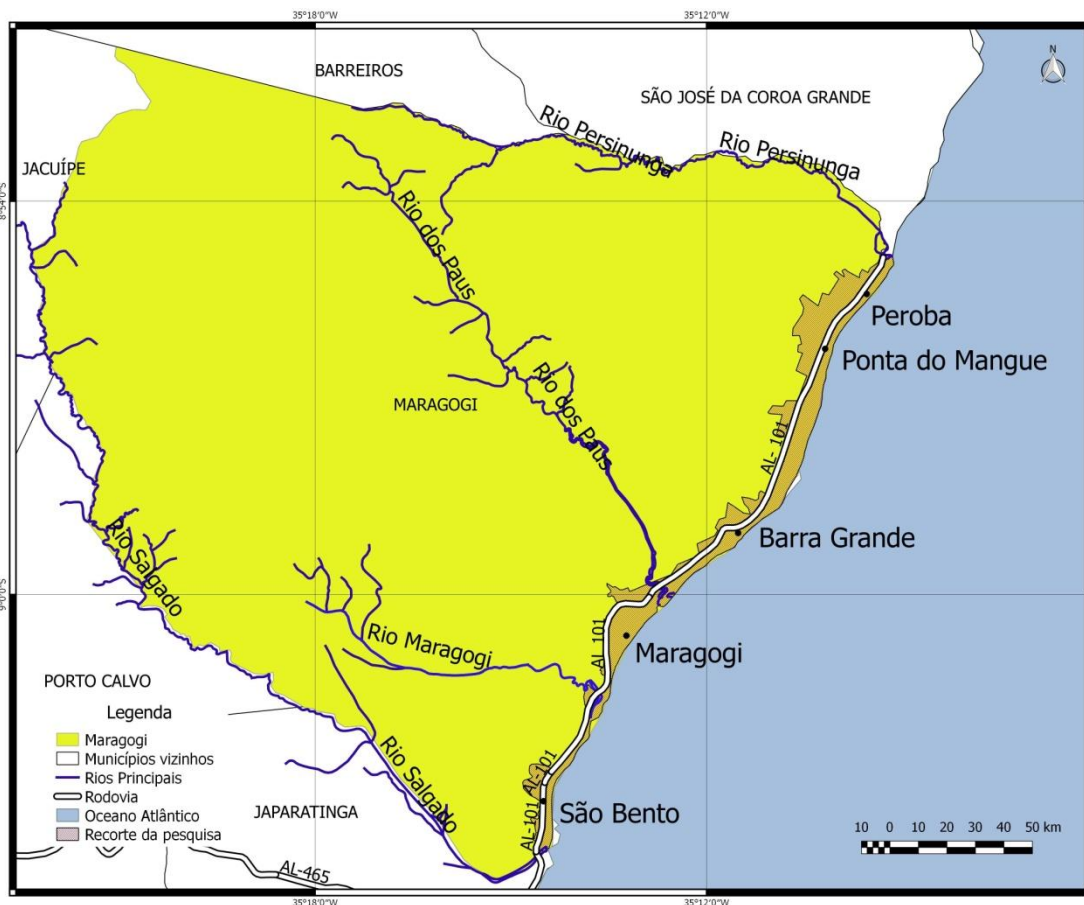
<b>Dados Gerais de Maragogi</b>		<b><u>Principais Atividades Econômicas</u></b>
População Total	28.749	
População Urbana	18.625	Apicultura
População Rural	10.124	Coco
<b><u>Domicílios</u></b>		Cana-de-açúcar
Total	7.358	Milho
Urbano	4.888	Feijão
Rural	2.470	Maracujá
		Laranja
		Ovinocaprinocultura
		Pesca

Fonte: IBGE (2010).

A área selecionada como objeto de estudo (Figura 7), centra-se na faixa territorial litorânea, onde atualmente ocorre um importante processo de transformação socioespacial desencadeado pelo turismo, como veremos nas próximas seções. Tal faixa margeia o Oceano Atlântico, além de compreender a zona urbana do Distrito de São Bento (divisa com o município de Japaratinga, Alagoas) até Peroba (divisa de São José da Coroa Grande, no Estado de Pernambuco), o que corresponde a cerca de 21 km lineares. De acordo com Monte e Santos (2015), Maragogi conta com as bacias hidrográficas dos rios Salgado, Maragogi, dos Paus, e Persinunga, que devido à já mencionada precipitação superior a 1.400mm, apresenta um superávit hídrico no inverno, quando chove além da média e uma carência nos períodos mais secos de verão.

<sup>14</sup> Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p.16).

Figura 7: Mapa do recorte de estudo no município de Maragogi - AL



Fonte: Elaborado por Antonio Lins (2016)

A escolha do município em questão para este estudo se deu por duas razões específicas. A primeira, por ser um destino turístico<sup>15</sup>, cujo espaço é vendido comercialmente e institucionalmente como 100% saneado (CARVALHO, 2014), o que na verdade não é, fato que foi comprovado através de pesquisas conduzidas *in loco* que serão apresentadas nos capítulos seguintes. A segunda razão está diretamente vinculada aos seus mais diversos atrativos turísticos naturais e culturais, a exemplo de suas belas praias, piscinas naturais, sítios arqueológicos, entre outros, o que exige que o espaço esteja devidamente protegido para bem receber aquele que procura tal localidade em busca de lazer: o turista. Indivíduo que, de acordo com Correia (2012), encontra-se em visita a uma determinada cidade e que procura permanecer na mesma por um período superior a vinte e quatro horas (havendo pernoite).

<sup>15</sup> Trata-se da localidade ou região em que o turista escolhe para visitar ou mesmo aproveitar as suas férias (CARVALHO; KNUPP, 2015).



### 3.1 Aspectos geomorfológicos, hidrográficos e ambientais

A geologia da unidade estrutural sobre o qual o município de Maragogi está inserido é o da Bacia Sedimentar de Alagoas que ocupa uma faixa costeira média de 220 km de extensão com 40 km de largura. Nela situa-se a Formação Barreiras e sedimentos de praia e aluvião, que estão acomodados sobre rochas cristalinas que fazem parte do maciço Pernambuco – Alagoas. Neste contexto de deposição, a variação do nível do mar e os agentes de erosão, propiciam até hoje o acúmulo de sedimentos marinhos, fluviais, eólicos e flúvio-lagunares que compõem a planície costeira Quaternária do município (PLANO DE MANEJO APACC, 2012).

O relevo, segundo a Enciclopédia dos Municípios de Alagoanos (2010), apresenta diferentes formas de modo que “[...] os terrenos cristalinos são encontrados no oeste e sedimentares no leste, onde a Bacia Sedimentar Alagoas alcança sua porção mais estreita”. As feições desenvolvidas no Maciço Pernambuco-Alagoas são formadas pelo “mar de morros” os quais antecedem a Chapada da Borborema. O relevo sedimentar é formado por colinas de topo tubular as quais são esculpidas pela erosão fluvial. “[...] A planície costeira corresponde a um terraço holocênico, sobre o qual se desenvolveu o sítio urbano” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS, 2010, p. 79). Portanto, por se tratar de uma planície sedimentar costeira, a área é muito susceptível aos efeitos do lançamento de esgotos sem tratamento, pois se trata de rochas sedimentares nas quais o esgoto pode facilmente se infiltrar e atingir a água subterrânea.

Maragogi está situado numa região costeira com diversos ecossistemas a citar: recifes de coral, manguezais, praias, rios, mata atlântica, restingas, entre outros. Cortada por quatro rios principais e suas respectivas bacias hidrográficas possui uma oferta hídrica de água doce considerável. Para Correia e Hilda (2005) os recifes de coral são:

Construção calcária constituída principalmente por esqueletos de corais, em geral encontrados associados e crostas de algas calcárias e briozoários incrustantes, somadas a outras estruturas de carbonato de cálcio de origem orgânica, como carapaças e conchas, tendo aspecto circular ou elíptico.

Esses recifes são ricos em biodiversidade e abundantes na costa do município, porém muito frágeis ambientalmente, necessitando de cuidados em sua conservação (Figura 8).

As praias, constituídas de areias claras e granulometria variável, sendo em sua maioria de mar aberto e com coqueirais (CORREIA; HILDA, 2005) que representam o encontro das águas do mar com a planície litorânea, são usadas em grande escala para recreação de contato primário, pesca esportiva e passeios.

Outra área ambientalmente frágil são os manguezais (Figura 9), presentes em grande escala no estuário da bacia do rio dos Paus. De acordo com Correia (2005), podem ser definidos como um “[...] sistema ecológico costeiro tropical, entre a terra e o mar, localizado em terrenos baixos na foz dos rios e estuários, com solo inundado pelas variações das marés e tendo grande variação de salinidade”. São importante fonte de sustento na cadeia alimentar dos ecossistemas litorâneos e servem de abrigo para animais como caranguejos, siris, aratus, entre outros. Também são áreas de reprodução e proteção de diversas espécies, sendo fundamentais no equilíbrio de todo meio ambiente costeiro.

Figura 8: Recifes de coral em Maragogi



Fonte: Recife Receptivo (2015).

Figura 9: Manguezal em Maragogi



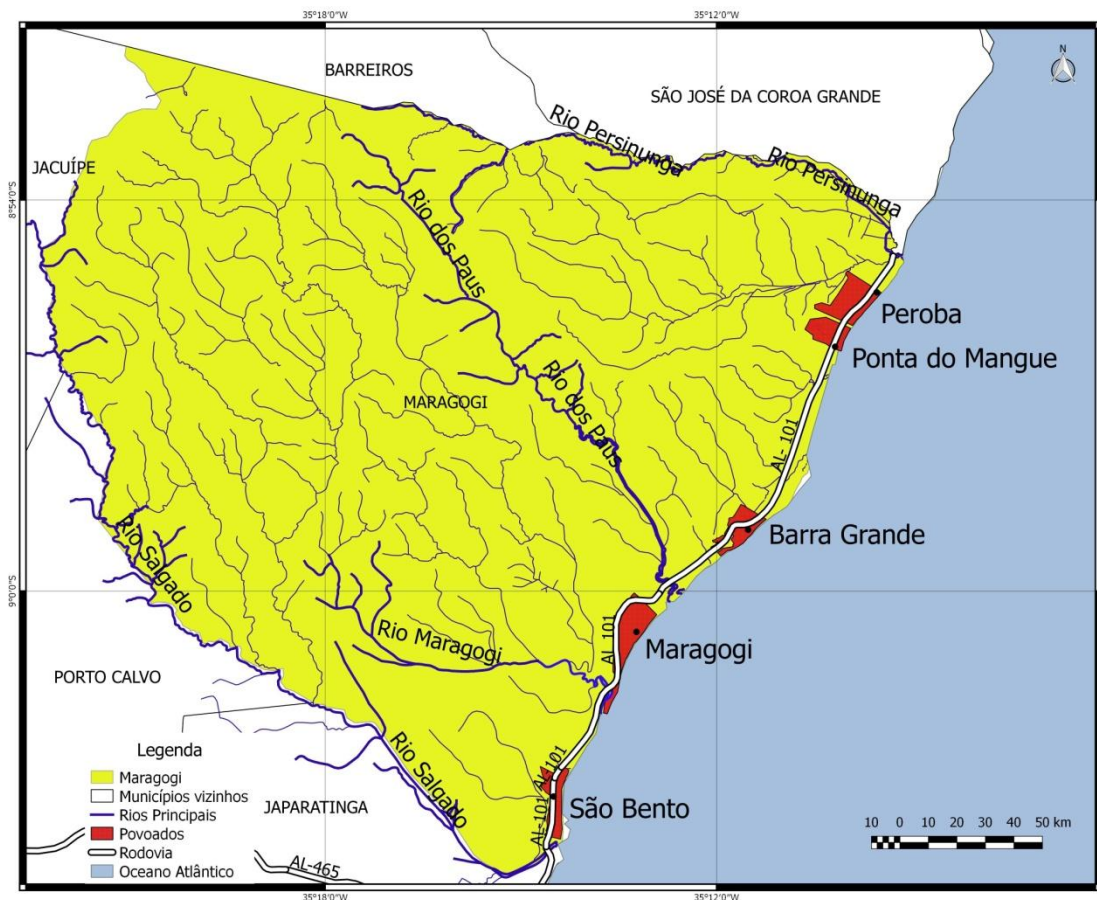
Fonte: Portal Turismo Brasil (2015).

Como dito anteriormente, as quatro bacias hidrográficas do município são as formadas pelos rios Persinunga, Salgado, dos Paus e Maragogi (Figura 10). Este último nasce na fazenda Samba, que no passado pertenceu à Usina Central de Barreiro, espaço hoje ocupado por um assentamento. É um rio poluído uma vez que águas advindas dos esgotos e dejetos domésticos dos muitos assentamentos localizados em seu entorno deságuam nele. Além disso, o rio também recebe os efluentes produzidos pela Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) da rede de coleta que deveriam estar dentro dos parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde através da Resolução do Conama 430<sup>16</sup>, de 13 de maio de 2011. Este rio possui aproximadamente 20 km de extensão e baixo volume de água, sendo alterado nos períodos de chuva, o que ocorre em razão da grande área de várzea e devido à influência das marés, dando assim origem aos manguezais em sua foz, estes também bastante degradados, devido à influência antrópica e a instalação de grandes empreendimentos turísticos, sem o devido planejamento. O rio em questão está inserido na bacia homônima que ocupa uma área de 77,4 km<sup>2</sup> toda ela dentro do estado de Alagoas, (PLANO MUNICIPAL DE MARAGOGI, 2015).

---

<sup>16</sup> Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Figura 10: Mapa com principais corpos d'água do município de Maragogi.



Fonte: Elaborado por Antonio Lins (2016)

Já o rio Salgado é o que apresenta a bacia com a maior área geográfica no município de Maragogi com 245,3 km<sup>2</sup>, também localizada inteiramente em Alagoas. Está situada no extremo sul e oeste do município e serve de divisa entre Maragogi e Japaratinga tendo como principais afluentes os rios Horta e Utinga, além do córrego Riachão e riacho Malula ou Estevão. Também apresenta poluição em grau alto devido a contaminação pelos assentamentos, como em todos os rios da região, no entanto, por ser um rio com maior volume de água, a poluição se dissipa de forma mais rápida, mantendo os índices de balneabilidade aceitáveis nas praias ao redor da sua foz.

O rio dos Paus está na região centro leste do município e forma uma bacia com 41,3 km<sup>2</sup> também toda em solo Alagoano. Possui grande área de manguezais com muitos problemas ambientais. É nele que está situada a garagem de manutenção dos barcos de pesca e de turismo de toda região que faz a lavagem artesanal dos barcos e usa produtos como detergentes não biodegradáveis e óleos

de diversos tipos. O riacho Carvão, que carrega dejetos de toda área do conjunto Tereza Verzeri, do Matadouro Municipal e da margem esquerda da AL-101-Norte sentido Maceió-Recife, também deságua nesse rio, o que contribui para a degradação ambiental deste corpo d'água.

Por fim, está à bacia do rio Persinunga no extremo norte que divide Maragogi com o município de São José da Coroa Grande, já no estado vizinho de Pernambuco. Com 85 km<sup>2</sup> de área, limítrofe com o estado supracitado, encontra-se bastante degradado devido ao esgoto jogado *in natura* pelos assentamentos e ocupações nos dois estados. De acordo com os índices de balneabilidade pesquisados e analisados durante esta pesquisa, a foz deste rio sempre aponta índices maiores de coliformes fecais, confirmando ser o mais poluído da região.

Todos esses corpos d'água e alguns outros riachos (Ponta do Mangue, Corre Águas, entre outros) deságuam no Oceano Atlântico que banha a porção leste do município. Os esgotos sem tratamento, advindos dos muitos assentamentos e pequenos povoados situados na zona rural e às margens dos rios das bacias da localidade como visto no assentamento Calabouço na zona rural próximo ao rio Maragogi (Figura 11) e nas encostas com moradias subnormais<sup>17</sup> no povoado Barra Grande (Figura 12), são despejados na rede hidrográfica supracitada que por sua vez deságua no mar e compromete os níveis de balneabilidade nas praias além de todo ecossistema local como será apresentado no próximo capítulo.

Figura 11: Assentamento Calabouço do Movimento Sem Terra - MST, cujo esgoto *in natura* deságua no rio Maragogi

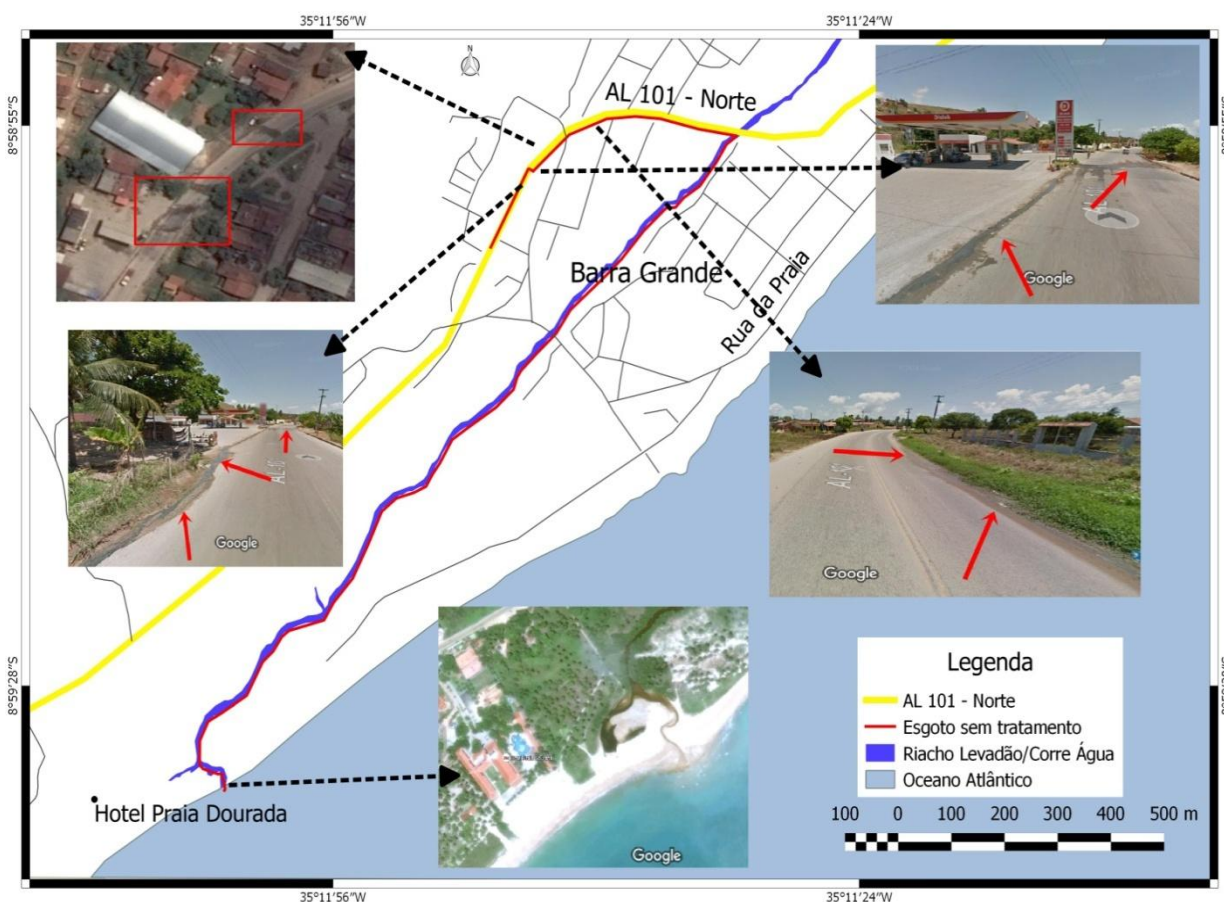


Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

<sup>17</sup> O IBGE considera como aglomerados subnormais as populares favelas. As moradias subnormais são, portanto, consideradas as habitações localizadas em favelas.



Figura 12: Mapa com caminho percorrido pelo esgoto *in natura* produzido nas moradias subnormais das encostas do povoado Barra Grande, cortando a pela AL-101-Norte e sendo carreado pelo riacho Levadão ou Corre Água até o mar nas imediações do hotel Praia Dourada



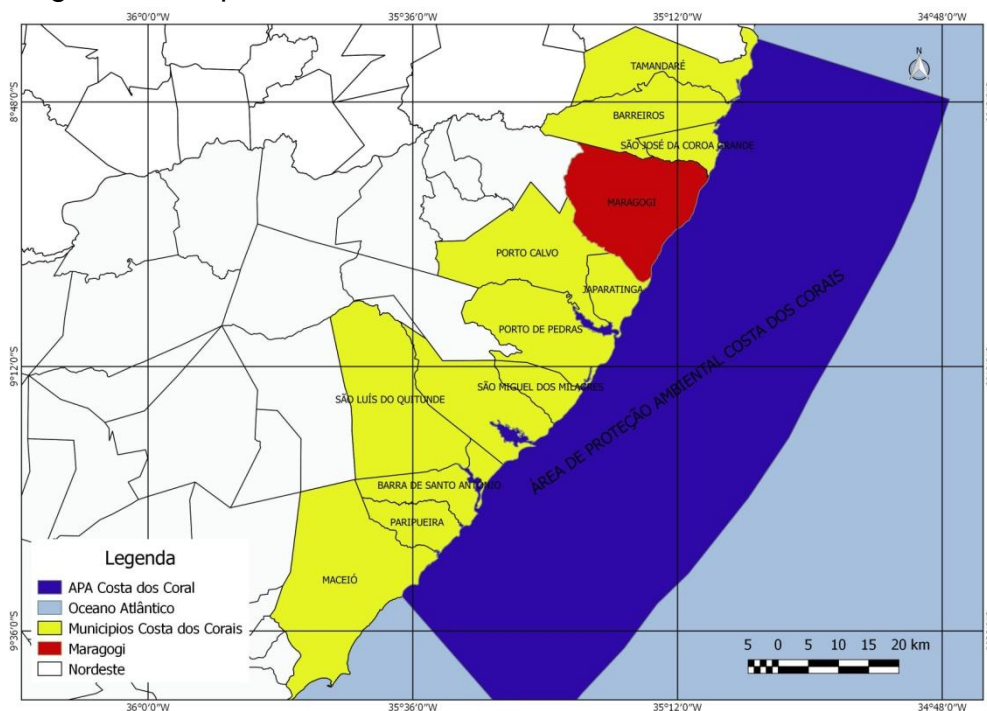
Fonte: Imagem adaptada Google Earth/acervo pessoal (17/07/2015).

Em virtude de todos esses ecossistemas aqui apresentados, em uma região litorânea com ambientes frágeis e sensíveis à ação antrópica, o processo de turistificação oferece ainda mais riscos à degradação do meio ambiente natural, na medida em que aumenta a carga de externalidades (CRUZ, 2001), uma vez que o planejamento e a gestão do turismo em Maragogi são muito deficientes.

Em consonância com a Lei nº 9.985 de 18 de julho 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc foi instalada uma Unidade de Conservação na região na modalidade de Área de Proteção Ambiental denominada APA Costa dos Corais, criada por um Decreto Federal em 23 de outubro de 1997. Ela se estende por 413.563 hectares, da foz do rio Meirim em Maceió até a foz do rio Formoso em Pernambuco, conforme a Figura 13 (PLANO DE

MANEJO APACC, 2012). Essa unidade de proteção de uso sustentável, também prevê um uso econômico voltado sobretudo para a atividade turística, o que segundo Amaral *et al.* (2009) pode criar um antagonismo, acelerando o processo de ocupação do solo na área de influência dessa APA, caso as políticas públicas da área não sejam implementadas.

Figura 13: Mapa da APA Costa dos Corais



Fonte: Adaptado do Plano de Manejo Apacc (2012).

A APA Costa dos Corais está em um ambiente quase que exclusivamente marinho e apresenta um Plano de Manejo<sup>18</sup>, que visa, dentre outros objetivos, garantir a conservação do habitat e preservar a fauna e flora situados ao longo do ecossistema marinho e das desembocaduras dos rios, além de ordenar a exploração dos recursos ambientais em sua área de abrangência.

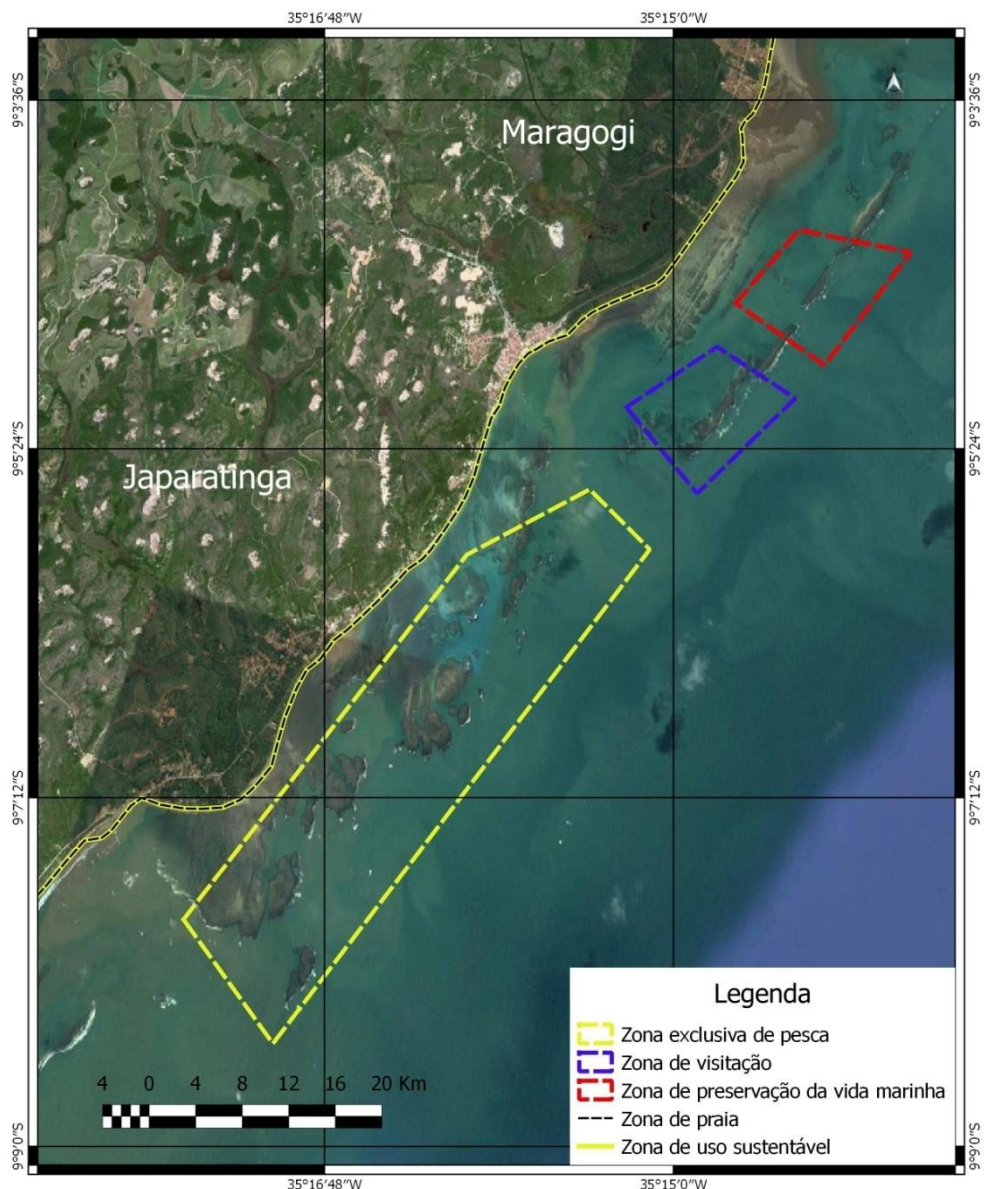
O zoneamento tem a finalidade de organizar espacialmente as áreas da unidade de conservação em parcelas denominadas zonas, que demandam ações de manejo distintas (PLANO DE MANEJO APACC, 2012). Foram definidas sete zonas na região a citar: **ZUS**, Zona de Uso Sustentável; **ZP**, Zona de Praia; **ZC**, Zona de

<sup>18</sup> Plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, são estabelecidos o seu zoneamento e as normas que deve nortear o uso da área e o manejo dos recursos naturais.

Conservação; **ZEP**, Zona Exclusiva de Pesca; **ZV**, Zona de Visitação; **ZPVM**, Zona de Preservação da Vida Marinha e **ZT**, Zona de Transição.

A Figura 14 mostra a zona litorânea de Maragogi onde observamos uma Zona de uso sustentável em todo litoral, e outras de conservação, de preservação permanente e de visitação na área das galés.

Figura 14: Zoneamento do litoral de Maragogi



Fonte: Imagem adaptada Plano de Manejo Apacc (2012).

O Plano de Manejo funciona a contento em algumas situações. Uma das normas fixadas pelo órgão gestor da APA Costa dos Corais, o Instituto Chico



Mendes da Conservação e Biodiversidade – ICMBio, foi a de que em uma das Zonas de Visitação – ZVs, nas Galés de Maragogi “o número limite de visitantes diários seria de 720, distribuídos em dez catamarãs<sup>19</sup>, dez lanchas e dez escunas, com as mesmas quantidades de passageiros que podem desembarcar nas outras piscinas naturais” (GAZETA DE ALAGOAS, 2014, p.1).

Vale esclarecer que a instituição da norma acima descrita se deu em razão da constatação de uma diversidade de problemas relacionados à exploração da atividade turística nesta localidade, a exemplo do excesso de barcos, lanchas e pessoas nas Galés de Maragogi.

### 3.2 Um breve histórico do município de Maragogi

O primeiro povoado que deu origem a cidade de Maragogi chamava-se Gamela. A região fazia parte de Porto Calvo, até que em 1875 foi elevado à categoria de Vila, passando assim a ser conhecida como Vila Isabel (GONÇALVES 2011). Autores como Gonçalves (2011) e Mascarenhas *et al.* (2005) revelam que a conhecida Vila Isabel passou a ser chamada de Maragogi em função do rio que banhava a localidade. A data de criação do município é 12 de maio de 1892 (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS, 2010).

Desde os tempos da colonização, quando o Brasil ainda era dividido em Capitânicas Hereditárias e Alagoas fazia parte da Capitania de Pernambuco, que holandeses e portugueses disputam este território. A região era um enclave de Mata Atlântica que aos poucos foi sendo substituída, ao menos na franja mais próxima ao litoral, pela monocultura da cana-de-açúcar. Kaspary (2012) aponta em seus aportes teóricos que o município de Maragogi foi há tempos de outrora um território econômico e político quase que, digamos assim, exclusivo da cultura de cana-de-açúcar. A região litorânea do município não era valorizada como nos dias de hoje, fato que levou Lima e Lopes (2014, p. 54) a declarar que:

No passado, as elites não valorizavam a região litorânea de modo que o município foi habitado por aqueles que estavam à margem do sistema

---

<sup>19</sup> “Termo que designa barcos com dois cascos paralelos, como tornado, *hobbie cat*, etc.” (DAFLON, 2007, p. 97).

canavieiro, o que favoreceu a formação e apropriação do espaço por populações tradicionais rurais e pescadores.

Ainda hoje a cultura da cana é forte no município e alguns resquícios deste passado majestoso ainda estão preservados como na antiga sede do engenho Marrecas (Figura 15), hoje um hotel fazenda. Maragogi também foi cenário de uma guerra que é muito mencionada na história brasileira: a guerra dos Cabanos. No início era um movimento restaurador armado que visava trazer o imperador Dom Pedro I de volta ao trono, após ele ter voltado a Portugal por ter renunciado a coroa. Entre maio e junho de 1832 inicia-se a guerra propriamente dita com os levantes de Antonio Timóteo de Andrade, em Panelas de Miranda, no agreste pernambucano, e João Batista de Araújo, na praia de Barra Grande, hoje povoado do município (CARVALHO, 2013). A guerra só tem fim em 1850 com a prisão de Vicente de Paula, o comandante geral da insurreição. Várias batalhas foram travadas no município entre elas a mais sangrenta, a matança de São Bento (no povoado homônimo), onde as tropas provincianas mataram todos os Cabanos que utilizavam o local para se curar das feridas de guerra e pescar. Existe na sede municipal um monumento em homenagem aos Cabanos mortos em combate, uma praça com uma grande escultura às Margens da AL-101-Norte (Figura 16).

Figura 15: Engenho Marrecas – Zona rural



Fonte: [www.alagoasbrasil.com.br](http://www.alagoasbrasil.com.br) (2015).

Figura 16: Praça dos Cabanos - Centro de Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

Ainda de acordo com Lima e Lopes (2014), a realidade aqui delineada passou por um importante processo de transformação quando da construção da AL-101-Norte em 1979. Foi justamente por meio dela que houve a facilitação da comunicação terrestre entre as duas grandes capitais praticamente equidistantes do município, Maceió e Recife. Essa ligação terrestre facilitada propiciou “[...] o aumento dos fluxos populacionais, tanto sazonal de natureza turística, como de migrantes oriundos de diversas áreas rurais ou de centros urbanos que buscavam na atividade turística uma forma de sobrevivência” (LIMA; LOPES, 2014).

### 3.3 A economia

O município de Maragogi está inserido em um dos estados com piores índices de desenvolvimento humano no Brasil e conseqüentemente em uma região com altos índices de pobreza e desigualdade social. Apesar disso, segundo o IBGE (2010) o município apresentou o maior crescimento entre todos os seus pares Alagoanos no que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), crescendo entre 2005 a 2010 na ordem de 56,9%, passando de R\$ 73,4 milhões para R\$ 115,1 milhões de reais.

Ainda segundo o IBGE (2010) o setor de serviços foi o grande responsável por esse incremento, sendo responsável por 66,3% do PIB. Já o setor secundário recuou no período entre 2005 e 2010 de 13,2% para 10,6% do PIB e a agropecuária em 2010 era responsável por 23,1% do PIB municipal.

Maragogi evoluiu de um município eminentemente agropastoril, baseado na monocultura da cana-de-açúcar, do coco e da pecuária, para um polo de serviços regional, baseado na atividade turística, principalmente por ser equidistante de duas capitais como Maceió e Recife, sendo esta uma grande metrópole regional. Esta equidistância, aproximadamente 130 km das duas capitais, faz com que os aeroportos dessas cidades sirvam como receptores dos turistas que vêm por via aérea, uma vez que Maragogi não dispõe de um aeroporto próprio<sup>20</sup>.

Apesar de possuir mais de 40% dos habitantes residindo na área rural, a agropecuária, que antes do processo de turistificação era responsável por até 70% do PIB municipal, hoje só representa pouco mais de 20%. Além desta evolução do setor de serviços, tal situação também foi motivada pelo incremento significativo no número de assentamentos dos movimentos sociais no município, onde a agricultura familiar e de subsistência predomina. As principais culturas agrícolas ainda são a cana-de-açúcar, o coco-da-baía e a mandioca. O município também produz banana, laranja, manga, abacaxi, maracujá, arroz, batata-doce, feijão e milho. Na pecuária, se destacam a bovinocultura de leite e avicultura de corte.

Segundo Barros (2010), a integração entre o sistema de produção local e as atividades turísticas é um constante desafio do município. Ainda hoje os grandes hotéis e resorts compram grande parte dos produtos primários em outros mercados. A Coopeagro<sup>21</sup> surge como uma tentativa de ordenar essa cadeia produtiva com a missão de fazer chegar, a esses grandes consumidores finais e à mesa dos residentes locais, a produção de diversas famílias de doze assentamentos da região. A Coopeagro vem obtendo sucesso nesse objetivo, produzindo diversos produtos

---

<sup>20</sup> O projeto do aeroporto de Maragogi está pronto há alguns anos e encontra-se em fase de aprovação junto aos órgãos governamentais, porém ainda sem previsão de início da construção.

<sup>21</sup> Uma iniciativa das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus, que iniciaram um trabalho com 1.200 famílias em 1997 em Maragogi. A Coopeagro tem como objetivo “[...] o fortalecimento das ações produtivas e do nível de conhecimento; a informação e organização dos pequenos agricultores, tornando possível sua inserção, com sustentabilidade, no contexto social e econômico da região, tendo sempre como princípio o respeito à biodiversidade local em todas as suas manifestações” (COOPEAGRO, 2005).

com matérias primas locais como polpas de frutas diversas, artesanato e o valorizado própolis vermelho, entre outros produtos. “A Cooperativa já consegue fornecer para os pequenos hotéis e pousadas a produção local, complementando o raio de influência da atividade turística na socioeconomia do município” (BARROS, 2010).

Como dito anteriormente, o setor de serviços responde por quase 70% do PIB municipal, caracterizando um município com considerável dependência da atividade turística e seus vários equipamentos turísticos como hotéis, pousadas, bares, restaurantes, entre outros que são os principais empregadores no município. Além disso, existem diversos empreendimentos ainda no ramo de serviços como os ligados à construção civil, comércio, transporte e atividades imobiliárias e recreativas. Na Tabela 4 pode ser visto a evolução do aumento do número de empreendimentos abertos no município entre os anos de 2006 e 2009.

Tabela 4: Variação do número de empresas e do total de ocupações geradas pelo segmento, no período de 2006 a 2009, dos municípios da APA Costa dos Corais

	Nº de Empresas				Total de Ocupações			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Tamandaré	197	245	232	265	2.429	4.052	4.035	4.111
Barreiros	410	532	518	475	3.361	3.852	4.398	4.004
São José da Coroa Grande	109	160	164	172	927	1.056	1.082	1.417
<b>Maragogi</b>	<b>214</b>	<b>200</b>	<b>261</b>	<b>297</b>	<b>2.000</b>	<b>2.652</b>	<b>2.761</b>	<b>2.944</b>
Japaratinga	52	59	64	65	530	602	599	575
Porto de Pedras	36	33	35	47	431	591	618	610
São Miguel dos Milagres	39	31	54	55	499	526	654	699
Passo de Camaragibe	58	49	74	99	760	801	776	925
Barra de Santo Antônio	50	58	64	57	709	689	729	733
Paripueira	89	97	104	120	677	778	931	944
TOTAL	1.254	1.464	1.570	1.652	12.323	15.599	16.583	16.962

Fonte: IBGE (2010).

Apesar do PIB municipal ter aumentado de forma exponencial nos últimos anos, o PIB per capita de seus cidadãos ainda é muito baixo de apenas R\$ 3.813,21 reais. A renda do município provém em sua maioria de transferências federais, como previdência e programas do governo federal como a Bolsa Família (CARVALHO, 2015). Segundo o IBGE (2010), mais de 90% das famílias de Maragogi vive com menos de um salário mínimo como pode ser visto na Tabela 5, o que mostra o baixo nível de desenvolvimento do município.

Tabela 5: Distribuição da renda do município de Maragogi pela quantidade de domicílios

<b>RENDA DOMICILIAR MENSAL PER CAPITA</b>	<b>Nº DE DOMICÍLIOS</b>	<b>ÍNDICE</b>
<b>Sem rendimentos</b>	679	9,23%
<b>Até 1/4 do salário mínimo</b>	2072	28,17%
<b>De 1/4 a 1/2 salário mínimo</b>	2328	31,65%
<b>De 1/2 a 1 salário mínimo</b>	1578	21,42%
<b>De um a dois salários mínimos</b>	455	6,19%
<b>De dois a três salários mínimos</b>	119	1,62%
<b>De três a cinco salários mínimos</b>	82	1,11%
<b>Mais de cinco salários mínimos</b>	45	0,61%
<b>TOTAL de Domicílios</b>	<b>7358</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE (2010).

De acordo com Kaspary (2012) a situação da renda domiciliar de Maragogi coloca em questionamento o desenvolvimento com base no turismo. Convém salientar que crescimento é diferente de desenvolvimento e para que este ocorra a localidade não precisa apenas crescer, mas distribuir de forma mais igualitária este crescimento. Quando isso não ocorre, ou seja, a renda extra gerada pelo crescimento se concentra nas mãos de alguns, as desigualdades socioeconômicas ficam ainda maiores, o que é contraditório ao desenvolvimento. Ainda segundo Kaspary (2012 p.95) isso “[...] leva ao questionamento da real relevância do turismo sobre a economia deste município, pois se percebe que não houve aumento significativo nos rendimentos, uma contradição frente ao discurso das classes dirigentes que fazem a apologia do desenvolvimento com base no turismo”.

Os números são inquestionáveis quanto ao incremento na arrecadação, mas quando a renda não é distribuída de forma mais equitativa agravam-se os problemas sociais. Infere-se desta reflexão que o turismo é um vetor de desenvolvimento nas localidades, mas precisa ter sua atividade regulamentada em políticas de distribuição da renda por ele geradas a toda a população, seja diretamente na forma de empregos na sua cadeia produtiva ou indiretamente nas melhorias das condições de infraestrutura e serviços no território turistificado.

### 3.4 Caracterização socioespacial

Maragogi está inserido em um dos estados mais pobres do Brasil, Alagoas. O município apresenta uma diversidade de problemas sociais. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, publicado em 2013, Maragogi apresentou em 2010 um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,574, o que o levou a ocupar a 4764ª posição no ranking nacional e 34ª no estadual (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Todavia, se levarmos em consideração o IDH de 2000 (0,419) e o de 2010 (0,574), percebe-se que houve um importante avanço (de 36,99%), algo que se deu em razão do melhoramento dos níveis educacionais e de saúde da população. Convém salientar que o resultado deste índice leva em consideração vários fatores de análise e segundo o Ipea (2013), o aumento do IDH em Maragogi trouxe não só melhorias na expectativa de vida da população como também na educação e na renda.

A rede pública de saúde de Maragogi não conta com hospital formal de grande porte. Possui na atualidade quinze estabelecimentos de saúde, todos vinculados à rede pública. Existe apenas uma Unidade de Pronto Atendimento do tipo I<sup>22</sup>, UPA I (Figura 17), cuja capacidade diária de atendimento gira em torno de 50 a 150 pessoas (SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE MARAGOGI, 2015). Em face ao crescimento populacional ocorrido nos últimos anos, a quantidade de leitos não vem atendendo de forma satisfatória a toda sua demanda, mesmo depois da ampliação no número de unidades básicas de saúde nos povoados. De acordo com o IBGE (2010), Maragogi possui onze leitos de internação, quantidade que não supre sua real necessidade. Nos casos mais graves os pacientes são transferidos para hospitais nos municípios de Porto Calvo ou Maceió em Alagoas ou ainda Barreiros em Pernambuco, que conta com um grande centro hospitalar de referência na região sul daquele estado.

---

<sup>22</sup> As Unidades de Pronto Atendimento são unidades intercessoras entre atendimentos de urgências hospitalares e unidades básicas de saúde (SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE MARAGOGI, 2015).

De acordo com o Ministério da Educação<sup>23</sup> (Inep, 2015), Maragogi contava com 41 escolas de ensino fundamental, sendo cinco privadas e 36 municipais com 5.510 alunos matriculados naquele ano. Contava, ainda, com três escolas de ensino médio, sendo uma privada, uma estadual e uma federal com 1.350 alunos matriculados. Já em relação à pré-escola, eram 36 unidades, sendo quatro privadas e 32 municipais com um total de 836 alunos matriculados. O município conta ainda com uma unidade do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), aberto em 2010, que oferta cursos técnico e superior e à distância através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa do Governo Federal via Ministério da Educação para levar ensino superior a cidades sem campus físico em seu território (Figura 18).

Figura 17: UPA Maragogi



Fonte: alagoas24horas.com.br (2015).

Figura 18: Ifal, Campus Maragogi



Fonte: ifal.edu.br (2015).

---

<sup>23</sup> Censo Educacional 2015 realizado pelo Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, ligado ao Ministério da Educação.



O povo de Maragogi tem uma intensa relação com o mar, desde os habitantes iniciais até hoje. Se antes a pesca era fonte de renda e alimentação para os habitantes, hoje o turismo é a principal fonte de receita, mas que também está intimamente relacionado ao mar, uma vez que a cidade é um destino de “sol e praia”. As comunidades tradicionais de pescadores e jangadeiros ainda sobrevivem em povoados como São Bento e guardam boa parte do patrimônio imaterial<sup>24</sup> do município. Os que ainda não sofreram com o processo de gentrificação e permanecem em suas áreas nativas conservam costumes e tradições que perduram há gerações como as festas de santos, o folclore, a culinária e o artesanato. As culinárias dos biscoitos de goma, que passam horas fazendo os biscoitos um a um em grupo e garantem que esse é o segredo do sabor, ou os mestres do folclore que ensaiam e entoam os cânticos há gerações, são patrimônios imateriais vivos da localidade. As principais manifestações folclóricas são o pastoril, as quadrilhas juninas e o coco-de-roda, todas expressões de folguedos populares na região Nordeste do Brasil. O artesanato valoriza materiais naturais como as partes do coqueiro (quengas, palhas, tronco), conchas, sementes e palhas.

A gastronomia é baseada na culinária regional sendo rica em frutos do mar (Figura 19) e doces típicos. Ressalta-se os bolos de goma de São Bento (Figura 20) e o massunim, molusco bivalve que vive na parte rasa das praias e é catado em um verdadeiro ritual, um a um, pelas marisqueiras e depois ensopado a base de leite de coco.

As festividades são basicamente referentes aos dias dos santos como a Nossa Senhora da Guia, em janeiro, e Santo Antonio e São Pedro, em junho. Além destas destacam-se a Festa da Mariscada, em novembro, e o Carnaval entre fevereiro e março com data flutuante.

---

<sup>24</sup> Refere-se ao patrimônio cultural intangível que engloba expressões culturais e as tradições de um povo preservados de geração em geração desde sua ancestralidade como por exemplo: saberes, celebrações, festas, modos de fazer, lendas, músicas, costumes e outras tradições.

Figura 19: Frutos do mar da região - Lagosta



Fonte: [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br) (2015).

Figura 20: Bolo de goma tradicional de São Bento



Fonte: [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br) (2015).

Existem poucas opções de lazer fora as praias. A população nativa costuma se encontrar à noite nas praças ou na orla da sede urbana para bater papo. Não há equipamentos de lazer ou divertimento sobretudo para os mais jovens como cinemas, parques, discotecas, entre outros. As manifestações culturais de grande porte limitam-se a shows patrocinados pela prefeitura em festas como o Carnaval ou São João.

Como dito, as condições ambientais são precárias, as praias encontram-se bastante contaminadas e até essa forma de lazer mais primária pode comprometer a

saúde de seus habitantes ou visitantes. De acordo com Cruz (2002), a paisagem é o chamariz do turismo para o lugar e está em posição de destaque na atratividade de um lugar. Os principais pontos negativos no processo de turistificação estão diretamente relacionados a problemas de meio ambiente e sustentabilidade. Lima e Lopes confirmam essa situação (2014, p. 59) ao afirmarem que “[...] a exploração turística no município de Maragogi vem causando extensiva degradação do seu principal atrativo, de modo que os próprios turistas começaram a fazer reclamações e denúncias”. Além disso, os locais sofrem com o aumento sazonal da população em determinadas épocas como o Carnaval. As infraestruturas não estão dimensionadas adequadamente para o município, o qual, no período de alta estação turística, apresenta sérios problemas. Falta água, energia elétrica e até pão da padaria segundo relatos dos próprios moradores. O trânsito vira um caos e a poluição sonora é um problema sério.

Segundo o Anuário Estatístico do Estado de Alagoas (2010), no município existem 11.874 domicílios sendo que apenas 7.394 encontravam-se ocupados e 4.480 desocupados. Estes domicílios desocupados chegam a abrigar 30 ou 40 pessoas cada um, em períodos de alta temporada, embora a média descrita pela Secretaria de Turismo municipal seja de 12 indivíduos por habitação de veraneio.

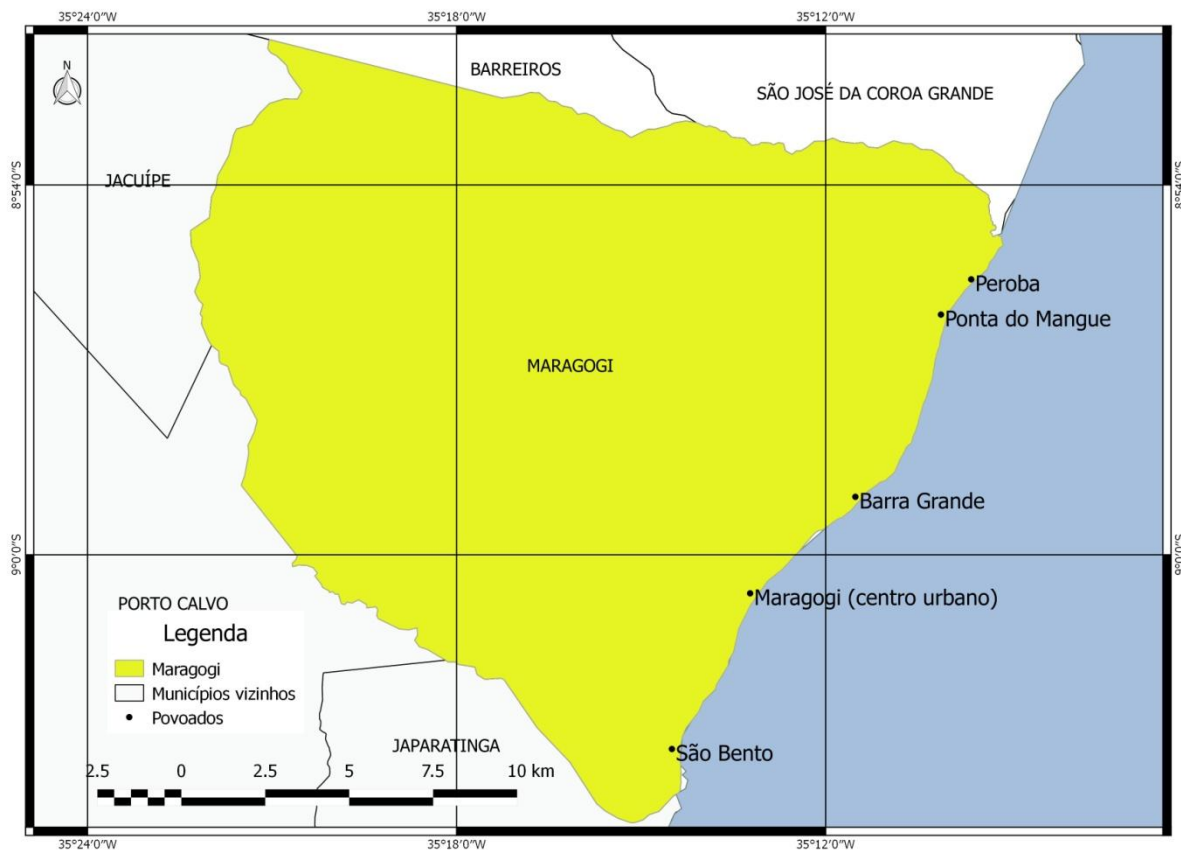
Existe ainda um problema sério relacionado à estrutura familiar, com o advento da prostituição e do uso indiscriminado de drogas que aumentou significativamente nos últimos anos, segundo dados da Secretaria de Turismo (2014). É preciso que a população nativa conserve seu modo de vida, observando o processo de modernização, sem, no entanto, perder suas raízes de comunidade pacata e bucólica, tão procurada pelos que buscam a região como visitante.

### **3.5 Os adensamentos populacionais**

No município de Maragogi, os principais adensamentos populacionais estão localizados ao longo dos aproximadamente 21 quilômetros do litoral (Figura 21). A sede do município está localizado na porção Central, enquanto São Bento fica ao Sul e Barra Grande, Ponta do Mangue e Peroba ao Norte.

Nesta seção 2.5 serão apresentadas cada uma destas localidades, com exceção de Ponta do Mangue e Peroba, que serão mostradas em conjunto, por possuírem características de ocupação, adensamento e uso do solo muito similares.

Figura 21- Mapa dos adensamentos populacionais do município de Maragogi



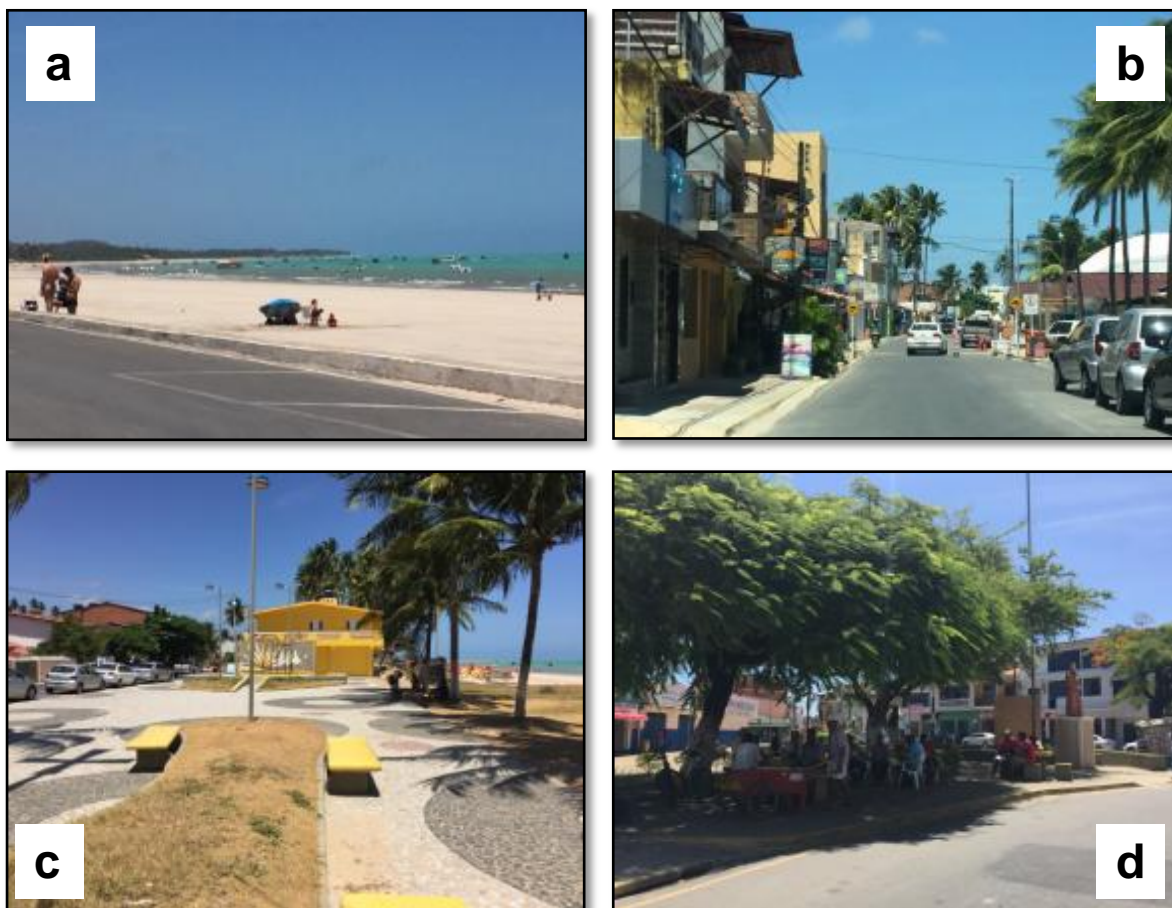
Fonte: Elaborado por Antonio Lins (2016)

### 3.5.1 Centro urbano

A sede municipal de Maragogi conta com um núcleo urbano situado na praia homônima (Figura 22). Nesta parte do espaço territorial está concentrada grande parte da infraestrutura turística, uma vez que possui o comércio, uma orla que ainda se encontra em processo de requalificação e diversos serviços turísticos, a exemplo de bares e restaurantes, agências bancárias, a sede do corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, a Colônia de Pescadores, as secretarias municipais, Câmara de Vereadores e uma importante variedade de equipamentos de hospedagem como pousadas e hotéis a citar: Hotel Salinas do Maragogi, Hotel Areais Belas, Pousada Mar e Luz, entre outros.

Figura 22: Imagens do centro e orla urbana de Maragogi

**a)** Praia urbana; **b)** Avenida Senador Rui Palmeira – beira-mar; **c)** Palco na orla marítima de Maragogi; **d)** Praça Santo Antônio – Centro de Maragogi.



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

Antes da inserção do turismo no município de Maragogi, a orla marítima era predominantemente ocupada por pescadores que residiam na região. Em face não só das dificuldades econômicas, mas também sociais, boa parte da população tradicional de Maragogi, assim como alguns dos supracitados pescadores, passou a sofrer o processo de gentrificação social<sup>25</sup>, ou seja, ceder o seu território para a prática turística e a especulação imobiliária, de modo que muitos hotéis e *resorts* foram instalados na localidade, a exemplo do Hotel Salinas e *Resort Gran Oca* Maragogi. No entanto, houve aqueles moradores que não abriram mão de seu espaço territorial, e não sucumbiram à citada especulação: permaneceram com seus

<sup>25</sup> Está relacionado a um conjunto de processos e transformações do espaço original, urbano ou não, com ou sem intervenção governamental, expulsando os moradores tradicionais pertencentes a classes sociais menos favorecidas em favor de sua valorização imobiliária (SMITH, 1996).

lotes e não saíram dos antigos locais onde residiam. Assim, de acordo com Kaspary (2012), para boa parte destes, restaram indubitavelmente muitos benefícios, uma vez que puderam se beneficiar da prática da atividade turística e a maioria deles acabaram até mesmo por se tornar proprietários de equipamentos turísticos ou prestadores de serviços para tal atividade na região.

Ao longo dos últimos vinte anos, vários equipamentos turísticos e de serviços desta natureza vem se instalando em Maragogi. É da orla que partem diariamente os catamarãs, de um ponto de apoio em um restaurante, rumo às galés de Maragogi (recifes de arenito e corais, localizados no mar costeiro, a aproximadamente 6 km da sede municipal de Maragogi).

Atualmente, o comércio na sede do município conta com uma diversidade de estabelecimentos comerciais vinculados aos setores de alimentação: restaurantes, lanchonetes, bares, lojas de vestuário, farmácias, lojas de mobiliário, construção civil, supermercados, postos de gasolina, hotéis, pousadas, agências de turismo, além do surgimento do comércio informal.

Assim como estas facilidades, outras também são encontradas no centro comercial de Maragogi, a exemplo de casa lotérica, agência de correios, jornais de distribuição estadual e agências bancárias, a exemplo da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco (Figura 23).



Figura 23: Imagens da orla e do centro na sede municipal de Maragogi

**a)** Imagem de uma agência bancária localizada no centro de Maragogi; **b)** Sede da Prefeitura Municipal no centro; **c)** Estabelecimento de Hospedagem localizado na orla – Hotel; **d)** Colônia de Pescadores Z15 na Av. Senador Rui Palmeira.



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

A ocupação da desta área da sede de Maragogi colaborou significativamente para o crescimento demográfico do município. A vista aérea ilustrada na Figura 24 mostra uma foto aérea com a ocupação da sede de Maragogi em sua porção Sudoeste. Kasparly (2012, p. 90) aponta em seus estudos que “[...] a transformação espacial é evidente nas áreas litorâneas do município, que em um lapso de trinta anos apresentava-se rarefeitamente ocupado e que hoje se depara com uma escassa quantidade de lotes não construídos, na sua sede municipal”.

Figura 24: Vista Aérea da sede do município de Maragogi



Fonte: Caribe Nordestino (2015).

Foi observado ao longo das visitas realizadas ao município de Maragogi que um grande número de residências localizadas, não só em frente, como também paralelamente à praia do núcleo urbano, encontram-se fechadas, sendo ocupadas apenas nos períodos de alta estação ou festas. Como citado anteriormente, no último censo realizado pelo IBGE (2010) esta realidade de uso sazonal de tais residências ficou evidente ao apontar que 4.480 domicílios estavam desocupados no município, o equivalente a mais de 30% dos domicílios totais.

Fora dos períodos de temporada, onde estas residências permanecem vazias e, por consequência, as praias também, a cidade apresenta baixo nível de atividade, diferentemente do que ocorre quando todas as casas ficam ocupadas, sejam por seus proprietários ou mesmo por pessoas que as locam ou cedem para outros veranistas. A poluição sonora é um problema sério nas épocas de temporada, assim como o trânsito, sobretudo na rua da orla.

Ainda contíguo ao centro, em sua porção norte, está o bairro de Carvão que passa por uma intensa especulação imobiliária (Figura 25). Antes uma grande fazenda que foi loteada, o bairro hoje em dia está inserido na área urbana por meio de uma continuação da avenida que leva à Praça Santo Antônio, conhecida como a praça central da cidade. Esta região foi saneada em um complemento ao projeto original de saneamento, mas por ela passa um córrego homônimo com os dejetos



da parte não saneada que fica na margem esquerda da AL-101-Norte sentido Maceió-Recife, e alguns assentamentos como a favela popularmente conhecida como “Risca faca”. Por ter sido quase todo dividido em lotes, sua ocupação espacial principal é de casas de veraneio que ficam fechadas a maior parte do ano.

Figura 25: Vista do bairro Carvão, bairro de ocupação mais recente em Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

As praias urbanas são as mais poluídas em todo município. Apesar de toda parte central do núcleo urbano do município ter rede de coleta, ela extravasa constantemente, muitas vezes por falta de manutenção por parte da Companhia de Saneamento e o esgoto *in natura* corre até o mar. Outro problema ambiental grave é o riacho “urbanizado” que desce do bairro Adélia Lira até o mar. Os dejetos domésticos desta localidade são jogados neste corpo receptor que deveria estar saneado por um sistema construído pela Fundação Nacional de Saúde no início dos anos 1990, mas nunca funcionou, como será mostrado com mais detalhes no próximo capítulo. Desta forma, pode-se concluir que o centro de Maragogi, embora urbanizado, sofre muito com a degradação ambiental e a poluição de vários tipos.

### 3.5.2 São Bento

Este povoado é o mais antigo do município de Maragogi, como comprovam as ruínas da Igreja de São Bento no alto homônimo, patrimônio cultural tombado pelo Iphan (Figura 26).

Figura 26: Povoado São Bento na porção sul do município, rios Maragogi e Salgado e o *Resort Salinas do Maragogi*



Fonte: Imagem adaptada Google Earth.

Situado no extremo sul do município na divisa com Japaratinga, São Bento é banhado pelo rio Salgado. Apesar de ser o mais antigo, São Bento é o povoado menos transformado pelo tempo, sobretudo se comparado a sede municipal e aos povoados mais ao Norte. A percepção espacial que se tem ao se caminhar pelo

povoado é bem diferente da experiência do resto do litoral. Existem inúmeros terrenos desocupados à beira-mar (Figura 27) e casas rústicas de pescadores ou com arquitetura simples de duas águas<sup>26</sup> e antigas. A avenida à beira-mar (Figura 28), como quase todas, ainda é de areia ou barro, quase não há calçamento e o asfalto existe apenas na AL-101-Norte.

Figura 27: Povoado São Bento - terrenos a beira-mar



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

Figura 28: Povoado São Bento – Avenida à beira-mar sem pavimentação



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

---

<sup>26</sup> Telhado mais simples que pode existir. Com apenas duas direções de queda d'água.

O ar é bucólico e os moradores ficam nas calçadas conversando como em pequenas localidades interioranas. Segundo Kaspary (2012, p.88),

Ao se andar pelo povoado, depara-se com inúmeras casas rústicas e de arquitetura de década anteriores. Inúmeros terrenos à beira-mar apresentam uma paisagem ainda bucólica nesse lugar. A permanência de áreas com essas características nesse povoado, segundo moradores antigos, ocorre porque antes da chegada do turismo São Bento dividia-se em grandes sítios de coqueirais, de propriedade de pessoas com relativas condições socioeconômicas e poder político, que podiam não ter necessidade de vender suas terras para a implantação de atividades turísticas.

Dessa forma, nesse contexto histórico pode-se inferir que mesmo hoje a atividade turística ainda não tem a força que possui em outras localidades, pelo menos não se trata do turismo de massa. Como visto, a cultura local encontra-se preservada até mesmo na ocupação territorial. É possível encontrar barcos de pesca e jangadas espalhados por toda “orla” do povoado. O povoado não possui rede coletora de esgotos, que correm a céu aberto por todo lado e contaminam também seu principal curso d’água, o rio Salgado.

Da mesma forma que as características espaciais pouco mudaram, as atividades socioeconômicas também não passaram por grandes transformações, diferentemente do resto do município. A população desta área vive em sua grande maioria da pesca, da extração de mariscos, da confecção de produtos artesanais, da fabricação de bolachas e dos famosos bolos de goma de São Bento.

Esta iguaria tornou-se símbolo da localidade e boa parte da mão-de-obra feminina está envolvida com a cadeia produtiva do biscoito. Essa prática, que está ligada à atividade turística e que virou tradição gastronômica do município, também fortalece a cultura local, uma vez que grande parte das atividades em torno do bolo de goma são coletivas, o que ajuda a preservar o patrimônio imaterial do povoado, aspecto importante em um município turístico que tem “sol e praia” como principal atrativo pois ajuda na diversificação da oferta turística local.

Algumas atividades comerciais locais também são desenvolvidas com pequenos mercados, farmácias, bares e restaurantes, sobretudo no trecho de rodovia que corta o município. O restaurante do Mano (Figura 29), especializado em frutos do mar e situado à beira-mar da vila central, é muito famoso em nível nacional, tendo sido citado em vários guias especializados em gastronomia como

tendo muito boa qualidade em seus pratos. Sendo assim é muito frequentado por turistas de vários locais, do Brasil e do mundo. O povoado possui ainda uma pousada, a Shalom Beach, localizada na divisa com a praia de Camacho.

As condições ambientais, apesar de apresentar um processo de turistificação menor que nas outras localidades, não diferem muito do resto do município. O rio Salgado, também contaminado por dejetos dos assentamentos, polui as principais praias do povoado. Paralelo a isso São Bento, como será mostrado no capítulo seguinte, não possui rede de esgotos e todo dejetos produzido ali também tem o mar como destinação final (Figura 30).

Figura 29: Restaurante do Mano - São Bento



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

Figura 30: São Bento - água servida correndo a céu aberto na Avenida beira-mar



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).



### 3.5.3 Barra Grande

O Distrito ou Povoado de Barra Grande está localizado a aproximadamente três quilômetros da sede do município de Maragogi e possui uma característica bastante peculiar. A rua da Praia como é conhecida sua avenida à beira-mar (Figura 31) não fica às margens da faixa litorânea, mas sim aos fundos das casas, geralmente de veraneio, que se debruçam sobre o mar no efeito popularmente chamado de “pé na areia” (Figura 32).

Figura 31: Rua da Praia - povoado Barra Grande



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

Figura 32: Casas "pé na areia" – povoado Barra Grande



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

Existe uma segregação espacial nesse formato de orla, uma vez que ela dificulta o acesso à praia, sendo sofrida pelos moradores originais da localidade, sobretudo os antigos pescadores. As grandes casas de forasteiros foram se instalando e tomando conta do espaço antes reservado a eles, obstruindo inclusive o acesso ao mar que hoje só pode ser feito por algumas ruas. Esse processo de gentrificação, já explicado no capítulo anterior, é muito marcante neste povoado, uma vez que claramente existe uma diferenciação espacial entre a zona dos morros situados do outro lado da AL-101-Norte, a franja até detrás da rua da Praia e esta propriamente dita (Figura 33).

Figura 33: Barra Grande - ocupação espacial do povoado



Fonte: Imagem adaptada Google Earth/acervo pessoal (17/07/2017 e 27/11/2015).

Em contraponto à sede municipal, onde houve certo tipo de resistência à especulação imobiliária por parte de pescadores, o mesmo não ocorreu em Barra Grande. Segundo Kaspary (2012, p.84), a especulação imobiliária nesse povoado foi mais intensa devido às condições socioeconômicas da sua população, onde a

qualidade de vida era consideravelmente inferior do que os moradores do centro urbano. Além disso, havia um problema com a regularização da terra, o que favoreceu grandes grupos e pessoas interessadas nos terrenos mais nobres regularizarem os lotes em seu nome, em detrimento dos nativos, que muitas vezes receberam valores irrisórios por suas glebas. Com isso e devido ao agravamento do processo de gentrificação social, os antigos moradores foram remanejados para áreas cada vez mais distantes de suas porções nativas, em aglomerados periféricos, próximos a margens de rios e áreas de mangues, o que contribui ainda mais para o ciclo de degradação verificado no município.

Os primeiros veranistas construíram suas casas de alvenaria em áreas afastadas da praia e aos poucos foram trocando pelas casas dos pescadores, em sua maioria de taipa, que não vislumbravam o valor locacional do lote, apenas a possibilidade imediata de mudar para uma casa momentaneamente melhor (KASPARY, 2012). Com esse fluxo, os veranistas tomaram conta das quadras mais próximas ao mar e os pescadores que antes sobreviviam de seu ofício hoje em sua maioria são trabalhadores desses forasteiros como caseiros<sup>27</sup> ou empregados domésticos e possuem uma renda baixa.

Apesar de possuir rede coletora, no povoado ocorre uma grande degradação ambiental. As áreas de ocupação na margem esquerda da AL-101-Norte sentido Maceió-Recife, não possuem saneamento e as águas servidas correm a céu aberto pela referida rodovia (Figuras 34 e 35). Os dejetos se depositam em uma área em frente a uma concessionária de carros, a única do município, e encontra um riacho que tem água apenas nos períodos de chuva, conhecido como riacho Levadão ou Corre Águas. Este por sua vez deságua no mar, nas imediações do Hotel Praia Dourada, carreando todos os dejetos sem tratamento produzidos no povoado como já ilustrado na Figura 12 (p. 72).

---

<sup>27</sup> Popularmente são pessoas que guardam e fazem manutenção da segunda residência do empregador (GRIFOS DO AUTOR, 2015).



Figura 34: Esgoto correndo a céu aberto pela AL-101-Norte - Barra Grande



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Figura 35: Esgoto correndo a céu aberto as margens da AL-101-Norte - Barra Grande



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Por fim, apesar de ser um povoado essencialmente residencial, apresenta alguns estabelecimentos comerciais importantes e equipamentos turísticos instalados em seu território, como as pousadas Costeira da Barra e Sol e Mar, o Motel Êxtase, único da cidade de Maragogi, e a concessionária Mavel da marca de veículos automotora italiana Fiat. Além disso, apenas o comércio mais local com pequenos mercados, bares e restaurantes para população local, posto de gasolina com mercado de artesanato contíguo e o posto fiscal da Receita Estadual alagoana que fica localizado às margens da rodovia. As praias, muito atrativas, como as demais do município, são frequentadas pelos veranistas e locais, não tendo grande fluxo de turistas.

### 3.5.4 Peroba e Ponta do Mangue

Os povoados de Peroba e Ponta do Mangue estão a 12 km da sede do município sendo, portanto, os mais distantes do centro urbano do município. Situado entre os povoados de Barra Grande e o município de São José da Coroa Grande (PE), o povoado de Peroba é banhado pelo rio Persinunga, na divisa de Alagoas e Pernambuco (Figura 36). Segundo relatos dos nativos, nos primórdios da ocupação de seu território, a região já foi local de veraneio dos próprios moradores abastados de Maragogi. Na fala de um antigo morador<sup>28</sup>:

Há uns 20 anos isso aqui era tudo mato e coqueiro. As poucas casas que tinham eram ou da gente ou do povo da cidade mesmo, lá de Maragogi, que vinham passar o final de semana. Hoje, nós nem podemos chegar à praia direito por causa dos condomínios que tomaram tudo por aqui e está cheio de gente estranha e gringos. Muita coisa mudou por aqui e tudo ficou muito caro depois que esse povo chegou (M1, 2015).

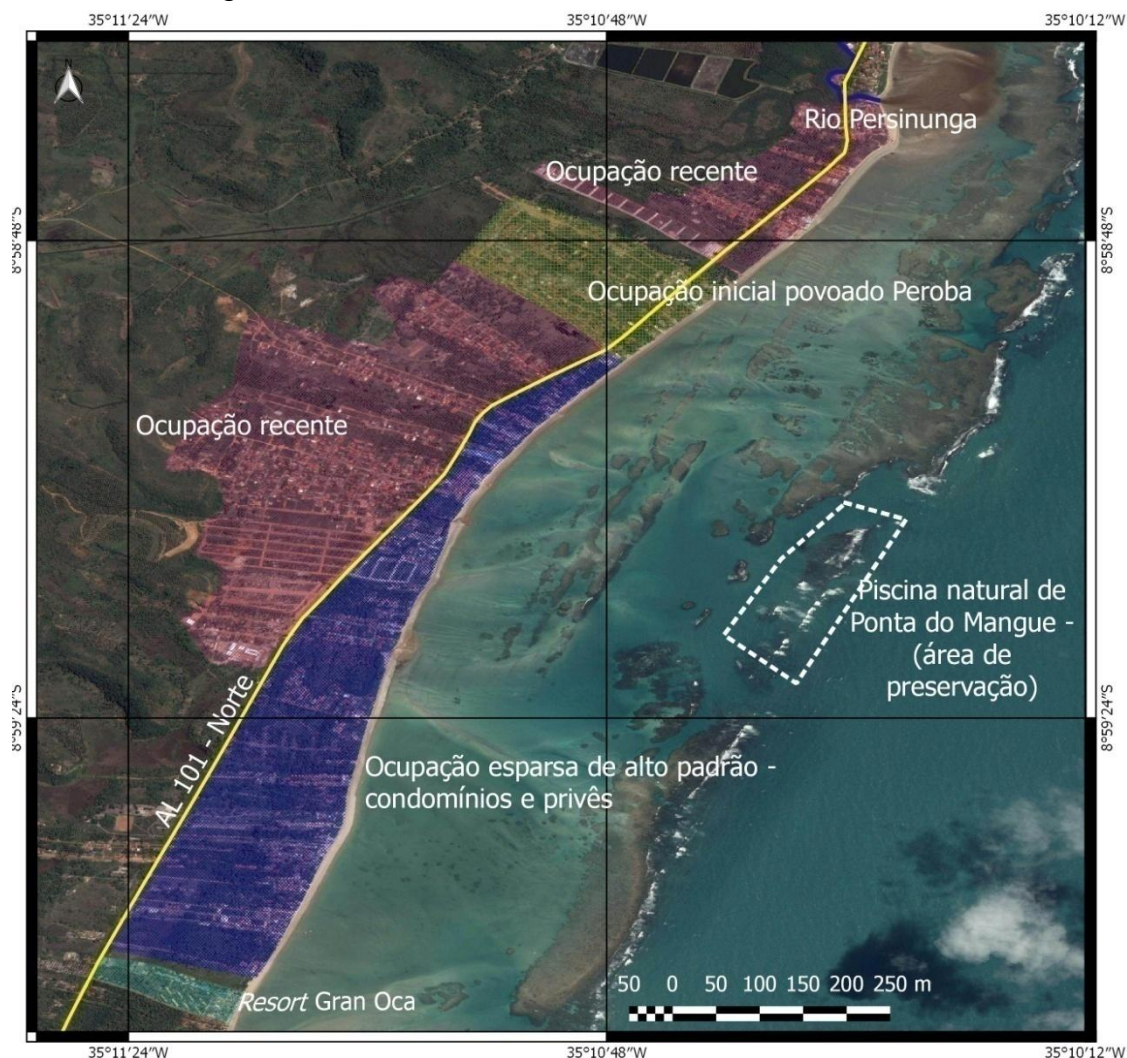
Hoje, predominam no lugar os condomínios horizontais de alto padrão, autodenominados “privês”, e casas de veraneio. A presença destes empreendimentos com seus muros altos e portões sempre fechados, denotam a segregação espacial que os moradores nativos sofrem com a ocupação do lugar, sobretudo para as atividades de cunho turístico.

Mais uma vez surge o processo de gentrificação espacial e da apropriação da franja litorânea por “estrangeiros” à localidade. Esses privês e condomínios privatizam as praias e dificultam muito o acesso da população, sendo alvo inclusive de ações no Ministério Público Municipal para que estes empreendimentos abram acessos à praia, sobretudo no povoado Ponta dos Mangues.

---

<sup>28</sup> Resguardando o sigilo exigido pelo comitê de ética e pelos entrevistados no T.C.L.E, os entrevistados serão identificados apenas pelo tipo, seguido de um número, com ano em que a entrevista foi realizada.

Figura 36: Ocupação espacial dos povoados Peroba e Ponta do Mangue e o rio Persinunga



Fonte: Imagem adaptada Google Earth, elaborada por Antonio Lins (2016).

Essa parte do litoral de Maragogi ainda é uma região pouco adensada, devido à ocupação espacial esparsa dos grandes condomínios que se espalham por muitos metros quadrados e às vezes até hectares. Estes condomínios são verdadeiros enclaves no território litorâneo urbano, sem conexões culturais ou funcionais com a sociedade local. Segundo Maricato (2001), são os “não-lugares” uma vez que a cidade é um espaço de luta de classes. Estes condomínios são “não lugares” que refletem uma auto-segregação das classes sociais dominantes, que, na maioria das vezes ignoram os problemas da cidade em detrimento ao atendimento de seus próprios interesses e necessidades. Segundo Luchiari (1999, p. 171),

[...] os condomínios fechados representam um novo tipo de segregação socioespacial que difere tanto do modelo induzido pelo Estado ou pelo setor industrial, através da construção de conjuntos habitacionais, quanto da segregação da pobreza, intensificada nas últimas décadas entre uma crescente população de excluídos do meio urbano. Este novo processo é auto-segregação das classes médias e elites sociais, detentoras de recursos para pagar pela privatização de grandes áreas altamente valorizadas e pelo distanciamento ou isolamento dos problemas urbanos: violência, degradação ambiental, miséria, lixo, poluição visual, congestionamento, confusão social, etc. [...].

Esse tipo de situação urbana obriga as populações marginalizadas, levadas pela pobreza, a se alojarem em áreas periféricas e cada vez mais distantes, geralmente em situação de fragilidade ambiental, o que contribui ainda mais para a degradação do meio. Esse tipo de problema ocorre próximo ao rio que banha a localidade, o Persinunga. Várias ocupações e assentamentos foram feitos em suas margens e hoje ele é o rio mais poluído do município, como comprovam os laudos de balneabilidade coletados nesta pesquisa (vide ANEXO A).

A ocupação inicial do povoado Peroba desenvolveu-se basicamente às margens da AL-101-Norte com um comércio considerável ao longo desta via e residências de moradores nativos nas ruas mais atrás. Existem estabelecimentos de venda de pescados, pequenos mercados, farmácia, restaurantes, bares, entre outros. A franja litorânea era ocupada pelos sítios de moradores da sede ou de outros estados, principalmente de Pernambuco. Possui ainda um grande *resort*, o Gran Oca Maragogi (Figura 37) e alguns hotéis como o Caju Praia Azul e o Perobas Villas, além de pousadas como a Encontro das Águas e a Barra Velha. Mas a grande maioria dos estabelecimentos turísticos são mesmo os Privês (Figura 38), condomínios e chalés a citar: Privês Costa Dourada e Areias Douradas, Chalés Maragogi, Condomínio Luso Brasileiro, entre tantos outros. Suas praias também não possuem equipamentos como bares e restaurantes com exceção de alguns muito rústicos. As praias são muito frequentadas pelos locais, por nativos do município provindos de outras localidades e turistas sobretudo de Pernambuco, fato que chama muita atenção na quantidade de casas de veraneio para alugar com cartazes na porta que mostram o prefixo desse estado, o 081.



Figura 37: Entrada do *Resort Gran Oca* - Ponta do Mangue



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

Figura 38: Entrada do Privê Sol Nascente - Peroba



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

### 3.6 O processo de turistificação no território de Maragogi

Conforme explanado antes neste trabalho, a construção da rodovia AL-101-Norte foi o principal meio de interligação de Maragogi entre dois importantes centros

urbanos. O primeiro, Recife, forte polo econômico, comercial e industrial de importância regional; e o segundo Maceió, capital do estado de Alagoas (Figura 39).

A construção da rodovia em questão também propiciou a ligação de Maragogi a outros municípios circunvizinhos, tanto do lado de Pernambuco quanto do lado alagoano. As mais diversas melhorias ocorridas no acesso terrestre em 1979, ano de sua inauguração, vinculadas a seus respectivos atributos paisagísticos e à ampla extensão de terras desocupadas no litoral em muito colaboraram para o surgimento de uma nova atividade no município de Maragogi: o turismo.

Figura 39: Vista Aérea da rodovia AL-101-Norte as margens do Oceano Atlântico na foz do rio Maragogi



Fonte: Kaspary (2012, p. 87).

O início da atividade turística em Maragogi se deu mais precisamente na década de 1980 com os chamados veranistas de segunda residência<sup>29</sup>, os quais buscavam nesta localidade uma casa para passar as suas férias, festividades específicas (a exemplo do Carnaval e do Natal) ou fins de semana. Segundo Kaspary (2012), os primeiros turistas de segunda residência eram provenientes de Palmares, Caruaru e Recife em Pernambuco, vindo logo depois os de Maceió. Partes das áreas desocupadas deram lugar a novas residências e condomínios para o atendimento de uma nova população, flutuante, fato que em muito contribuiu para o

---

<sup>29</sup> São pessoas que procuram um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias (ASSIS, 2003, p. 110).

surgimento das transformações espaciais de significativa escala junto ao território litorâneo do município de Maragogi.

A ocupação inicial dos veranistas em Maragogi não se deu em todas as suas localidades ao mesmo tempo uma vez que os mesmos foram em busca de áreas consideradas por eles e pelos especuladores imobiliários da época como as mais privilegiadas, a exemplo das terras próximas ao mar, com ventilação privilegiada e em espaços cujas vistas eram por eles consideradas como exuberantes, situação que trouxe consigo uma importante transformação espacial junto ao território litorâneo do município, mais especificamente, ao longo da orla marítima.

Kaspary (2012) assinala que apesar da prática turística ter ocorrido em quase toda extensão litorânea de Maragogi e das causas e consequências do processo de turistificação serem similares, a espacialização turística apresenta diferentes características em três distintas localidades de Maragogi, sendo elas a Sede Municipal (ZPU<sup>30</sup> 2); Povoado de Barra Grande-Peroba (ZPU 3 e ZPU 4) e Distrito de São Bento (ZPU 1).

Fora os veranistas, apenas os turistas alocêntricos<sup>31</sup> se aventuravam a ir ao município em busca de um lugar novo e até então desconhecido do grande público. Em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 começa o processo de turistificação mais forte com a construção de novos hotéis e pousadas e o implemento de equipamentos e infraestrutura voltados para o turismo como será mostrado na sessão a seguir.

### **3.6.1 Meios de hospedagem e demanda**

Segundo Gonçalves (2001), a instalação do *Resort Salinas do Maragogi*, em 1989 (Figura 40), representou o início da projeção turística do município e a sua fase de desenvolvimento segundo o Ciclo de Vida do Lugar Turístico de Butler (1980, 2006). Embora não tenha sido o primeiro meio de hospedagem a se instalar na localidade, pois já existiam algumas pousadas, foi o empreendimento que mais

---

<sup>30</sup> Zona de Planejamento Urbano – ZPU de acordo com a descrição apresentada no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Maragogi (Lei Municipal 365 de 2004).

<sup>31</sup> São aqueles que buscam aventura em locais novos e diferentes, geralmente sem infraestrutura turística instalada (GRIFOS DO AUTOR, 2015).

trabalhou a divulgação da destinação junto às grandes operadoras de turismo nacionais. Anteriormente, o fluxo turístico era formado em sua maioria pelos moradores dos municípios próximos, de Alagoas e de Pernambuco, que costumavam veranejar na localidade ou turistas alocêntricos, de vários lugares do Brasil.

Foi justamente a partir dele que outros hotéis e *resorts*, pousadas, chalés, condomínios e privês foram sendo construídos, o que na atualidade perfaz um quantitativo de 69 (sessenta e nove) unidades, totalizando assim 4.016 leitos (Tabela 6).

Figura 40: Entrada do *Resort Salinas do Maragogi* - precursor no processo de turistificação em Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (27/11/2015).

Tabela 6: Relação dos tipos, quantidades, números de UH's e leitos de hospedagem disponibilizados aos turistas em Maragogi

TIPO DE HOSPEDAGEM	QUANTIDADE	NÚMERO DE UHs	LEITOS
Hotel/Resorts	8	757	1.422
Pousada	42	542	1.407
Privês	12	142	992
Chalés	5	46	174
Condomínios	2	7	21
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>1.484</b>	<b>4.016</b>

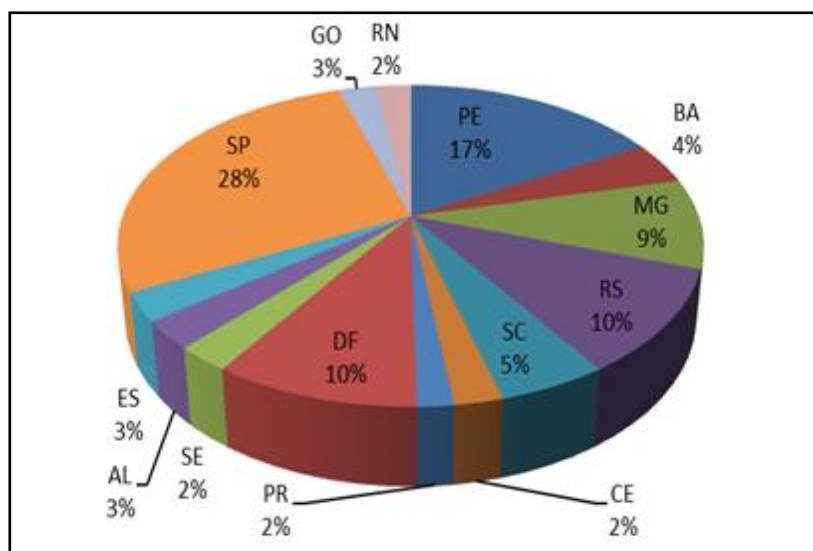
Fonte: Secretaria de Turismo de Maragogi (2014).



A maioria dos turistas que chegam à Maragogi e que se acomodam em um dos seus meios de hospedagem é oriunda da região Sudeste do Brasil, de modo especial provindos do estado de São Paulo. O visitante estrangeiro é minoria, pois representa 24% do total (SECRETARIA DE TURISMO DE MARAGOGI, 2014).

Os dados sinalizaram ainda que o saldo dos 76% do percentual de turistas brasileiros que visitam Maragogi são das mais diversas localidades, prevalecendo os turistas de São Paulo, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Percentual de prevalência dos turistas que visitam Maragogi por estado do Brasil.



Fonte: Secretaria de Turismo de Maragogi (2014).

Em geral, tais turistas chegam ao município acompanhados de outros membros de sua família ou somente o casal que vem muitas das vezes em lua de mel. Os estudos e entrevistas realizadas nesta pesquisa revelaram que as piscinas naturais, as praias, os hotéis com serviços convidativos e as ruínas do Mosteiro São Bento são os principais atrativos que motivam o turista a escolher Maragogi como destino turístico em seu momento de lazer, visto que o turismo de negócios ainda não desponta como motivo de interesse para visitação à localidade.

Quanto ao nível de renda e poder aquisitivo foi observado que os turistas que optam por Maragogi são oriundos das classes A, B e até mesmo C. Hoje em dia o turismo está bastante acessível e, em razão de facilidades como da aquisição de

pacotes turísticos e de passagens, há facilidade de se chegar ao destino e explorar a oferta turística local.

Para Ruschmann (2001, p. 65), a infraestrutura geral das destinações constitui “[...] a base do funcionamento adequado para atender às necessidades básicas tanto dos turistas como da população receptora”. Os dados apontam que os veranistas que utilizam o transporte terrestre, principalmente os oriundos de Alagoas ou estados vizinhos como Pernambuco, visitam Maragogi com bastante frequência, em especial nos períodos de férias ou no carnaval, sendo considerados como um problema para o município, uma vez que fazem uso dos equipamentos turísticos e infraestrutura locais e consomem pouco do que é vendido na localidade, trazendo, na maioria das vezes, os bens de consumo essenciais de seus locais de origem. Em contraponto a essa realidade, os turistas provenientes de estados mais distantes e que usam o avião como meio de transporte, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais, são os que têm o maior gasto médio por dia, uma vez que se hospedam em hotéis e pousadas e consomem também em bares e restaurantes, além de utilizarem serviços como *transfers*, passeios turísticos, entre outros. São duas realidades distintas, uma de turismo praticado de forma mais individualizada que gera mais renda, e outra baseada no turismo de massa<sup>32</sup> e/ou veranistas que consomem menos e contribuem para o aumento do fluxo de pessoas no local em determinados períodos do ano onde a infraestrutura instalada torna-se insuficiente ocasionando diversos problemas que afetam diretamente os habitantes do território, como o trânsito intenso, falta de água e energia elétrica, poluição em vários níveis, entre outros (CRUZ, 2002).

Em se tratando do equilíbrio da demanda/oferta, verificou-se a inexistência de um plano ou mesmo controle neste sentido por parte das autoridades locais. No entanto, existe uma percepção de que o maior problema do município, na atualidade, está relacionado à sazonalidade. A Secretaria Municipal de Turismo de Maragogi (2014) aponta que na baixa temporada sobram leitos, estimando que apenas 35% deles são ocupados nessa época, sobretudo nos meses chuvosos. Já na alta temporada, principalmente nos meses de janeiro até o carnaval, ocorre a falta de leitos. Sendo assim, pode-se inferir que a demanda na alta temporada é

---

<sup>32</sup> Turismo que visa o uso intenso da localidade sem se preocupar com o sustentável, fazendo com que haja a saturação dos bens naturais, sociais e culturais (XAVIER, 2006).

geralmente maior que a oferta. “Esta sazonalidade, que se caracteriza pela concentração de turistas em certas localidades em determinadas épocas do ano, e por sua ausência em outras, pode provocar transtornos e efeitos econômicos negativos consideráveis nas localidades receptoras” (RUSCHMANN, 2008, p. 45).

Por fim, outro dado importante foi de que 80% dos turistas que chegam à localidade por via aérea o fazem pelo Aeroporto Internacional dos Guararapes em Recife, no estado vizinho de Pernambuco. Apesar de equidistante de Maceió a preferência por este aeroporto se dá em razão da maior oferta de vôos devido à melhor malha de conectividade com o sul do país e até mesmo o exterior, tornando-se uma opção mais viável e até mesmo mais barata do que a chegada pelo aeroporto Zumbi dos Palmares em Maceió. Já nas visitas de um dia o movimento é inverso, com 90% dos *transfers* sendo feitos tendo como origem Maceió, onde são vendidos este tipo de pacote para a localidade.

### **3.6.2 Atrativos turísticos**

Incluído entre os 65 Destinos Indutores do turismo no Brasil pelo MTur (2011) e segundo destino turístico mais procurado do estado de Alagoas, Maragogi tem como principal atrativo as piscinas naturais costeiras, formadas pelos recifes de coral<sup>33</sup>, conhecidas como galés. Amplamente divulgadas em âmbito nacional e internacional, as galés estão inseridas na APA Costa dos Corais e tem sua visitação normatizada, controlada e fiscalizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela Lei nº 11.516 de 2007.

O fluxo de visitação hoje em dia é intenso, e já alcança os 150 mil visitantes ao ano, segundo o próprio ICMBio, estando entre as 10 áreas de conservação mais visitadas do país. A assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, entre a prefeitura municipal, os proprietários de catamarã que fazem o passeio e o órgão regulador supracitado, veio disciplinar os usos e possibilidades de visitação às galés. Atualmente o número de embarcações foi limitado e também a área de cada

---

<sup>33</sup> São formados com o acúmulo de esqueletos calcários de corais e de certas algas, sendo ecossistemas com grande biodiversidade.

uma das três galés que podem ser visitadas, sendo inclusive delimitadas por cordas e bóias flutuantes. Segundo o Plano de Manejo da APA Costa dos Corais (2014) as áreas regulamentadas que podem ser visitadas são as seguintes:

1- Piscina Natural Galés de Maragogi – com perímetro aproximado de 4,58 km e área aproximada 123,6ha e número máximo de visitantes de 720 por dia (Figura 41);

2- Piscina Natural Barra Grande – com perímetro aproximado de 2,68 km, área aproximada de 43,8ha e carga máxima de 426 pessoas por dia (Figura 42);

3-Piscina Natural de Taocas – com perímetro aproximado de 4,60 km, área aproximada 130,0ha e carga máxima de 426 pessoas por dia.

Figura 41: Piscina Natural - Galés de Maragogi



Fonte: [hoteisbeiramar.com.br](http://hoteisbeiramar.com.br) (2015).

Figura 42: Piscina Natural - Barra Grande



Fonte: [gabinetecivil.al.gov.br](http://gabinetecivil.al.gov.br) (2015).

Além destas piscinas naturais, existem outras que estão em área de preservação como a de Ponta do Mangue e, portanto com visita proibida.

Maragogi possui ainda outras opções e pode-se encontrar ofertas de passeios para visitar desde comunidades rurais e trilhas, sítios históricos, mergulhos em áreas de naufrágios, passeios de bicicleta e até saídas noturnas para acompanhar pescadores no exercício da sua profissão (Quadro 6).

O turismo rural é mais uma opção, que vem mostrando potencial de exploração para a destinação. A iniciativa parte da instalação de um grande investimento privado, o Marrecas Hotel Fazenda, do mesmo grupo que controla o Hotel Salinas e outros empreendimentos na cidade, que oferece hospedagem na área preservada de um velho engenho de açúcar, com diversas opções de lazer (VISITEMARAGOGI.COM, 2015).

Quadro 6: Principais atrações de Maragogi

Praias	Central, Barra Grande, São Bento, Camacho, Pontal de Maragogi, Porto de Galés, Burgalhau, Xaréu, Antunes, Ponta de Mangue e Peroba.
Mirantes	Cruzeiro (no centro da cidade) e Colinas de São Bento.
Piscinas naturais	Galés, Barra Grande, Taocas, Taoquinhas, Picões e Cabeços.
Festas e eventos	Nossa Senhora da Guia (jan.), Carnaval (fev. ou mar.), Santo Antonio e São Pedro (jun.), Festa da Mariscada (nov.).
Monumentos e ruínas	Ruínas da igreja da colina de São Bento, Igreja de nossa Senhora da Guia, Igreja do Engenho junco, Capelinha de Santa Luzia.
Artesanato	Artefatos (esculturas e móveis) produzidos a partir de troncos de jaqueira e de coqueiro, traçados da palha de bananeira e do ouricuri, rendas e bordados, artefatos produzidos a partir da casca de coco e de cochas marinhas.
Folclore	Pastoril, quadrilhas, cavalhadas, coco-de-roda, samba de matuto.
Culinária	Peixes, e crustáceos em várias opções, Bolinho de goma (povoado de São Bento) e pratos da zona rural (carneiro, buchada, sarapatel, pirão, etc.)
Passeios	Trilhas na Mata Atlântica, visitas ao povoado de São Bento, Peroba e aos municípios de Japaratinga, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras feitos em bugres, passeios de bicicleta, mergulho e visita às Galés

Fonte: Adaptado Barros (2010), visitemaragogi.com (2015).

Existe ainda uma grande opção de praias (Figura 43). Algumas com mais estrutura e receptivo turístico como as da orla central e outras mais selvagens como a de Antunes, as praias na localidade possuem tonalidades que variam do verde ao azul e estão sempre entre as mais bonitas do Brasil nas mídias especializadas. (VISITEMARAGOGI.COM, 2015).

Figura 43: Principais praias de Maragogi



Fonte: Adaptado Google Earth, elaborado por Antonio Lins (2016).

Outras praias dispõem de oferta variada de equipamentos como a praia de Burgalhau que possui um restaurante homônimo com estrutura de receptivo para grandes grupos que chegam sobretudo do Sul e Sudeste, geralmente provindos de Maceió, em visitas de um dia. Fazem um *day-use*<sup>34</sup>, utilizando-se da estrutura do restaurante para “passar” o dia.

<sup>34</sup> Terminologia inglesa empregada na hotelaria para denominar pessoas que pagam para desfrutar da infraestrutura e dependências de equipamento turístico durante um único dia.



Outro roteiro que vem se consolidando nos últimos anos em Maragogi é a chamada “Trilha do Visgueiro” (Figura 44), estruturada pela Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados - Coopeagro, instituição não governamental criada e mantida pelas Irmãs do Sagrado Coração de Jesus que dá apoio aos produtores rurais na localidade, sobretudo aos assentados. A iniciativa oferece “uma oportunidade única de descanso e contemplação” na mata do Assentamento Água Fria. Durante o passeio, os visitantes têm oportunidade de conhecer a cultura da comunidade rural e seus meios de produção, além de observar a fauna e flora remanescentes da Mata Atlântica<sup>35</sup> (COOPEAGRO, 2005).

Pode-se citar ainda a Igreja e o Mosteiro São Bento (Figura 45), na localidade homônima, como um atrativo turístico que vem despontando nos últimos anos, apesar do estado de má conservação em que se encontra, na verdade, ruínas. Com uma vista exuberante do litoral de São Bento, as ruínas da Igreja e do mosteiro foram tombadas pelo Iphan e faz parte, portanto, do Patrimônio Cultural Nacional.

Por fim, alguns outros passeios são organizados por agências na cidade como mergulhos nas galés e nos naufrágios ao largo da costa, pesca de agulhinha, peixe muito consumido (frito) como aperitivo, passeios de *bikes* monitorados pela Mata Atlântica e passeios de bugre pelas praias da região e municípios vizinhos, apesar desta prática estar vetada na área de areia por razões ambientais.

Figura 44: Turismo rural - Trilha do Visgueiro



Fonte: tudonahora.com.br (2015).

<sup>35</sup> Essa experiência é uma oportunidade de integração do meio rural com as atividades turísticas, vez que consegue estimular a interação sustentável do campo com essa atividade. Os guias são os próprios agricultores, que receberam treinamento do Corpo de Bombeiros. Os visitantes têm a oportunidade de se aproximar do cotidiano local e degustar as iguarias do campo (BARROS, 2010, p.95).

Figura 45: Ruínas do Mosteiro São Bento



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

### 3.7 As políticas públicas e o município

Desde a Constituição de 1998 que a política urbana está inserida no contexto de discussões nacionais sobre a regulamentação do espaço e suas variáveis. Maricato (2001) preconiza que os problemas socioambientais no Brasil não são decorrentes da falta de regulamentação e normatização, mas sim da falta de integração entre a realidade local e essas normas.

Sobre isso, Maricato (2001, p.10) comenta,

A dimensão da tragédia urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de resposta que, acreditamos, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pelas informações científicas sobre o ambiente construído para evitar formulação das “ideias fora do lugar” tão característicos do planejamento urbano no Brasil.

Os municípios, que constitucionalmente já dispunham de autonomia política e administrativa como um ente federado, ficam ainda mais fortes com o advento do Estatuto da Cidade, a Lei nº 10.257 de 2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. O Plano Diretor, que é um instrumento de planejamento e gestão já previsto no artigo 182 da Constituição Federal, ganha reforço no Estatuto da Cidade. Este se transforma em uma ferramenta de suma importância para o melhoramento dos Planos Diretores já existentes através da incorporação de vários instrumentos de controle urbano.



Com a obrigatoriedade pelo governo federal de que todos os municípios elaborassem ou revisassem seus planos até 2006, criou-se um grande movimento entre as prefeituras para cumprir esta meta. Caso não o fizessem os repasses federais seriam contingenciados até que o instrumento estivesse pronto. O que parecia ser um bom instrumento para obrigar a criação dos planos não surtiu a plenitude do efeito desejado. Algumas cidades de maior porte e prefeituras que contavam com um corpo técnico atuante em seus quadros levaram a sério o desafio e compuseram planos diretores participativos e com diagnóstico e metas a serem atingidas dentro do espaço de tempo proposto. No entanto, uma boa parte dos municípios mais pobres e com prefeitos menos comprometidos com seu território apenas fizeram “pró forma”, ritual formal com o cumprimento mínimo de exigências legais, porém esvaziados de conteúdo.

Na maioria das vezes o Plano Diretor está cheio de boas ações, mas são apenas discursos que em muitos casos não saem do papel e não se transformam em ação propriamente dita. Às vezes as metas não são factíveis e viram meros números decorativos em meio a tabelas e gráficos. Para Pereira e Pinheiro (2008, p.3) “[...] o grande desafio é transformar a lei em ações concretas, que tornem realidade as diretrizes e estratégias contidas no Plano”.

Ainda existe a componente política. Imagina-se que os planos diretores são instrumentos meramente técnicos, mas a política se manifesta fortemente nos planos. Segundo Lacerda *et al.* (2005, p.56) o grande desafio é encontrar o equilíbrio entre as duas vertentes. O que acontece muitas vezes é a descontinuidade das ações quando se muda de gestão municipal devido a grupos e partidos políticos antagônicos, sobretudo em pequenas cidades.

Em Maragogi existe a Lei Municipal nº 365/2004, de 31 de dezembro de 2004, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Maragogi (PDDS), definindo normas para o desenvolvimento social e urbano e dá outras providências. No **capítulo IV**, do Desenvolvimento Econômico e Social, a seção II trata do Turismo em dois artigos: o artigo 9.º que trata dos objetivos da política de turismo e o artigo 10º que define as diretrizes relativas à política de turismo. Já o **capítulo V**, da Política do Meio Ambiente, trata em sua seção I sobre as áreas verdes e unidades de conservação, na seção II sobre os recursos hídricos e na seção III sobre o

saneamento básico entre outros. Ainda no capítulo **XIII** o plano fala da participação popular na gestão da política urbana da cidade com a seção II discorrendo sobre audiências públicas.

Em análise do PDDS, pode-se concluir que apesar de incluir os principais temas relacionados a meio ambiente, turismo, desenvolvimento sustentável, saneamento e participação popular, o texto ainda é muito inconsistente, precisando de um decreto que o regulamente e apresente metas claras de como serão atingidos os tópicos elencados no plano. Na prática, muito pouco do que é dito está sendo feito e tendo efeito sobre o desenvolvimento urbano no município. O plano prevê uma revisão em até 10 anos, ou seja, final de 2014, mas nunca foi feita.

No **artigo 55º**, sobre saneamento, o PDDS explicita os objetivos da política de saneamento a citar: implantação do Sistema Municipal de Saneamento, garantir a qualidade da água e balneabilidade do mar e rios do município, regularidade plena do abastecimento de água de qualidade para o consumo humano e tornar obrigatória a implantação de unidades compactas de tratamento de esgoto para locais que não sejam atendidos pela rede pública de esgotos. No **artigo 56º** o PDDS ainda prevê a ampliação do sistema de saneamento e abastecimento de água aos distritos e povoados não atendidos pelo projeto de saneamento de Maragogi. Quando da data de aprovação do PDDS o sistema já havia sido entregue e a própria municipalidade reconhece em uma Lei que ele não foi completo. Pouco ou quase nada do que estes artigos explicitam foram realizados desde então. O Sistema Municipal de Saneamento nunca saiu do papel: as praias e corpos d'água continuam com graves problemas de balneabilidade, a continuidade no abastecimento ainda é um desafio e a implantação das unidades de esgoto compactas também ficaram apenas nos apontamentos.

Ou seja, do que está na Lei municipal nada foi efetivamente concretizado e apesar de ter seus índices melhorados na última década, Maragogi ainda possui dados muito graves de saneamento (Tabela 7).

Tabela 7: Condições de saneamento dos municípios da APA Costa dos Corais, em 2000 e 2010.

Municípios	Proporção de domicílios particulares permanentes, por tipo de saneamento (%)					
	Adequado (1)		Semi-Adequado (2)		Inadequado (3)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Tamandaré	2,4	16,4	56,7	60,5	41,0	23,1
Barreiros	20,8	38,6	57,4	42,9	21,8	18,5
São José da Coroa Grande	36,8	4,5	36,2	85,8	27,0	9,7
<b>Maragogi</b>	<b>1,2</b>	<b>27,3</b>	<b>52,4</b>	<b>50,3</b>	<b>46,4</b>	<b>22,4</b>
Japaratinga	0,7	9,2	46,3	54,2	53,1	36,6
Porto de Pedras	5,4	0,9	21,6	58,4	73,0	40,8
São Miguel dos Milagres	0,2	5,1	74,1	86,5	25,8	8,4
Passo de Camaragibe	0,2	1,6	54,9	73,2	44,9	25,2
Barra de Santo Antônio	2,0	22,0	78,2	71,9	19,8	6,1
Paripueira	0,8	9,6	71,7	80,4	27,5	10,0

(1) abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e lixo coletado diretamente ou indiretamente.

(2) domicílio com pelo menos uma forma de saneamento considerada adequada.

(3) todas as formas de saneamento consideradas inadequadas.

Fonte: IBGE (2010)

Desde que o monitoramento da balneabilidade das praias em Maragogi começou no mês de junho de 2001, invariavelmente, mês a mês, ao menos em um dos pontos de coleta realizado pelo IMA, as amostras resultam impróprias para banho, ou seja, para a recreação de contato primário (Ver tabelas de balneabilidade no ANEXO A).

### 3.8 Problemática

Em reunião com gestores municipais, ocorrida em setembro de 2016, em que se discutia a necessidade do esgotamento sanitário e do fornecimento de água de qualidade, o então presidente da Funasa, Henrique Pires, declarou que “[...] 60% das internações no Brasil são decorrentes da péssima qualidade do saneamento básico no Brasil” (PORTAL SANEAMENTO BÁSICO, 2016, p.1). Ele destaca ainda que os investimentos no setor devem ser priorizados porque de acordo com a OMS cada valor gasto com saneamento é economizado até quatro vezes na área de saúde. Dessa forma, além de maior qualidade de vida a população, os investimentos

em saneamento também geram economia aos gestores em outras áreas como a saúde pública.

Maragogi é um município litorâneo situado em uma planície sedimentar costeira, conseqüentemente com área muito susceptível aos efeitos do lançamento de esgotos sem tratamento, pois se trata de rochas sedimentares nas quais o esgoto pode facilmente se infiltrar e atingir a água subterrânea. Além disso, os dejetos também eram jogados *in natura*, seja de águas servidas<sup>36</sup> nas áreas urbanizadas ou esgotos contendo inclusive dejetos humanos nos assentamentos rurais que carreados aos corpos hídricos, deságuam no mar.

Como visto, segundo o Ministério do Turismo (2011), Maragogi é o segundo destino turístico de Alagoas e faz parte dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. A paisagem natural preservada é, portanto, seu principal ativo, visto que o turismo de “sol e praia” está baseado em atividades de recreação de contato primário que tem na balneabilidade uma das suas principais premissas.

Apesar de ter a praia como base de seus atrativos turísticos o município possui graves problemas de balneabilidade como pode ser visto nas Tabelas 8, 9 e 10 e na Figura 46.

Tabela 8: Dados de balneabilidade da foz do rio Salgado

<b>Data da coleta(1)</b>	<b>Coliforme Termotolerante (fecal) NMP</b>	<b>Categoria</b>
<b>04/06/2002</b>	<b>900</b>	<b>Própria</b>
<b>07/06/2004</b>	<b>&gt;16.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>04/12/2006</b>	<b>9.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>07/05/2010</b>	<b>8.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>29/09/2015</b>	<b>&gt;16.000</b>	<b>Imprópria</b>

(1) As datas utilizadas para elaboração desta tabela foram os meses em que o IMA disponibilizou o número de Coliformes Termotolerantes nas suas análises.  
Fonte: IMA (2015).

<sup>36</sup> Termo refere-se a águas de lavagens de mãos e louças em pias (cozinhas e banheiros, etc.) ou lavagens de roupas em tanques ou máquinas de lavar entre outros usos.

Tabela 9: Dados de balneabilidade da foz do rio Maragogi

<b>Data da coleta(1)</b>	<b>Coliforme Termotolerante (fecal) nmp</b>	<b>Categoria</b>
<b>04/06/2002</b>	<b>5.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>07/06/2004</b>	<b>5.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>04/12/2006</b>	<b>9.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>07/06/2010</b>	<b>&gt;16.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>29/09/2015</b>	<b>1.400</b>	<b>Imprópria</b>

(1) As datas utilizadas para elaboração desta tabela foram os meses em que o IMA disponibilizou o número de Coliformes Termotolerantes nas suas análises.

Fonte: IMA (2015).

Tabela 10: Dados de balneabilidade da foz do rio Persinunga

<b>Data da coleta(1)</b>	<b>Coliforme Termotolerante (fecal) NMP</b>	<b>Categoria</b>
<b>04/06/2002</b>	<b>5.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>07/06/2004</b>	<b>5.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>04/12/2006</b>	<b>5.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>07/05/2010</b>	<b>&gt;16.000</b>	<b>Imprópria</b>
<b>29/09/2015</b>	<b>&gt;16.000</b>	<b>Imprópria</b>

(1) As datas utilizadas para elaboração desta tabela foram os meses em que o IMA disponibilizou o número de Coliformes Termotolerantes nas suas análises.

Fonte: IMA (2015).

Figura 46: Pontos de coleta para análise de balneabilidade no município de Maragogi - AL



Fonte: Adaptado Google Earth e IMA, elaborado por Antonio Lins (2016).

Para tentar reverter esta situação foi criado um projeto de esgotamento sanitário para o município com recursos do Prodetur que deveria resolver o problema e devolver a balneabilidade as praias. No entanto, mesmo após um amplo processo de implantação da rede de esgotos que ficou pronta no ano de 2004, os problemas persistem como se pode comprovar com os dados das Tabelas 8, 9 e 10 referentes aos anos de 2006, 2010 e 2015.

É um paradoxo uma localidade que depende do meio ambiente deixar de preservá-lo, não conservando as paisagens que está na base de seus atrativos turísticos. O objetivo deste trabalho visa investigar os problemas sanitários e de preservação que continuaram a existir mesmo após esta ampla intervenção ocorrida no município com a implantação da rede de esgotamento sanitário.

Que critérios orientaram a concepção do projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi, uma vez que o problema ambiental que deveria ter sido resolvido não o foi? Até que ponto ocorreu o envolvimento da comunidade na elaboração do plano de saneamento para o município de Maragogi, tendo em vista as alterações na dinâmica do espaço após o processo de turistificação? Os moradores entendem a importância do turismo como base na economia local? Qual a visão dos turistas, que utilizam o espaço por um determinado espaço de tempo? E a visão dos gestores e empreendedores? Como os *stakeholders* veem as condições sanitárias do balneário? Essas foram as principais indagações que serviram como base da problematização que nortearam a pesquisa, inclusive nas entrevistas com os *stakeholders*, com o intuito de responder a hipótese levantada.

### 3.9 Método

Para alcançar os objetivos deste estudo foi realizado um estudo de caso, efetivado no município de Maragogi. O estudo de caso é empregado em diversos campos da ciência. Trata-se de uma pesquisa detalhada sobre um ou mais objetos a serem investigados. O estudo de caso visa refletir sobre um conjunto de dados para posteriormente descrever com maior profundidade o objeto de estudo (MASCARENHAS, 2012). Para a realização do estudo de caso, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas, junto aos *stakeholders* que interagem na área estudada, como a população local e os turistas. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a entrevista aberta é um meio utilizado quando da realização de pesquisas para que os entrevistados possam expressar o que pensam, acreditam, sentem e compreendem em relação ao objeto de estudo. A entrevista aberta é a melhor forma de capturar as informações que nem sempre são possíveis perceber em entrevistas estruturadas. Já para os empreendedores e representantes do poder público, também foram utilizadas entrevistas abertas, só que nesse caso as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Foi adotada uma estratégia de amostragem não probabilística, tendo-se utilizado de uma amostragem intencional (MINAYO, 2007; REIS, 2008). Este tipo de abordagem possibilita ao pesquisador uma diversidade de interpretações, à medida

que pode melhor explicar os fenômenos que se encontram envoltos por complexas situações. Por ser do tipo semiestruturada, o foco da entrevista, que são o saneamento, o meio ambiente e o turismo, conduz o entrevistado a falar sobre esses temas. Portanto, no que diz respeito à pesquisa semiestruturadas, Hitchcock e Hughes (*apud* NEVES, 2014), revelam que este tipo de entrevista “[...] confere a abertura necessária para que o entrevistado complemente suas respostas mostrando-se sensível ao contexto de interação em que a mesma ocorre”. Desta forma, foram inseridos complementos às respostas diretas, para ensejar conversas informais com base nas quais foram colhidas informações importantes acerca do território e suas peculiaridades, sobretudo nas entrevistas com a população local.

A pesquisa de campo foi realizada no período de julho de 2014 a julho de 2015, com visitas mensais à área de estudo, com permanência média de três dias cada visita. Após análise dos aportes teóricos e da realização de uma pesquisa documental, com a análise do projeto disponibilizado pela Casal e das tabelas de balneabilidade disponibilizadas pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, o passo subsequente foi conhecer a região em que o projeto estava inserido, para a definição do recorte de estudo dentro da área do município de Maragogi. Foi definido então, que seria considerada como área de pesquisa, a região composta pelas bacias hidrográficas dos principais rios que cortam o município como o Salgado, Maragogi, dos Paus e Persinunga, além dos aglomerados populacionais formados pelo centro urbano e pelos povoados de São Bento, Barra Grande, Ponta do Mangue e Peroba, situados na franja litorânea à margem direita da AL-101-Norte.

As entrevistas foram realizadas com a população local no centro e nos povoados acima mencionados com 31 questionários aplicados por amostragem. Aos turistas, brasileiros e estrangeiros, foram aplicados 30 questionários nos hotéis, praias e equipamentos turísticos na cidade. As entrevistas com os empreendedores e gestores públicos locais, 12 no total, foram feitas depois de uma escolha criteriosa de quem seria importante para a pesquisa em um determinado momento e para se obter uma informação específica, mas quase sempre eram descortinadas novas informações que levavam a mais investigações. Pela importância destas entrevistas, cruciais para a pesquisa, elas foram transcritas. Estas transcrições, ou partes delas, quando aparecem no texto, são identificadas apenas pelo tipo do entrevistado



seguido de um número, juntamente com o ano em que foi realizada a entrevista. Esse cuidado se fez necessário, uma vez que o sigilo dos entrevistados está garantido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) exigido pelo Comitê de Ética.

Da mesma forma que os moradores, os empreendedores e gestores públicos locais foram escolhidos de forma intencional, atendendo aos critérios da abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (2007) este tipo de abordagem não só visa à obtenção de informações, mas também situações do assunto examinado, deixando de lado a representatividade numérica. Esta escolha intencional se deu pelo fato das vivências destes entrevistados junto à realidade analisada nesta pesquisa. Já os turistas foram escolhidos com base em amostragens de demanda fornecidas pela Secretaria de Turismo do município de Maragogi, onde 22% dos turistas que visitam a localidade advêm de Alagoas e estados circunvizinhos, 54% de outros estados do Brasil e 24% de outros países.

Na visita aos diversos bairros e localidades nos cinco principais adensamentos populacionais de Maragogi e alguns assentamentos rurais ao longo dos corpos hídricos, o pesquisador buscou não só observar as características específicas de cada localidade visitada como também identificar os principais atores dentro do grupo de moradores que contribuiriam para o resultado da final da amostra (Tabelas 11, 12 e 13). Os moradores entrevistados precisavam ter residido nas áreas analisadas há pelo menos dez anos, para que pudesse comparar a realidade do saneamento básico da localidade no presente e no passado.

Tabela 11: Entrevistados distribuídos por sexo e faixa etária

Entrevistados	Total	Sexo		Faixa Etária		
		Masculino	Feminino	18>30	30>50	>50
Moradores	31	10	21	15	9	7
Turistas	30	11	19	10	18	2
Empreendedores	8	5	3	0	5	3
Gestores Públicos	4	3	1	0	2	2
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>29</b>	<b>44</b>	<b>25</b>	<b>34</b>	<b>14</b>

Fonte: Pesquisa direta (julho/2015).

Tabela 12: Entrevistados distribuídos por ocupação

Entrevistados	Total	Ocupação					
		Aposentado	Estudante	Comerciante/ Empresário	Funcionário Público	Profissional Liberal	Outros
Moradores	31	2	0	11	12	1	5
Turistas	30	3	2	0	9	9	7
Empreendedores	8	0	0	8	0	0	0
Gestores Públicos	4	0	0	0	4	0	0
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>19</b>	<b>25</b>	<b>10</b>	<b>12</b>

Fonte: Pesquisa direta (julho/2015).

Tabela 13: Entrevistados distribuídos por grau de instrução

Entrevistados	Total	Grau de Instrução				
		Primeiro Grau	Segundo Grau	Superior Incompleto	Superior Completo	Outros
Moradores	31	10	13	3	3	2
Turistas	30	0	2	3	18	7
Empreendedores	8	0	1	2	4	1
Gestores Públicos	4	0	1	1	2	0
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>27</b>	<b>8</b>

Fonte: Pesquisa direta (julho/2015).

Os levantamentos de dados estatísticos e indicadores ambientais, como populacionais, número de moradias, demanda turística, número de leitos, dados de balneabilidade, dados diversos de saneamento, ambientais e sócio econômicos/culturais, foram realizados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA, Companhia de Saneamento de Alagoas - Casal, Secretaria Municipal de Turismo de Maragogi, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maragogi, Secretaria Estadual de Turismo - Setur, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – Iphan e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

A observação direta, com o registro fotográfico de diversas áreas do município de Maragogi, foi outra técnica empregada para coleta de dados. Para complementar o levantamento de dados também foram usadas imagens remotas do Google Earth que ajudaram na análise da ocupação espacial do território.

Ao final dos dados coletados na pesquisa de campo, todas as informações foram processadas e posteriormente transformadas em percentuais simples no programa Excel do Windows Office para cada aspecto analisado, com arredondamento a maior ou a menor a partir da meia unidade (0,5), e dispostas em tabelas ou gráficos representativos.

Os dados deste estudo indicam que os problemas ambientais em Maragogi são decorrentes principalmente da contaminação primária dos corpos d'água que lançam suas águas no mar e, por conseguinte, contaminam também as praias, tão utilizadas em um destino de sol e praia como este. Nos próximos capítulos serão mostrados dados do projeto de esgotamento sanitário que foi implantado no município e uma análise detalhada do mesmo, com uma discussão das suas implicações para o turismo e a população local.

#### 4 CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, ALAGOAS

Em meados da década de 1990, no município de Maragogi, 59,68% das residências não possuíam instalações sanitárias, 36,39% eram servidas por fossas rudimentares e apenas 2,59% por fossas sépticas (IBGE, 1980). Portanto, menos de 3% de todo dejetos doméstico produzido por sua população, que na época já era de aproximadamente 20 mil habitantes, possuía destino adequado dos resíduos. A ausência de instalações sanitárias de qualquer tipo levava os moradores da área a despejar todos os dejetos de suas residências (*in natura*) nos corpos d'água ou mesmo as águas servidas nas vias públicas, algo que não só comprometia a saúde da população, uma vez que a deixava exposta a disseminação de várias doenças de veiculação hídrica, como também contaminava a rede de drenagem local, o que, por sua vez, impactava diretamente nos níveis de balneabilidade das praias. Três décadas se passaram e a realidade continua praticamente a mesma apesar do investimento feito pelo Governo em um projeto de esgotamento sanitário no município (Figuras 47 e 48).

Sustentando parte do posicionamento acima, Tucci *et al.* (2001) alegam que as ações antrópicas que mais podem influenciar a qualidade das águas são: a) lançamento de cargas nos sistemas hídricos; b) alteração do uso rural e urbano; c) modificações no sistema fluvial.

Figura 47: Extravasamento da rede de esgotos na orla da área central de Maragogi - orla marítima



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Figura 48: Lançamento de águas servidas das residências localizadas na área central de Maragogi, mesmo após urbanização e implantação de rede de esgoto - via pública no centro



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Maragogi, que já despontava para sua vocação turística com a instalação dos primeiros hotéis de grande porte como o Salinas em 1989, estava entrando em sua fase de desenvolvimento segundo o ciclo de vida do lugar (BUTLER, 1980). Já possuía graves problemas de ocupação espacial desordenada no centro urbano e alguns povoados como Barra Grande além do fechamento das passagens para a praia na parte Norte do município, sobretudo em Ponta do Mangue e Perobas, devido à ocupação espacial em grandes lotes por parte de grandes empreendedores ‘estrangeiros’ ao lugar.

Segundo Hall e Page (1999) as áreas turísticas são dinâmicas e seu processo de evolução precisa de um planejamento para que não apenas cresça, mas também se desenvolva, gerando benefícios e renda para a população local, em contraponto ao simples repatriamento de lucros à matriz ou empregados vindos de fora, alheios ao lugar e à realidade local.

De acordo com Cooper e Hall (*apud* CORREIA; BRITO, 2011 p.127), destino é o “[...] espaço físico onde o turismo tem lugar, onde as comunidades vivem e trabalham e está imbuído com símbolos e imagens de cultura e história”. Maragogi, como um destino de “sol e praia”, precisava se preocupar com seu meio ambiente

natural, uma vez que a recreação de contato primário em suas águas e a abundante oferta de dias ensolarados era e ainda é seu principal atrativo e símbolo no mercado turístico. As paisagens, que para Cruz (2002) são “[...] um dos principais focos de atratividade do lugar uma vez que é a primeira instância de contato com o turista”, precisavam estar disponíveis da forma como eram vendidas em campanhas de marketing: preservadas e paradisíacas, o que não tem sido o caso de Maragogi, devido aos problemas aqui relatados.

Em se tratando de marketing turístico Gândara *et al.* (2011, p. 19) discorre que a “[...] imagem do local se faz de vital importância para a atratividade do local, sendo um elemento fundamental para qualquer destino turístico”. A motivação do turista muitas vezes começa nessas imagens transmitidas pelos meios de comunicação, através de divulgação em vários tipos de mídias, eletrônicas ou impressas. Para Gândara *et al.* (2011), o marketing turístico deve ter como premissa o conhecimento do público alvo da demanda local para elaborar uma estratégia de divulgação que satisfaça seus desejos e necessidades. Surpreender seria a palavra chave. O turista deve obter mais do que espera e para isso se consolidar em um destino de “sol e praia” é condição *sine qua non* um ambiente natural irretocável. Mais uma vez, Maragogi não tem condições de oferecer tudo que a promoção e o marketing sobre essa destinação mostram aos turistas potenciais.

#### **4.1 O projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi - AL**

Em face ao cenário exposto, considerando Maragogi como área prioritária e em processo de turistificação já na década de 1990 e não possuindo rede de esgotamento sanitário até então, o governo do estado de Alagoas, através da sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento - Seplandes, conseguiu junto ao Prodetur/NE, então em sua primeira fase, um financiamento com recursos advindos do BID para implementação de um projeto de saneamento para Maragogi. A concepção do Projeto Original (1995), para coleta, afastamento, tratamento e destinação final dos dejetos produzidos na área urbana da cidade de Maragogi e no povoado de Barra Grande, foi desenvolvida a partir de informações consolidadas entre a Contratante – Companhia de Saneamento de Alagoas – Casal, a Sistema

PRI, empresa contratada, e a Unidade Executora Estadual de Alagoas, Seplandes, instituição responsável por toda implantação do projeto.

No diagnóstico inicial de 1995, e nas revisões subsequentes até a final em junho de 1997, foram identificadas as principais características do município, como localização geográfica, acessos, relevo, hidrografia, clima, pluviometria, aspectos econômicos, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, sistemas viário e de transporte, comunicação, saúde e disponibilidade de insumos, este último relacionado à mão-de-obra para construção civil e disponibilidade de material para obra. No entanto, o conteúdo do projeto não fazia jus ao largo e completo escopo de variáveis do diagnóstico. Alguns casos são flagrantes de esvaziamento no conteúdo: abastecimento de água e esgotamento sanitário, além da hidrografia, são as variáveis mais importantes para um estudo ambiental de locação da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) e destinação final dos efluentes. Porém, no diagnóstico feito na etapa final, na segunda revisão em junho de 1997, onde se lê abastecimento de água os dizeres são os seguintes:

O abastecimento de água da sede da cidade de Maragogi atende parcialmente a população local com índices de atendimento em torno de 80% enquanto que o povoado de Barra Grande não dispõe de sistema próprio. A água devidamente tratada é fornecida pela Casal – Companhia de Abastecimento d'Água e Saneamento do Estado de Alagoas. Bairros rurais e pequenos núcleos têm deficiências significativas no tocante ao abastecimento e à qualidade da água disponível (PROJETO TÉCNICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, ALAGOAS, 1997, p.9)

Ora, como é possível um diagnóstico de um projeto de tal natureza, se referir a uma variável tão importante sem citar fonte dos dados, usando termo como “em torno de” e não embasar os dados que apresenta? No esgotamento sanitário é ainda pior. Após constatar não haver rede de coleta instalada na localidade, e que apenas 3% das residências possuem fossa séptica, o diagnóstico aponta que as “economias<sup>37</sup>” lançam seus esgotos sem tratamento a céu aberto. Que economias se não há ligação de esgoto?

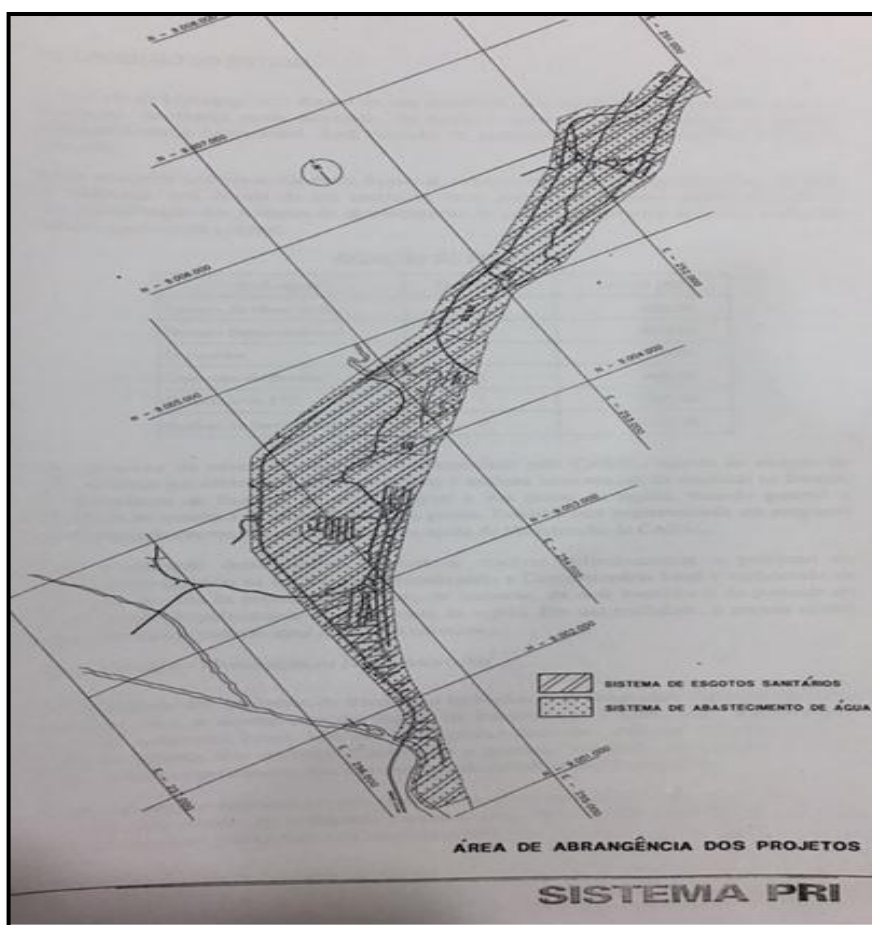
Outro dado chama a atenção no projeto. Por não estarem inseridos na área de cobertura da Casal, os povoados de São Bento, o mais antigo e densamente povoado, e Peroba, que na época possuía apenas algumas casas de veraneio

---

<sup>37</sup> Para saneamento o termo economia é considerado como uma ligação ativa de água ou esgoto.

esparsas, não foram contemplados com o programa de esgotamento. Isto pode ser comprovado com a Figura 49, extraída do Projeto Técnico do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Maragogi, Alagoas (1997, vol. 1, p. 69), que ilustra a área de abrangência dos projetos de água e esgotamento coincidentes, ou seja, apenas do centro urbano até Barra Grande. As duas localidades, São Bento e Peroba, não possuíam, e ainda não possuem, rede de abastecimento de água da Casal, mas sim, sistemas autônomos, os quais são mantidos pela prefeitura, o que motivou a não inclusão dos mesmos no supracitado projeto, segundo relato de um funcionário (GP 1, 2015) do Sistema Autônomo de Água e Esgoto – SAAE – de São Bento, e que hoje em dia trabalha na Casal.

Figura 49: Mapa com área de abrangência do projeto



Fonte: Projeto Técnico do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Maragogi – Alagoas, 1997, vol. 1, p. 69)

A área de abrangência do projeto contemplou apenas a área urbana da sede municipal de Maragogi e o povoado de Barra Grande. Mesmo na área urbana da sede municipal as casas do conjunto Tereza Verzeri e as unidades habitacionais de



um dos maiores conjuntos de Maragogi, o Adélia Lira, também não foram contempladas com as obras do sistema de esgotamento sanitário do programa em discussão. No entorno das residências do Adélia Lira existia uma galeria de águas pluviais (Figura 50) que posteriormente foi transformada pelos moradores da região em esgoto a céu aberto, cujas águas deságuam diretamente no mar, de modo mais específico, na Rua Jangadeiros, no trecho final da orla de Maragogi, ao lado de uma pousada. Quando de uma das visitas realizadas junto a esta área, como parte do levantamento de dados de campo, foi possível observar que a galeria de água pluvial da rede de drenagem urbana foi coberta (Figura 51) com estruturas em concreto para dar lugar à construção de moradias. Os moradores fizeram em cima do canal “puxadinhos” para garagem, terraços e estabelecimentos comerciais como cabelereiro, mercadinhos e até mesmo uma pousada.

Figura 50: Galeria de águas pluviais do conjunto habitacional Adélia Lira em seu trecho final próximo ao mar



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Figura 51: Galeria de águas pluviais transformada pelos moradores do Adélia Lira em esgoto - dejetos deságuam no trecho final da orla de Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

A justificativa para a ausência da implementação do programa nesta área foi porque o Adélia Lira já havia sido contemplado com um sistema de saneamento instalado pela prefeitura, através da Funasa, cujo recurso recebido para instalação de dois reatores anaeróbicos foi de aproximadamente meio milhão de reais. Os reatores anaeróbicos aqui mencionados foram instalados, porém, nunca funcionaram por falta de mão-de-obra qualificada para sua devida operacionalização, segundo relatos de moradores locais. Nas primeiras visitas feitas à área, no ano de 2009, o biodigestor ainda estava no local, apesar de não funcionar. A montagem da Figura 52 mostra, na rua Fernando Paes, o caminho do extravasamento de uma rede troncal<sup>38</sup> que passa pela rua, mas não coleta o esgoto da região. O esgoto vaza, entra em um bueiro e em seguida deságua no canal que a esta altura ainda não estava tamponado, juntando-se ao fluxo d'água até o mar. Nas últimas visitas feitas à área em 2015, constatou-se que os reatores foram transformados em sucata e todo o esgoto oriundo deste conjunto habitacional continua sendo direcionado ao canal que tem o mar como destinação final, sem

---

<sup>38</sup> É a rede principal de coleta do esgotamento sanitário em um sistema coletivo e que possuem diâmetro da tubulação maior que os outros ramais.

tratamento. A área onde eles estavam instalados foi ocupada por moradores de rua. A subestação virou abrigo e o ferro dos reatores desmontados foi vendido como sucata, conforme relato de alguns moradores locais.

Figura 52: Esgoto a céu aberto no Conjunto Habitacional Adélia Lira (Grotá) desde o vazamento no poço de visitas, passando pela rede de drenagem urbana até o mar



Fonte: Acervo pessoal (2009).

Finalizadas as etapas de diagnóstico, foi elaborada a primeira versão do projeto em 1995. No entanto, várias alterações foram feitas até a versão definitiva de junho de 1997 para o enquadramento às exigências não só do Prodetur/NE, como também do Banco do Nordeste do Brasil – BNB (com interveniência do BID), o que acarretou em sua completa descaracterização. Duas foram as razões que levaram a necessidade das modificações acima descritas. A primeira se deu em decorrência do crescimento populacional nos dois anos subsequentes à entrega do projeto inicial para a apreciação e posterior aprovação, fazendo surgir importantes alterações na ocupação espacial, com o advento de novas moradias (a exemplo dos condomínios)

e o estabelecimento de diversos pontos comerciais, determinando um novo cenário de expansão na região. A segunda razão estava vinculada à diminuição do *per capita*<sup>39</sup> empregado no projeto original, o que desencadeou diferentes formas de contingenciamento às consideradas inicialmente, sendo necessária a alteração de várias unidades físicas do sistema. Em resposta ao projeto inicial de 1995, um laudo do IMA, de nº 12/96 datado de 9 de agosto de 1996, fazia as seguintes restrições,

Em nenhuma hipótese deverá ser executada ligação domiciliar à rede coletora sem que a estação de tratamento esteja totalmente concluída. A obra somente será iniciada após a apresentação ao IMA do projeto específico contendo a comprovação da eficiência no que tange a impermeabilização das lagoas de estabilização (fundo e taludes) de forma a preservar o lençol freático e a balneabilidade da orla marítima, reduzindo os riscos de infiltração evitando, por razões de características topográficas e geológicas da área de implantação das lagoas, contaminação do lençol freático e do corpo d'água receptor (PROJETO TÉCNICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, ALAGOAS, 1997, p. 1 do ANEXO 1).

As alterações foram feitas, porém a reavaliação financeira da obra também pesou muito. A diminuição do *per capita* por sua vez subdimensionou a expansão populacional e da demanda por infraestrutura, acelerada pelo processo de turistificação pelo qual o território passou nos últimos anos. Um morador antigo da orla (M2, 2015) cita que “Dia sim, dia não essas bueiras (sic) da Casal vazam, deixando uma fedentina danada, espantando os turistas” (Figura 53). Os empreendedores da Avenida Senador Rui Palmeira (beira-mar) reclamam que os extravasamentos são diários e a Casal disponibiliza apenas um caminhão para esgotar a rede, causando ainda mais transtornos chegando a parar o trânsito como pode ser constatado em visita de campo para levantamento de dados para este estudo (Figura 54).

---

<sup>39</sup> Significa a quantidade média estimada de litros de esgoto por habitante (*per capita*) por dia (SPERLING, 2002). O *per capita* é um parâmetro importante no projeto para dimensionamento de redes coletoras de saneamento porque permite estimar a necessidade qualitativa (estações elevatórias e de tratamento, dimensionamento de rede e do volume de poços, entre outros) e quantitativa (número de instalações necessárias de cada equipamento) de infraestrutura suficiente para o bom funcionamento do sistema.

Figura 53: Língua negra na orla do centro urbano de Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Figura 54: Flagrante de um caminhão de esgotamento da Casal limpando um poço de visitas na orla, bloqueando o trânsito na Av. Sen. Rui Palmeira no centro de Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Portanto, para o atendimento de todas as exigências do BNB e do IMA, um novo projeto foi desenvolvido. Ressalta-se que este novo projeto teve duas revisões em 1997, sendo a última no mês de junho, com previsão de concretização de 20 anos, ou seja, apenas no ano de 2017. Sendo assim, nesta data, a rede de esgotamento sanitário deveria estar funcionando a plena capacidade, atendendo a tudo o que foi proposto não só com eficácia, mas também eficiência, o que não vem sendo percebido, pois são muitos os problemas identificados, evidentes desde a elaboração do projeto em si. A diminuição do *per capita* com o intuito de reduzir o

custo total do projeto, não seguiu os parâmetros exigidos para um novo diagnóstico, visando o real dimensionamento da infraestrutura necessária ao devido funcionamento do sistema a longo prazo. O *per capita*, que era único para toda a área do projeto original de 1995 (220 litros de esgoto/ por habitante/ por dia), diminuiu e passou a ser variável (entre 120 e 200 litros de esgoto/ por habitante/ por dia) (Quadro 7).

Quadro 7: Descrição das principais alterações realizadas no projeto de saneamento de Maragogi

PARÂMETRO	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROJETO	
	Original (1995)	Revisão BNB (1997)
PER CAPITA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Único para toda a área de projeto = 220 l/hab/dia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De acordo com as áreas homogêneas, variando de 120 a 200 l/hab/dia.</li> </ul>
REDE COLETORA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convencional = 13.085 m.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convencional = 11.780 m;</li> <li>• Condominial = 8.460 m.</li> </ul>
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS	7 Elevatórias do tipo poço úmido: <ul style="list-style-type: none"> <li>• EEE-1 (3,0l/s; 8,1mca<sup>40</sup>; 1,5kw);</li> <li>• EEE-2 (3,0l/s; 5,9mca; 2,5kw);</li> <li>• EEE-3(23,1l/s;14,5mca; 7,5kw);</li> <li>• EEE-4 (7,0l/s; 14,7mca; 3,0kw);</li> <li>• EEE-5 (7,5 l/s; 9,4mca; 4,0kw);</li> <li>• EEE-6(66,5l/s; 42,3mca; 50,0 kw);</li> <li>• EEE-7 (41,0 l/s; 9,6mca; 8,5kw);</li> </ul>	4 Elevatórias do tipo poço Seco: <ul style="list-style-type: none"> <li>• EEE-1(11,3l/s; 23,5mca; 6,8 cv);</li> <li>• EEE-2 (27,7l/s; 9,1mca; 6,6 cv);</li> <li>• EEE-3(45,2l/s; 36,6mca; 33,0 cv);</li> <li>• EEE-4 (5,3l/s; 9,3mca; 1,5 cv);</li> </ul>
ESTAÇÃO DE TRATAMENTO	Sistema Australiano <sup>41</sup> + lagoa de maturação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo de detenção = 12,3 dias;</li> <li>• Eficiência = 96% (Mat. Orgânico solúvel);</li> <li>• Eficiência= 99,99% (Coliformes)</li> </ul>	Sistema Australiano + lagoa de maturação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo de detenção = 21,3 dias;</li> <li>• Eficiência=98,9%(Mat. Orgânico solúvel);</li> <li>• Eficiência= 99,98% (Coliformes)</li> </ul>

Fonte: Casal (1997, p. 27).

<sup>40</sup> Metros coluna d'água, medida utilizada em saneamento para medir pressão de líquidos.

<sup>41</sup> Este sistema de tratamento de esgoto é constituído por lagoas anaeróbias seguidas por lagoas facultativas (SPERLING, 2002).



Do quadro acima ainda é possível observar que, apesar da diminuição do *per capita*, o sistema compreende uma rede coletora maior após a revisão do projeto em 1997. Antes eram 13.085m apenas de rede convencional, passando para 20.240m no total após a revisão, dos quais 11.780m convencionais e 8.460m em condomínios. As estações elevatórias de esgoto<sup>42</sup> que representam um grande gasto em obras físicas e em equipamentos para bombeamento foram reduzidas de sete para quatro. Consequentemente, o número de sub-bacias também caiu para quatro. Já no tocante à estação de tratamento, o sistema continuou o mesmo: Australiano com duas lagoas (aeróbica e facultativa) mais uma lagoa de maturação, sendo o tempo que os efluentes passam pelas lagoas aumentado de 12,3 dias para 21,3 dias o que garantiria uma maior eficiência no tratamento.

Os sistemas de tratamento de esgotos podem ser de vários tipos. Segundo Sperling (2002, p. 11), “[...] os sistemas de lagoa de estabilização constituem-se na forma mais simples para o tratamento de esgotos”. Existem vários tipos de lagoa de estabilização para se conseguir chegar a um resultado satisfatório dos efluentes, mas para efeito desta pesquisa será considerada a solução utilizada em Maragogi que conforme o descrito no projeto (Quadro 7) foram as de estabilização do tipo aeróbica e facultativa (Sistema Australiano) e outra de maturação.

As lagoas de estabilização são consideradas o meio mais sustentável e natural de tratamento, pois simula com bastante proximidade o que acontece normalmente com um corpo receptor que recebe os efluentes em estado bruto (SPERLING, 2002). Segundo o projeto, o estudo considerou não só essa alternativa como mais duas: o Reator Anaeróbico de Fluxo Ascendente (RAFA) e o filtro anaeróbico e desinfecção com cloro, porém, o Sistema Australiano se mostrou o mais adequado.

De acordo com o projeto as lagoas seriam implantadas em série, as três, em uma área que fica a mais ou menos mil metros da AL-101-Norte, próximo ao seu corpo receptor que é o rio Maragogi. São elas:

- **Lagoa anaeróbica:** primeira a receber a carga de dejetos, mais profunda (3m ou 4m) cria o ambiente para as bactérias começarem a digerir

---

<sup>42</sup> Entende-se como estação elevatória o local que coleta o esgoto produzido em uma bacia em um poço úmido e o bombeia até uma destinação final que geralmente é uma estação de tratamento de esgoto ou um emissário submarino (SPERLING, 2002).

naturalmente a matéria orgânica que ficará depositada no fundo e criará um lodo residual. Associadas com as lagoas facultativas criam o conhecido e já citado Sistema Australiano que visa reduzir a área total do sistema de tratamento;

- **Lagoa facultativa:** de pequena profundidade (1,5m a 2m) facilita a entrada da luz e o desenvolvimento de algas que produzirão oxigênio através do processo fotossintético. As algas são a principal fonte de oxigênio das bactérias criadas na lagoa anterior e continuarão o processo de tratamento dos esgotos (Figura 55);
- **Lagoa de maturação:** complementar à anterior são tanques rasos e maiores em área que melhoram o efluente através da ação bactericida dos raios solares e a continuação do processo de “limpeza” pelos microrganismos.

Figura 55: Esquema de tratamento de efluentes em uma lagoa facultativa do Sistema Australiano de tratamento de esgotos



Fonte: Adaptado Sperling (2002).

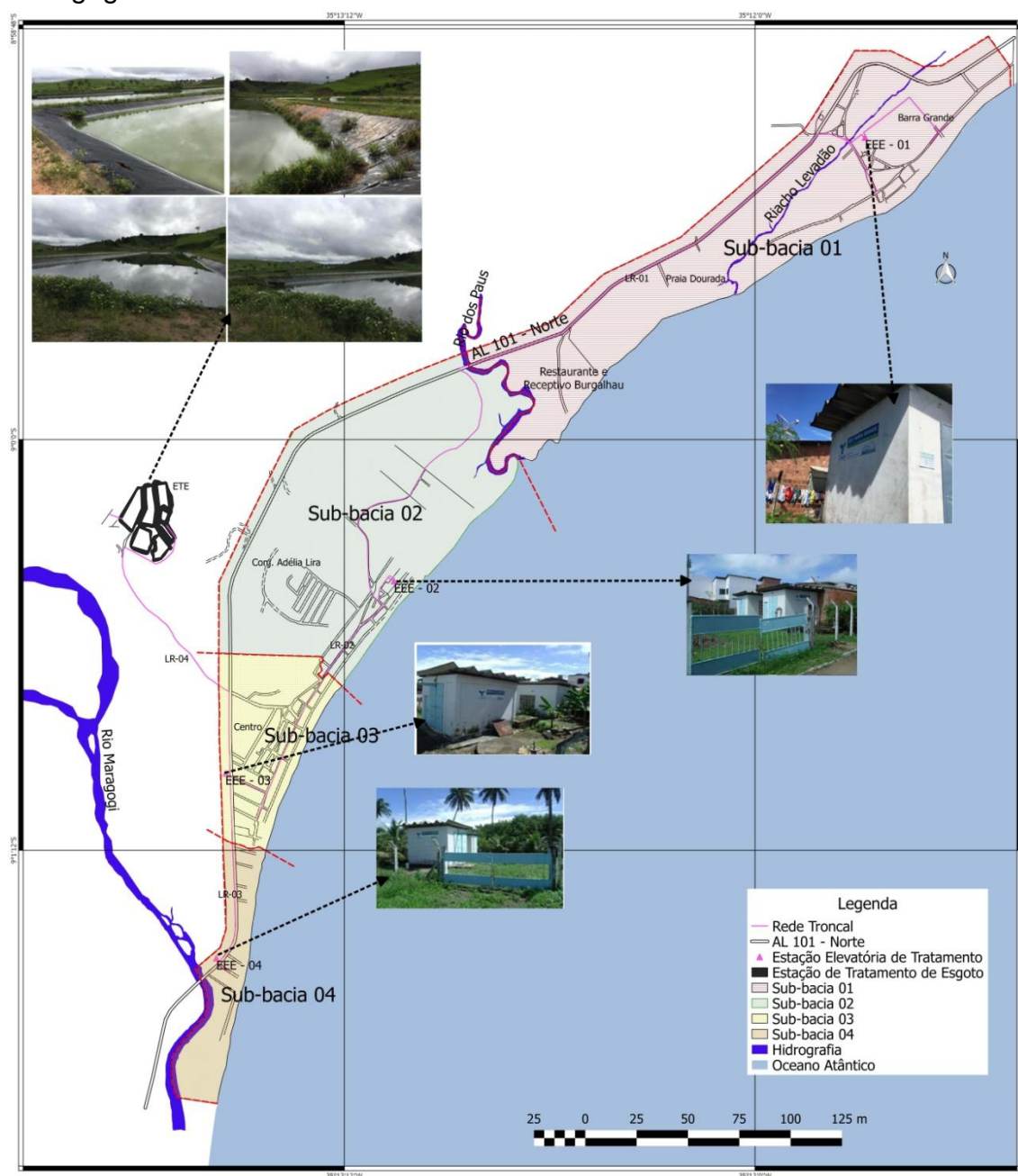
Dessa forma, a área do projeto compreende uma estreita faixa costeira que vai do rio Maragogi, ao Sul, até Barra Grande, ao norte, limitando-se a oeste com a AL-101-Norte e a leste com Oceano Atlântico abrangendo um total de 390 hectares (PROJETO TÉCNICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, ALAGOAS, 1997). Isso equivale a apenas 1,165% da área do município ou 3,9 km<sup>2</sup>. Com base neste dado, pode-se inferir que o referido projeto não contemplou nem 2% da área física total do município, apesar de



concentrar 60% de sua população, deixando de fora, além dos locais já densamente povoados como São Bento, toda a porção da margem esquerda da AL-101-Norte no sentido Maceió-Recife, que corresponde a 95% do município.

A Figura 56 ilustra o mapa do projeto com as sub-bacias, a rede, as estações elevatórias e a estação de tratamento dos esgotos.

Figura 56: Mapa do projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi em 1997



Fonte: Imagem adaptada Casal (1997)/acervo pessoal (17/07/2015).

Como pode ser visto na Figura 56, a área do projeto está dividida em quatro sub-bacias situadas na faixa litorânea, com áreas formadas por várzeas e restingas em elevado processo de devastação devido à ocupação desordenada e possui relevo plano com altitudes ente 3m e 9m. Cada sub-bacia possui as seguintes áreas e respectivas vazões (Quadro 8):

Quadro 8: Sub-bacias de esgotamento de Maragogi

BACIA	SUB-BACIA	ÁREA (ha)	VAZÃO (l/s)*
1	1	156,40	11,36
	2	161,60	27,69
	3	44,20	45,19
	4	27,80	5,27

(\*) Q max. horário + Q infiltração, projeção 2017

Fonte: Projeto técnico do sistema de esgotamento sanitário do município de Maragogi, Alagoas (1997).

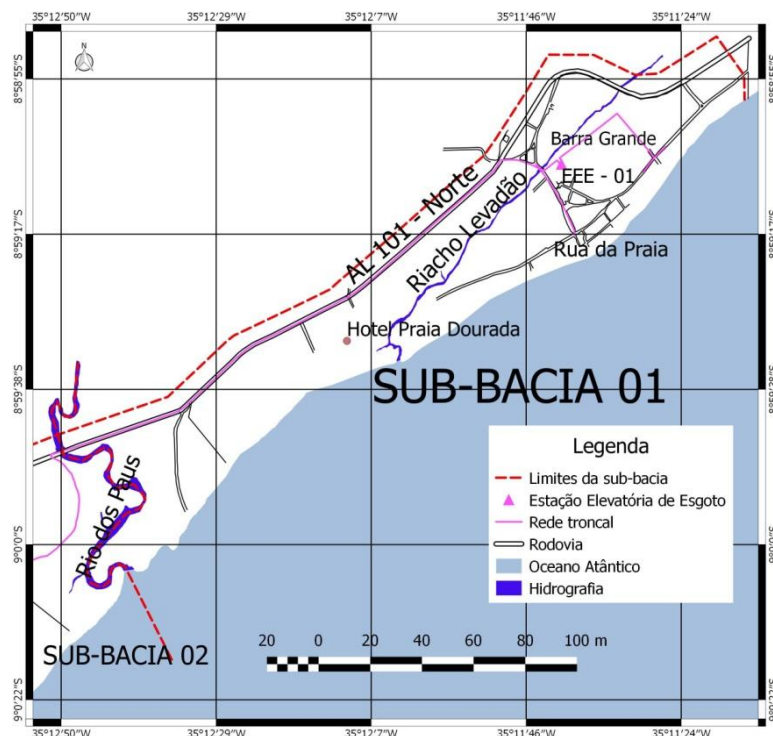
Com base nas informações citadas no Quadro 8 serão tecidas a seguir breves considerações sobre cada sub-bacia.

- **Sub-bacia 1** – com uma área de 156,4 hectares tem como limites o riacho Levadão, a rodovia AL-101-Norte, o Oceano Atlântico e o povoado de Barra Grande (Figura 57). No projeto original a estação elevatória 1 (EEE1) estava posicionada às margens do rio dos Paus, mas foi construída dentro do povoado de Barra Grande, recalçando<sup>43</sup> os esgotos coletados para Sub-bacia 2. É a segunda maior em área e apresenta um problema grave. Desde o projeto deixa claro que os grandes condomínios e hotéis devem ter soluções próprias de esgoto para enviar seus dejetos até a EEE1. Ela estaria numa área central na bacia, porém a construção não foi feita como no projeto, deixando essas soluções individuais muito caras. Levando-se em consideração que no projeto já existia essas variáveis, o estudo deveria ter sido melhor conduzido para dirimir tal problema uma vez que hoje grandes hotéis e *resorts*, como o Grand Oca e o Praia Dourada, não estão ligados à rede, apesar dela passar literalmente em suas portas. Portanto, esses empreendimentos de grande porte contam com soluções paliativas

<sup>43</sup> Em saneamento recalcar significa coletar e enviar, ou seja, coletar nos poços e enviar para alguma outra estação elevatória ou de tratamento. Também pode ser sinônimo de bombear.

como fossas sépticas que podem não ser eficientes caso não sejam operadas a contento.

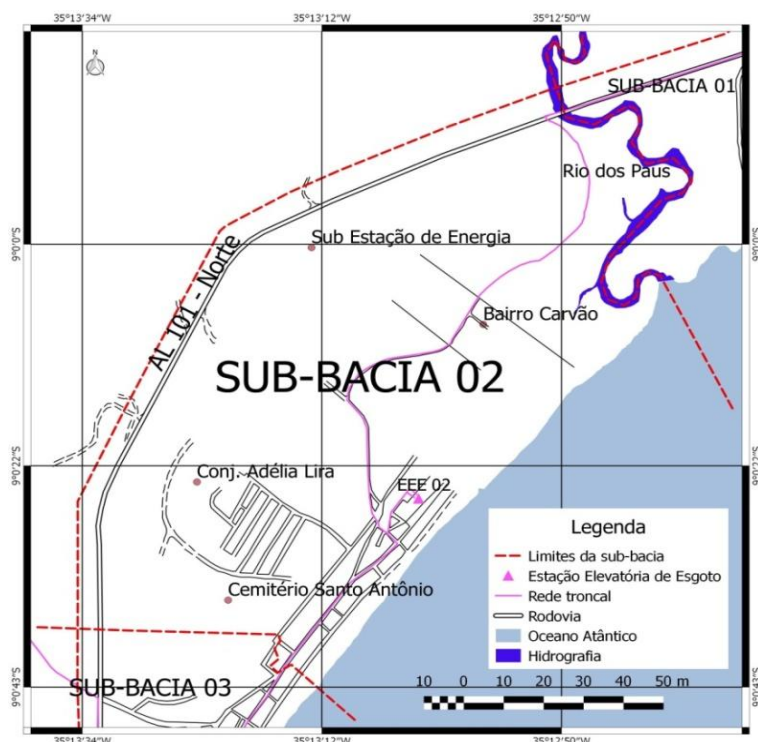
Figura 57: Mapa da sub-bacia 01



Fonte: Adaptado Casal (1997), elaborado por Antonio Lins (2016).

- Sub-bacia 2** – Com uma área de 161,2 hectares limita-se com o riacho Levadão, a praça da Prefeitura Municipal subindo pelas encostas do morro onde encontra-se instalada a torre de telefonia celular, a rodovia AL-101-Norte e o Oceano Atlântico (Figura 58). Era uma área de expansão nas encostas dos morros, hoje densamente povoada em área invadida, e compreende o bairro de Carvão que não estava originalmente contemplado com rede, mas que foi feito um aditivo já no fim da implantação do projeto para saneá-lo. O conjunto Tereza Verzeri está localizado nesta sub-bacia e, segundo relato dos locais, é uma área de invasão que foi povoada após o projeto, jogando todos os dejetos in natura em um córrego que passa pelo bairro Carvão e deságua no rio dos Paus antes de alcançar o mar. O matadouro público, localizado nesta sub-bacia, também lança os restos das lavagens dos abates neste mesmo córrego que passa pelo bairro Carvão. Já o esgotamento pela rede de coleta se dá pela EEE2 situada no mesmo bairro, que recalca os dejetos das estações 1 e 2 para a EEE3.

Figura 58: Mapa da sub-bacia 02

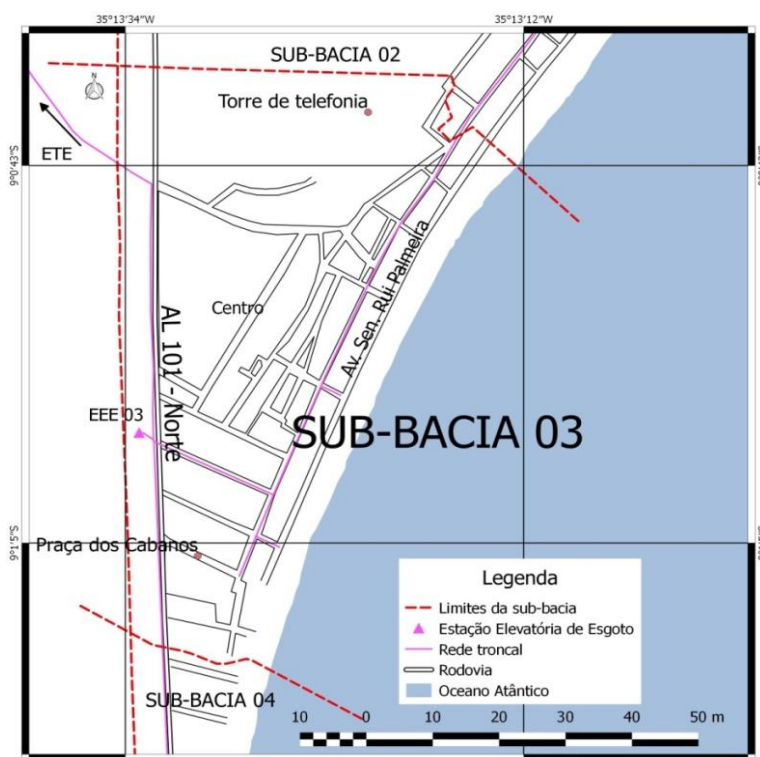


Fonte: Adaptado Casal (1997), elaborado por Antonio Lins (2016).

**Sub bacia 3** - Com uma área de 44,2 hectares limita-se com a rua Santa Terezinha no centro, a praça da Prefeitura Municipal, subindo pelas encostas do morro onde encontra-se instalada a torre de telefonia celular, a rodovia AL-101-Norte e o Oceano Atlântico (Figura 59). Possui a EEE3 em seu território às margens da AL-101-Norte em frente à hoje saída principal, próxima à parada da “bestas” e a um posto de gasolina muito famoso na região por ter uma loja de conveniências e café bastante procurado por locais, turistas e transeuntes da referida rodovia. Esta estação recalca os esgotos de todas as outras EEEs 1,2,3 e 4 para a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE). É a sub-bacia mais densamente povoada e a que foi contemplada com maior rede de todo o projeto, passando por praticamente todas as ruas da sede do município. No entanto, com o crescimento que o município sofreu após a implantação do projeto e as invasões, sobretudo do lado esquerdo da AL-101-Norte no sentido Recife, fez com que vários pontos da sub-bacia ainda não sejam saneados gerando resíduos sem tratamento lançados diretamente ao meio ambiente. Além disso, por estar

numa área urbana e densamente povoada e não ter manutenção adequada, a rede sofre com constantes extravasamentos que também contaminam diretamente o mar, sobretudo no trecho da orla marítima do centro. Paralelo a isso, ainda existe alguns moradores que mesmo a rede passando a porta de casa ainda não estão interligados, usando soluções paliativas como fossas sépticas e algumas vezes jogando águas servidas de pias e áreas de serviço diretamente nas ruas.

Figura 59: Mapa da sub-bacia 03

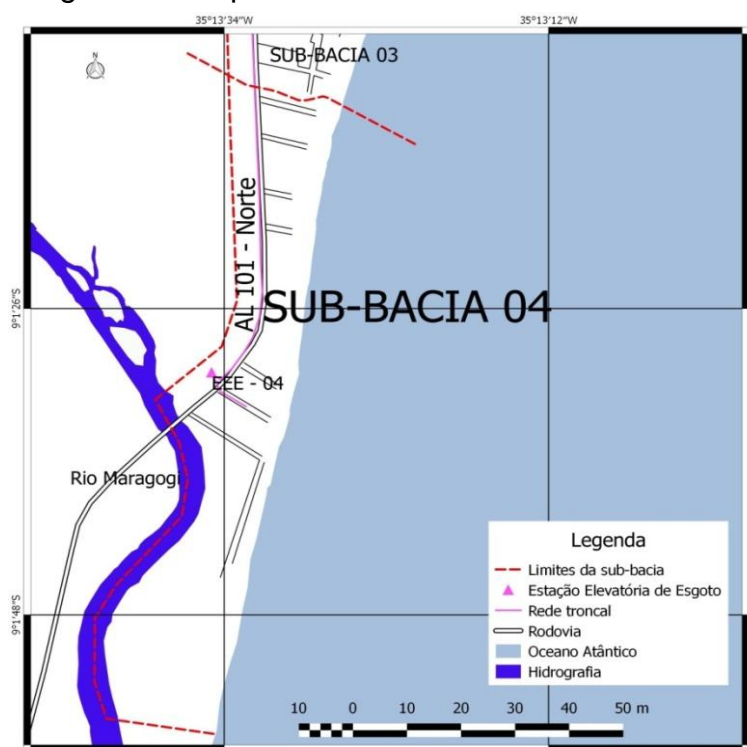


Fonte: Adaptado Casal (1997), elaborado por Antonio Lins (2016).

- **Sub bacia 4** – Porção mais ao Sul do centro urbano e com uma área de 27,8 hectares limita-se com o rio Maragogi, a rua Santa Terezinha no centro, a rodovia AL-101-Norte e o Oceano Atlântico (Figura 60). Possui a EEE4 que está situada às margens da AL101 Norte, recalcando seus dejetos para a EEE3 que bombeará para a ETE e depois de tratados serão lançados no Rio Maragogi. Nesta sub-bacia que está o rio Maragogi que recebe os efluentes tratados de Estação de Tratamento de Esgoto. Porém, devido a falta de manutenção em todo o sistema, não só os efluentes não estão sendo lançados com os índices preconizados na Resolução do

CONAMA, como também todo o solo ao redor da ETE está contaminado, matéria que já foi foco de investigações e processos junto ao Ministério Público. O mar desta sub-bacia, portanto, sempre possui altos índices de contaminação por coliformes fecais, comprometendo a balneabilidade de contato primário.

Figura 60: Mapa da sub-bacia 04



Fonte: Adaptado Casal (1997), elaborado por Antonio Lins (2016).

Pontuadas as principais informações relacionadas ao diagnóstico e etapas do projeto, apresentar-se á na seção subsequente as etapas de implantação do projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi, Alagoas.

#### 4.2 A implantação do projeto

Após a aprovação do projeto começou a corrida pela prospecção de recursos por parte do governo estadual. Os recursos do Prodetur/NE eram oriundos do BID e para serem liberados necessitavam de uma série de parâmetros e obrigações que precisavam estar regularizados. O BNB, interveniente do BID no Brasil, enfim liberou



os recursos da ordem de 12 milhões de reais em 2001, porém entrou em uma conta do Estado que não podia utilizá-lo por estar negativado junto ao governo federal.

Iniciou-se uma luta da Comunidade Ativa para que esse recurso fosse realmente utilizado na obra e não fosse desviado a outro propósito, visto que esse projeto era o grande “sonho” da população e de empreendedores locais como consta na grande maioria dos relatos. A Comunidade Ativa era um programa federal criado entre os anos 1999 e 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, pela então primeira dama a socióloga Ruth Cardoso. Tinha por objetivo fomentar políticas públicas com inclusão social, trazendo a população para dentro da gestão, fazendo o povo participar ativamente da administração, uma vez que este é o principal conhecedor da realidade local. Em Maragogi, a Comunidade Ativa era muito atuante e foi criada no ano de 2000 com representantes de todos os atores que compunham a sociedade local, de moradores a pescadores, de empreendedores a representantes do poder judiciário.

Existia ainda a Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga – Ahmaja. Fundada em maio de 1999, tinha função de criar oportunidades na atividade turística que garantissem o desenvolvimento sócio econômico sustentável com a integração da comunidade, sendo um agente de mudanças integradas com as diversas governanças públicas e privadas. A Ahmaja também era muito atuante na defesa do meio ambiente e consciente da importância do saneamento básico para a localidade.

Em 2001, ambas as organizações se uniram e articularam um grande movimento, com apoio inclusive da prefeitura, que segundo relato do Empreendedor 1 foi determinante para o seu sucesso, onde colocaram mais de duas mil pessoas na rua com camisetas escritas “saneamento já”. Segundo o mesmo,

Foi emocionante ver 10% da população local engajada com o mesmo propósito. Agora a cidade vai contar com um sistema de esgoto eficiente que inclusive vai contar com estação de tratamento onde os efluentes poderão retornar sem contaminação. Porque é clara a contaminação nas praias, as línguas negras correm a céu aberto e o sistema anterior feito para a grota (conjunto Adélia Lira) não funciona jogando o esgoto direto no mar, concentrado, poluindo-o ainda mais (E1, 2015).

A passeata surtiu o efeito desejado e após o Estado de Alagoas ter sido positivado junto ao Governo Federal o dinheiro foi finalmente liberado. Após um processo licitatório, decorrente do valor elevado exigido pelo orçamento, a vencedora foi a construtora Santa Bárbara, que em 2002 iniciou as obras físicas do projeto. De início a Comunidade Ativa acompanhou o projeto: como, aonde e para que seriam alocados os recursos, até mesmo dando opinião ativamente sobre tudo, como relatado em algumas entrevistas. Na fala da Empreendedora 2 que também faz parte do poder público,

No início da Comunidade Ativa, ficamos muito animados com a possibilidade de acompanhar o projeto de saneamento aqui em Maragogi. Esse acompanhamento começou a ser feito com a participação de alguns membros da comunidade que fiscalizavam o andamento das obras. Quando começamos a pedir esclarecimentos sobre o aporte de recursos na obra e solicitar as notas fiscais dos materiais que estavam sendo usados, a coisa mudou de figura. Os líderes da Comunidade Ativa passaram a ser perseguidos e excluídos do processo, algo que gerou animosidades com os políticos locais (E2, 2015).

Logo depois, com a mudança de gestão do município a associação praticamente se dissolveu porque havia perseguição aos líderes do processo.

A falta de continuidade das políticas públicas em Maragogi é claramente percebida na maioria das falas dos *stakeholders* na cidade. Um morador da cidade assim declarou a esse respeito,

A cidade sempre esteve dividida entre dois grupos políticos, um de situação e outro de oposição. Quando um sai e entra o outro, tudo o que o primeiro fez é desfeito pelo segundo, por isso que essa cidade não vai para frente” (M3, 2015).

São dois grupos políticos distintos, com ideais e projetos de poder distintos, que divergem radicalmente e criam seguidores das duas vertentes. A percepção é que os projetos individuais sobrepõem-se aos coletivos causando uma distorção nas políticas públicas com consequências negativas para a população e o meio ambiente que ficam à mercê de políticas descontinuadas que não seguem uma linha única para um bem público, como deveria ser.



O projeto seguiu sem a participação popular e causou transtornos durante as obras. Toda implantação de rede de esgotos resulta em problemas imediatos para grandes soluções futuras, sendo inevitável o fechamento de ruas, a abertura de buracos, a movimentação de terra e tudo isso em áreas urbanas densamente povoadas (Figura 61).

Figura 61: Obras de saneamento em área urbana



Fonte: alagoas24horas.com.br (2015).



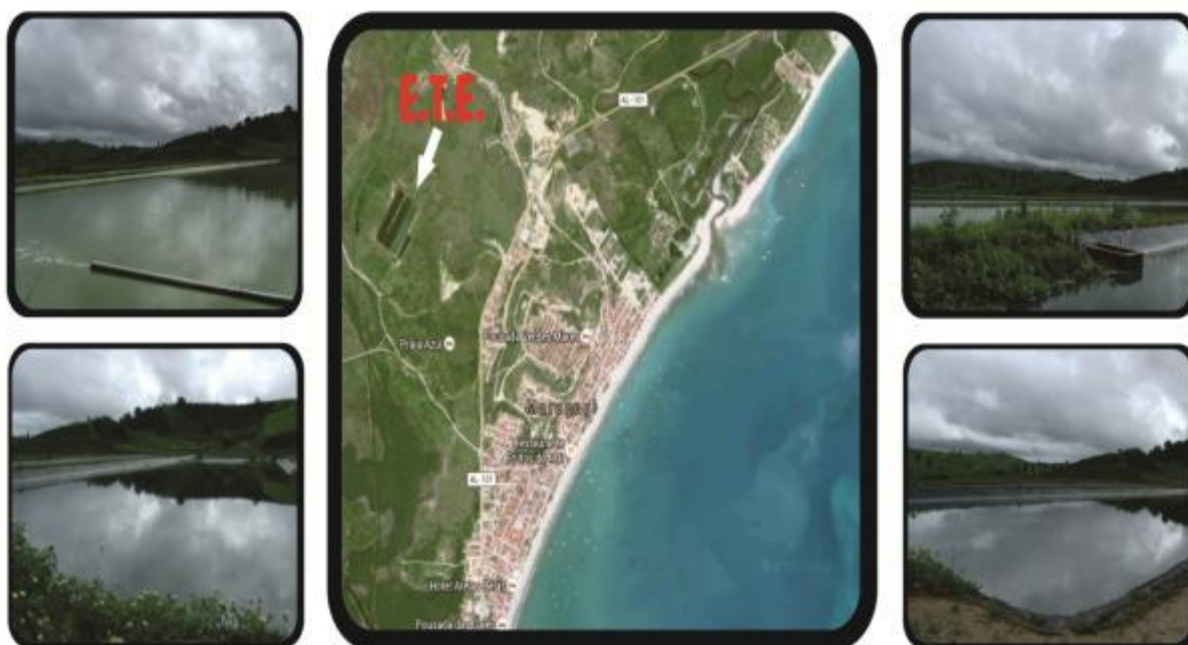
Fonte: alagoas24horas.com.br (2015).

O cronograma inicial era para 18 meses de obra, até o fim de 2003, entretanto a obra arrastou-se até meados de 2005 com seus inúmeros contingenciamentos e falta de liberação de verbas. Na data de 1 de dezembro de 2004 houve uma grande audiência pública, promovida pelo Ministério Público, IMA e pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), para debater e cobrar as obras a respeito do saneamento em Maragogi. Segundo matéria no jornal da Gazeta de Alagoas (2004), seria uma grande oportunidade para a população esclarecer as suas dúvidas sobre as obras de saneamento na cidade que se pautavam basicamente na demora quanto a sua execução e nos problemas causados no cotidiano da cidade pelos buracos abertos e ainda sem solução por parte da construtora.

A construtora Santa Bárbara e a Assunção Engenharia, que estava responsável pela ampliação do sistema de abastecimento de água da Casal, assinam um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) onde se comprometeram a recuperar todo sistema viário degradado e a entregar as obras ainda no final do mês de dezembro de 2004. A operação do saneamento, no entanto, estaria vinculada a

conclusão da estação de tratamento de esgotos, até fevereiro de 2005, que atrasaram, segundo a construtora, por causa das chuvas que caíram em grande monta na região durante o período. Conforme o projeto, a estação de tratamento de esgotos foi implantada com três lagoas em série, sendo uma anaeróbica, uma facultativa e uma de maturação (Figura 62). Mesmo com o TAC assinado, as obras só ficaram prontas de acordo com o projeto de junho de 1997, citado na sessão anterior, em junho de 2005. No entanto, ainda houve outro problema que só foi constatado depois.

Figura 62: Vista satélite do centro urbano de Maragogi com a Estação de Tratamento de Esgoto em destaque



Fonte: Imagem adaptada Google Earth/acervo pessoal (17/7/2015).

No final das obras físicas do sistema em junho de 2005, viu-se que o bairro de Carvão já estava integrado ao centro urbano e precisava estar inserido na rede de esgotamento, assim como uma área de expansão no povoado Barra Grande. Foi elaborado outro projeto complementar pela Prefeitura Municipal de Maragogi, datado de dezembro de 2005 e aprovado pela Casal em janeiro de 2006, que contemplou o bairro de Carvão e parte de Barra Grande. Segundo consta neste projeto de infraestrutura urbana, era um complemento de rede nestas localidades com 1.850m para atender “[...] 26 casas do bairro Carvão e 45 do povoado Barra Grande, gerando uma população estimada em apenas 335 habitantes.” Salienta ainda,

Queremos ainda enfatizar que o sistema de esgoto sanitário anteriormente implantado está funcionando na sua plenitude, e atendendo satisfatoriamente a população que sofria com a falta do despejo de seus esgotos. Se a projeção estabelecida para o projeto global é de 20 anos, não tem sentido algum questionar a interligação destes ramais novos a rede já operacional (PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA: COMPLEMENTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BAIRRO CARVÃO E POVOADO BARRA GRANDE, 2005, p.10).

O sistema original tinha acabado de ser instalado e começado a funcionar com vários problemas de adaptação inicial, como a não interligação dos moradores a rede recém construída, porém, sob a ótica da companhia tudo estava funcionando “perfeitamente bem” e esse complemento do bairro Carvão era uma adequação e não um erro de projeto, tendo sido implantado logo após a liberação dos recursos, ainda no ano de 2006.

De acordo com o que foi apresentado nessa sessão, conclui-se que o projeto em análise possui problemas sérios dos mais diversos tipos e que se agravaram com o passar do tempo e o crescimento da população, sobretudo nas áreas ambientalmente frágeis. Do projeto inicial em 1995 ao aprovado em 1997 e a implantação definitiva só em 2006 as lacunas foram muitas, mas uma das principais diz respeito à área de abrangência. Não seria possível ter uma solução definitiva para os problemas ambientais sem a construção de redes em todas as localidades já espacialmente identificadas, além de soluções, mesmo que paliativas para os pequenos assentamentos na área não litorânea. O Plano Diretor da cidade em seu artigo 55 cita em um dos subitens que o Plano de Saneamento da Cidade de Maragogi deve “[...] tornar obrigatória a implantação de unidades compactas de tratamento de esgoto para locais que não sejam atendidos pela rede pública de esgotos”. Nada disso foi implementado e a própria empresa responsável pelo projeto reconhece que povoados como São Bento e Peroba não estão inseridos, como comprovado no mapa de abrangência do projeto na Figura 49 (p. 130). Os índices de balneabilidade continuam apontando as principais praias ao longo dos 21 km de litoral como impróprias e na fala Morador 4, que é pescador em São Bento essa preocupação é latente,

Aqui não temos esgoto, é tudo lançado no mar de onde eu tiro o peixe que alimenta meus filhos. Os governos nunca se preocuparam conosco, nem quando colocaram

os canos de esgoto na cidade aqui teve (sic), porque não somos da Casal. Aqui é muito bonito e bom de morar, mas falta governo pra cuidar (M4, 2015).

Diante deste relato outros muitos se sucedem. Os empreendedores reclamam que sem a paisagem natural preservada não há turista e a maioria reclama das condições da praia. Um dono de pousada mais afastada do centro urbano e próxima à foz do rio Persinunga expressa suas preocupações em relação aos problemas de balneabilidade local:

Para os meus hóspedes eu monitoro semanalmente a balneabilidade em frente ao meu estabelecimento que fica afastado do centro, mas mesmo assim apresenta índices de contaminação alarmantes. Eu tenho vergonha quando tenho que pedir a pessoas que pagaram caro e vieram de tão longe que usem só a piscina porque o mar está praticamente um esgoto. Eu tenho soluções de tratamento de esgotos e resíduos sólidos na minha pousada, mas infelizmente nem a população nem o governo faz sua parte. Procuo não levar meus hóspedes ao centro pois eles sempre relatam que a região é muito “feia” e caótica e tem esgoto a céu aberto. O hóspede quer mar, se não pode tomar banho, ele não volta (E3, 2015).

Esse relato demonstra o sentimento latente de preocupação e descontentamento com os problemas de saneamento em Maragogi entre muitas pessoas na região. Falta iniciativa do poder público em elaborar e implementar políticas públicas eficazes para minimizar os problemas da sociedade local e também falta colaboração de uma parcela grande dos residentes locais, dentre os quais pessoas nascidas no lugar, que degradam o meio ambiente de forma ininterrupta. Seja por falta de opção de destinação dos dejetos, seja por falta de educação em fazê-lo de forma correta, os problemas são muitos.

## 5 PROBLEMAS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE MARAGOGI E A VISÃO DOS *STAKEHOLDERS* SOBRE O TERRITÓRIO

Análises realizadas em setembro de 2015, pelo IMA, apontaram que cinco praias de sete com coletas realizadas no município de Maragogi, encontravam-se impróprias para banho. Para piorar, em três delas a Número mais provável de coliformes termotolerantes fecais por cada 100 mililitros (Nmp/100ml) de amostra coletada era superior a 16.000 (dezesesseis mil unidades), o que é considerado esgoto *in natura*. Esses locais eram um trecho da orla urbano, em frente à Praça Multieventos, no centro da sede do município, e a foz dos rios Persinunga e Salgado.

Diante do exposto, constata-se que mesmo após a implantação de um projeto de saneamento em Maragogi, envolvendo as décadas de 1990 e 2000, o município continua a sofrer graves problemas que degradam o meio ambiente e a paisagem natural. Esta, que segundo Santos (1997, p. 42),

Suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. A paisagem não é dada para todo o tempo, é objeto de mudança. É o resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. A natureza natural não é o trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta do trabalho vivo sobre o trabalho morto.

A paisagem natural de Maragogi é justamente o principal motivo da venda da localidade como ‘paraíso das águas’, sendo considerada uma das principais destinações de “sol e praia” do país. No entanto, os impactos negativos do acelerado processo de turistificação local, bem como da dinâmica urbana de crescimento acelerado sem planejamento adequado, levaram seu território a uma problemática situação de degradação ambiental que representa um ônus real muito grande para a população local.

De acordo com o modelo do ciclo de vida do lugar turístico (BUTLER, 1980), Maragogi é um destino consolidado, inclusive internacionalmente, e o turismo é sua principal atividade econômica, gerando emprego e renda para a localidade e ainda possui alguma atratividade a investidores ‘estrangeiros’ ao local. No entanto, até por causa do acelerado processo de degradação ambiental que vem sofrendo ao longo

do tempo, que resultaram em severos danos causados ao meio ambiente e conseqüentemente à paisagem natural, que é seu principal atrativo, Maragogi também possui fortes características do estágio de Estagnação como, por exemplo, o intenso turismo de massa e os impactos negativos provocados pelo processo de turistificação.

O saneamento ambiental, por ser um dos principais vetores da sustentabilidade, surge como um pilar central para construção de um ambiente em que o desenvolvimento sustentável possa caminhar junto a interesses voltados à lógica capitalista do lucro, para que nenhum se sobreponha ao outro e as soluções 'verdes' ajudem a preservar o meio ambiente natural da localidade. Como o saneamento é uma política pública, é necessário a ação do Estado, que nem sempre se coaduna com os interesses dos cidadãos por não serem ouvidos e não terem direito a veto nas políticas e projetos, muitas vezes desenvolvidos em escritórios distante centenas e até milhares de quilômetros do seu território.

O processo de planejamento turístico é ainda mais complicado. Em Maragogi não é tratado como prioritário, apesar de ser uma área eminentemente voltada a atividade. O Plano Diretor da cidade está defasado e mesmo a maioria dos artigos preconizadas no Plano nunca saíram do papel. Segundo Hall e Page (1999), tanto o setor turístico quanto os três níveis de governo estão mais preocupados com a divulgação e os retornos de curto prazo do que com o investimento estratégico e a sustentabilidade, mostrando como a força do capital se sobrepõe a etapas necessárias a um bom planejamento para se ter lucro rápido e fácil no lugar de um desenvolvimento sustentável planejado para dividendos futuros. Assim, as competências e atribuições devem ser não só para o Estado e iniciativa privada, mas também para o terceiro setor e a sociedade que está mais próxima e vivencia a realidade em seu território (ANSARAH, 2001).

Nessa lógica, esse trabalho visa investigar o porquê dos problemas ambientais continuarem ocorrendo em Maragogi, mesmo depois da implantação do projeto de saneamento e da prefeitura e do governo estadual 'venderem' a cidade como sendo 100% saneada (CARVALHO, 2014). Para isso, foi importante, além de conhecer o projeto, a área e os problemas reais que existiam antes, durante, e após a concretização do projeto, saber mais da população residente, dos habitantes

temporários, dos turistas que permanecem por alguns dias e dos empreendedores e gestores públicos.

Este capítulo traz uma análise do que foi visto, ouvido e percebido, além da visão sobre as questões sanitárias do balneário por parte dos moradores, gestores públicos e empreendedores, que usam permanentemente o espaço e dos turistas, que o usam por um determinado tempo.

### **5.1 O processo de turistificação e a dinâmica espacial vista pelos moradores, gestores públicos e empreendedores**

Conforme explicado na introdução deste estudo, ouvir os moradores, gestores e empreendedores da localidade analisada se mostrava de fundamental importância não só para o atendimento dos objetivos propostos desta análise como também para identificar se as falas dos entrevistados se alinhavam ao que foi respondido por aqueles que tinham a visão de fora do território e estavam apenas de passagem: os turistas. Assim, aqui serão consideradas as respostas relacionadas aos questionamentos realizados junto aos moradores locais, aos empreendedores que participam de atividades ligadas a atividade turística, seja no ramo de hotelaria, comércio, artesanato, agenciamento e os gestores públicos municipais. Convém salientar que, como explicitado na metodologia, essas entrevistas, 31 no caso dos moradores e 12 dos gestores públicos e empreendedores, foram as mais longas, algumas transcritas (gestores e empreendedores), e que suscitaram vários questionamentos novos que foram sendo respondidos ao longo da pesquisa. Portanto, pode-se dizer que foram cruciais para o desenvolvimento desta análise, além de ter sido bastante revelador, por contar com pessoas que moravam na área durante a implantação do projeto e que dele participaram de alguma forma.

A chegada do turismo impactou de forma significativa a vida da cidade. Essa foi uma afirmação dada por todos os entrevistados, sem exceção. No entanto, esse processo de turistificação intenso, a partir dos anos 1990, gerou não apenas impactos positivos, mas também negativos em seu território. Se por um lado houve incremento significativo na renda com aumento do emprego e do comércio em geral (setor de serviços) a cidade também cresceu desordenadamente, sem um planejamento prévio, o que agravou os problemas de meio ambiente. Enquanto a

totalidade dos gestores e empreendedores disseram que a vida mudou para melhor, apenas 55% (17) da população local deu a mesma resposta. Os que disseram que a vida mudou para pior alegaram que a cidade teve crescimento desordenado das ruas, muita poluição, dos mais diversos tipos, e aumento do uso da infraestrutura da cidade, que permaneceu praticamente a mesma, sendo que a população cresceu de forma vertiginosa.

Para Ruschmann (1993), esses impactos do turismo podem ser entendidos como uma ampla gama de modificações ou sequência de eventos, provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. Em Maragogi com o advento dos turistas a renda cresceu e a qualidade de vida da população também melhorou. Passou a circular mais dinheiro no comércio e vários pequenos negócios foram criados a partir da nova atividade.

Maragogi cresceu muito nos últimos 20 anos. Ela inchou sem planejamento, é verdade, mas também melhorou a qualidade da vida do nosso povo. Algumas pessoas abriram seu próprio negócio e viraram empresários e hoje alguns estão bem de vida (GP1, 2015);

Pra que crescer desse jeito se nós não tem (sic) saúde, nem escola. Meus filhos não estudam porque moro longe e lá não tem escola, mas aqui na rua da praia ta tudo sendo reformado pros gringo (sic) ver (M5, 2015);

Maragogi cresceu, mas não se desenvolveu. Explico. A cidade aumentou muito a população, mas não deu condições ao povo, então explodiram favelas e assentamentos por todo lado (Figura 63). Aí eu pergunto isso é desenvolvimento? (E4, 2015).



Figura 63: Moradias subnormais, ocupação em área ambientalmente frágil em Barra Grande, Maragogi - AL



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Porém, como percebido na citação do Empreendedor 4, a cidade cresceu, mas desenvolveu-se pouco, tendo em vista sobretudo a falta de planejamento prévio e o não aproveitamento da renda criada com a nova atividade para a melhoria da vida da população local. Os hotéis, em sua maioria, empregam mão de obra local e investem constantemente em aperfeiçoamento de pessoal, com cursos e até financiando faculdade para seus empregados no caso dos grandes hotéis.

Investimos em qualificação porque senão nosso hóspede não volta. Temos um público diferenciado que quer desfrutar do melhor. Para tanto, fazemos cursos com nossos colaboradores no SENAC e aqui mesmo no Ifal (E5, 2015).

Já os impactos negativos são diversos. Com o desenvolvimento da atividade turística as desigualdades sociais tendem a se agravar. Muitas favelas surgiram nos últimos 20 anos (CARVALHO, 2016) o que aprofundou os conflitos sociais e a qualidade de vida como um todo no território. A droga é o principal fator desses conflitos o que leva a brigas entre facções rivais e assassinatos. Segundo a polícia militar local, grande parte das ocorrências no município estão relacionadas ao uso e tráfico de drogas, seja em crimes de furto, roubo ou assassinatos. A prostituição, embora em menor grau, também existe devido ao número cada vez maior de turistas

desacompanhados que chegam a Maragogi, alguns estrangeiros, de nacionalidade geralmente italiana ou portuguesa.

Por ser uma cidade balneária, na alta temporada, a infraestrutura de Maragogi entra em colapso. Falta frequentemente energia e água, o trânsito fica caótico, a poluição sonora com o som alto nas casas e nos carros vira as madrugadas. Além disso, os preços aumentam de forma geométrica e alguns itens básicos começam a faltar como percebido na fala do Morador 6,

Na temporada falta de tudo, quanto não falta os preços sobem tanto que não conseguimos comprar nada (Foto 64). Um garrafão de água vai a 20 reais e a fila na padaria passa de meia hora (M6, 2015).

Figura 64: Supermercado com longas filas durante a alta temporada no centro de Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

No entanto, o grande problema de Maragogi está mesmo relacionado a qualidade do seu meio ambiente. Quando questionados como está a qualidade a maioria dos respondentes, 81% (25) dos moradores e oito entre os gestores públicos e empreendedores afirmam que é ruim. A própria população e parte daqueles que visitam o território vem colaborando de forma significativa ao longo dos anos para o quadro que se vê na atualidade em Maragogi: ruas onde os esgotos domésticos

correm a céu aberto, lixo espalhado na grande maioria das ruas, entre outros problemas que advêm de uma diversidade de ações antrópicas.

Segundo Ribeiro e Rooke (2010, p.24) quando acondicionado de forma inadequada, o lixo tende a resultar em sérios problemas não só para população de determinada área como também ao meio ambiente,

Quando o lixo é disposto de forma inadequada, em lixões a céu aberto, por exemplo, os problemas sanitários e ambientais são inevitáveis. Isso porque estes locais tornam-se propícios para a atração de animais que acabam por se constituírem em vetores de diversas doenças, especialmente para as populações que vivem da catação, uma prática comum nestes locais. Além do mais, são responsáveis pela poluição do ar, quando ocorre a queima dos resíduos, do solo e das águas superficiais e subterrâneas.

É verdade que junto à população local e até mesmo aos turistas se faz necessária a realização de um trabalho de conscientização neste sentido, pois importantes reflexos negativos para a população e para o meio ambiente são percebidos quando da disposição inadequada do lixo como acontece em Maragogi que além de ter coleta inadequada, não realizada de forma sistemática, ainda possui um “lixão” para depósito de todo resíduo sólido produzido em seu território. Esse lixão está localizado ao lado do rio Maragogi, por trás da ETE, que recebe o chorume<sup>44</sup> decorrente do processo de degradação dos resíduos e contaminando ainda mais o meio ambiente da região.

Atrelada às ações dos atores aqui elencados, o problema do saneamento básico é na verdade a que mais contribui para a má qualidade do meio ambiente em Maragogi, pois não há como se falar em qualidade do meio ambiente se não existir saneamento básico de qualidade, fato confirmado pela fala Ribeiro e Rooke (2010, p. 26) ao declarar que “[...] é inegável a importância dos serviços de saneamento básico, tanto na prevenção de doenças quanto na preservação do meio ambiente”.

Ao serem questionados se as praias estão limpas, 11 dos gestores e empreendedores e 68% (21) dos moradores afirmaram que as mesmas nunca estão limpas. Em uma das falas dos entrevistados, ele cita que na verdade nunca estiveram,

---

<sup>44</sup> O chorume é um líquido escuro decorrente da degradação do lixo em aterros sanitários ou lixões com alto potencial de contaminação por possuir altas concentrações de metais pesados, sólidos suspensos e compostos orgânicos. Por apresentar substâncias altamente solúveis, pode percolar e alcançar os corpos hídricos superficiais ou até mesmo infiltrar-se no solo e atingir as águas subterrâneas, comprometendo-as (BERTAZZOLI, 2002, p.472).

As praias aqui em Maragogi principalmente na orla nunca foram limpas. Gastaram tanto dinheiro em obra, a cidade ficou toda esburacada por um tempão, mas nada funcionou. As línguas negras existem a mais de 20 anos, desde que eu moro aqui (E6, 2015);

Praias limpas? Moro aqui a 35 anos desde que nasci. Elas eram limpas a 20 ou 25 anos atrás, mas depois tudo mudou. Esgoto corre na cidade toda e esse saneamento não serviu (sic) muito não porque tudo continua como sempre foi (M7, 2015).

Esta realidade se mostra contraditória tendo em vista que assim como outros destinos turísticos de “sol e praia”, Maragogi atrai seus turistas que vêm em busca das suas mais diversas belezas naturais e suas paisagens, a exemplo das piscinas naturais. Este fato é corroborado por Duda (2013, p.55) quando cita que “[...] em geral, as atividades recreativas mais procuradas pelos turistas, em áreas tropicais estão relacionadas à presença de corpos d’água (mar, rios, estuários, reservatórios de barragens, etc.)”.

Ainda para parcela importante dos gestores e empreendedores entrevistados, 10 deles, a prática da atividade turística em Maragogi vem causando diversos problemas ao meio ambiente, o que para Cooper (2007, p. 210) é inevitável, pois como esta atividade ocorre em um determinado território, o ambiente do mesmo passa a ser “[...] modificado, seja para facilitar o turismo, seja através do processo de produção do turismo”. A mesma percepção não é vista pelos moradores quando apenas 29% (08) dos entrevistados alegam que os turistas são causadores desses problemas. É interessante constatar que a própria população tem consciência que seus concidadãos são os principais agentes que degradam o meio ambiente, e os turistas possuem mais consciência que eles, o que nem sempre é verdade. Em vários momentos desta pesquisa foi possível observar visitantes deixando lixo utilizado durante o dia na praia, no próprio local de uso. Quando indagados o porquê de tal conduta, a maioria justificou que não existiam lixeiras na praia, ou em áreas próximas, para o correto depósito deste resíduo, o que é verdade, porém não justificava tal ato.

O processo de turistificação e de crescimento da economia em função da atividade gerou uma forte especulação imobiliária nas áreas a beira-mar e em suas cercanias, fazendo com que seus moradores nativos fossem deslocados para áreas

ambientalmente frágeis, seja por opção, quando vendem suas terras, pensando em obter algum lucro ou quando foram forçados a sair, por não possuir documentos comprobatórios de sua posse. Diversas áreas de manguezais e de encostas, que se encontravam em áreas de proteção ambiental, foram desmatadas, cedendo lugar a moradias de pessoas de baixa renda,

Este processo de ocupação desordenada do espaço provocou danos que podem ser considerados como irreversíveis (GP2, 2015);

Alguns dos turistas que aqui chegam não se preocupam em preservar o próprio ambiente em que usa, pois deixam lixo nas praias (M8, 2015).

A maioria dos empreendedores locais está ligada ao turismo de alguma forma. Hotelaria, comércio, agenciamento e artesanato são as principais atividades destes e o setor de serviços responde por 66,7% da economia local (IBGE, 2010). Apesar destes números muito ainda precisa evoluir para atender não só aos visitantes, mas também à população residente. Segundo 90% (28) dos moradores e nove dos empreendedores e gestores os principais problemas da localidade estão relacionados à infraestrutura, má qualidade do meio ambiente, falta de saneamento, atendimento ao turista e capacitação aos moradores, atrações turísticas que não sejam as praias e aos problemas de falta de segurança. Falta de infraestrutura e má qualidade do meio ambiente estão na base das reclamações de todos, em uníssono, desde a falta de saneamento básico, mesmo a cidade possuindo rede de coleta de esgotos, até a coleta do lixo. As praias estão poluídas e com línguas negras espalhadas por toda orla e falta energia e água constantemente, agravados na alta temporada que coincide com o verão. Além disso, o atendimento ao turista foi muito criticado pelos empreendedores, onde, em sua visão, falta profissionalização e investimento do poder público. Para a maioria dos moradores, os empreendedores e gestores locais deveriam investir mais neles, possibilitando a geração de mais empregos, ou de uma melhor qualificação para ascensão dentro da cadeia produtiva do turismo,

Os empresários podiam investir mais na gente. Somos a força braçal, mas também podemos ocupar cargos melhores (M9, 2015);

A municipalidade precisa investir em infraestrutura e segurança. Como pode uma cidade que vive do turismo tão poluída desse jeito (sic). Meus hóspedes sempre reclamam desse esgoto correndo na orla. E a rede de esgoto? Pra onde ele deveria ir não vai, porque volta todo aqui pras (sic) nossas praias (E7, 2015).

Dessa forma, pode-se notar que a visão dos moradores, empreendedores ou gestores municipais, são bem semelhantes quanto aos problemas que o turismo tem gerado para o território do município. Apesar de Cruz (2002) chamar atenção ao fato de que a paisagem é a primeira instância de contato do turista com o lugar visitado e por isso mesmo ela deveria ser o centro das atenções, sobretudo em locais baseados no turismo de “sol e praia” como Maragogi, a preservação desta paisagem natural está longe de ser considerada primordial na localidade. O intenso processo de produção e consumo do espaço turístico da costa brasileira ao qual se refere Yázigi (2003) é nítido em Maragogi, gerando impactos positivos, como emprego e renda, mas também impactos negativos como a degradação não apenas ambiental, mas também social, além de problemas institucionais relacionados à incapacidade de resolver problemas básicos necessários ao desenvolvimento.

## **5.2 O processo de turistificação e a dinâmica espacial vista pelos turistas: o olhar de fora**

Um dos objetivos deste trabalho foi conhecer qual era a percepção de turistas brasileiros e estrangeiros a respeito do município, do meio ambiente e da turistificação de Maragogi. Visando o atendimento deste objetivo, o olhar do turista é fundamental para entender como alguém não residente no território percebe o município.

Para Urry (1990, p.16), “[...] não existe um único olhar do turista enquanto tal. Ele varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico. Tais olhares são construídos por meio da diferença”. Dessa forma, as entrevistas com os turistas se ancoraram na percepção geográfica de cada entrevistado, tendo em vista que ela aponta a capacidade que os indivíduos têm de examinar o território em que estejam inseridos em um determinado momento para em seguida apresentar respostas a questionamentos específicos. Nesta perspectiva, Del Rio (1996, p.3) explica que a percepção geográfica pode ser entendida como,

Um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos. Este processo resulta em diferentes representações, significados, percepções, ações e condutas.

As respostas dos turistas entrevistados, 30 no total, são em geral bem similares entre si, decorrente sobretudo do perfil dos que procuram a localidade serem semelhantes e estarem vinculados ao turismo de “sol e praia”, relacionados as belezas naturais, incluindo a paisagem, sendo que 90% (27) deles apontam o ócio, recreação e férias como principal motivo da sua visita. Segundo a Secretaria de Turismo de Maragogi, 76% dos turistas que visitam Maragogi são brasileiros e 24% estrangeiros, sendo que dos nacionais 65% são provindos dos estados do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte e 35% regionais vindos de outros estados do Nordeste.

A principal reclamação dos turistas é justamente sobre a qualidade do meio ambiente. Nas entrevistas com eles, 60% (18) consideraram a limpeza das praias e conservação do meio ambiente em geral ruim ou péssima, tendo como principais reclamações as praias poluídas, o esgoto correndo nas praias (línguas negras) e o lixo nas ruas. Apesar de possuir as paisagens naturais como principal atrativo turístico e o turismo ser a principal fonte de renda na localidade, elas não são preservadas pela própria população local e também por muitos dos que visitam o território. É bem verdade que essa ausência de preservação das paisagens está relacionada aos próprios impactos que a atividade turística gera na localidade, pois segundo Ruschmann (2001, p. 34), os impactos são “[...] consequência de um processo complexo de interação entre turistas, as comunidades e os meios receptores”. Corroborando com este mesmo entendimento, Barros (1998, p. 29), declara que a “[...] atividade turística, uma vez transformada em atividade de massa, provoca elevados impactos ao meio ambiente geográfico, ou seja, nos meios biofísico e cultural”.

Eis aqui algumas das falas dos respondentes (turistas) em relação à ausência do atendimento das expectativas dos turistas no tocante aos equipamentos turísticos ofertados junto ao território examinado:

A agência de turismo me vendeu uma coisa, mas ao chegar aqui me deparei com outra realidade, às praias são lindas de ver. E só. Não tenho coragem de entrar no mar (T1, 2015);

Ao transitar por algumas ruas do município percebemos água de esgoto correndo a céu aberto (T2, 2015);

As praias visitadas são belas, porém, é [sic] perceptível diversas línguas negras (T3, 2015);

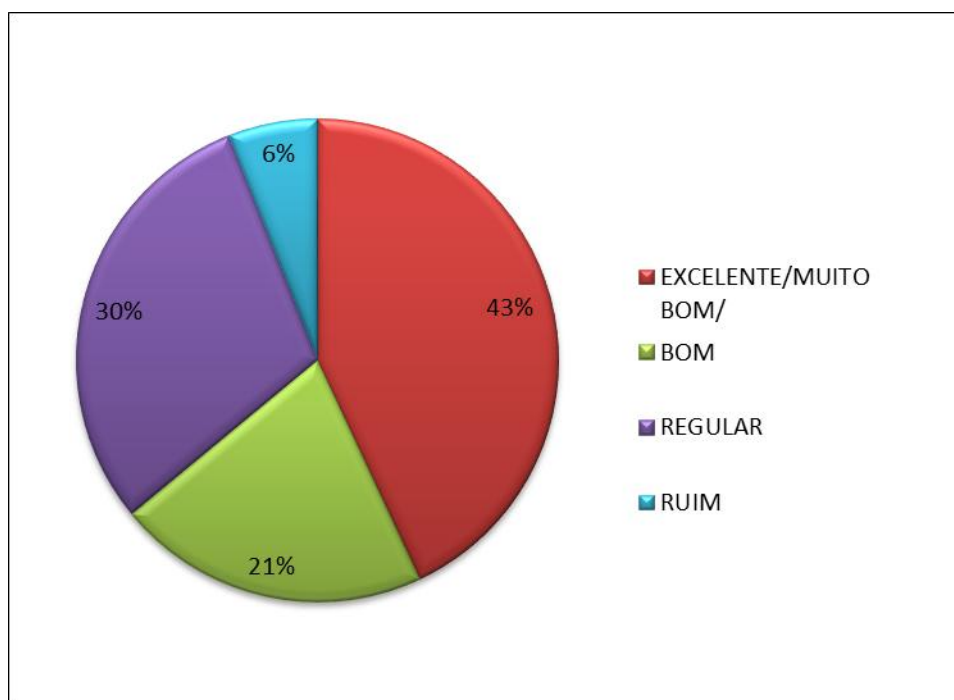
A iluminação da orla se mostra precária, da mesma forma que o saneamento básico foi visto como algo que deixa a desejar no local. (T4, 2015).

É perceptível que muito precisa ser feito para atender na íntegra o que as agências de turismo vendem a estes turistas, pois não basta somente vender um local, é necessário que as expectativas dos clientes sejam atendidas. Vender uma imagem que não condiz com a realidade local é na verdade um risco para a localidade como um todo. Tal afirmativa se dá porque aqueles cujas expectativas não foram atendidas tendem a propagar as suas insatisfações e assim contribuir para que outros desistam de escolher um território em busca de lazer, belezas naturais ou mesmo descanso. Neste sentido, Kozak e Rimmington (2000) salientam que o exame da satisfação dos turistas quando de sua visita a uma dada localidade é de fundamental importância, tendo em vista que eles influenciam na escolha do destino, no consumo de um evento específico, na decisão ou não de voltar a um destino turístico, da mesma forma que recomendá-lo a outras pessoas.

Outro ponto importante das entrevistas com os turistas foi a indagação se o atendimento prestado nos equipamentos turísticos a eles ofertados no território visitado atendiam as suas expectativas. Foi constatado que para 43% (13) dos respondentes o atendimento prestado nos equipamentos turísticos locais é excelente ou muito bom, 21% (6) assinalaram ser bom, 30% (9) sinalizaram ser regular, e 6% (2) ruim (Gráfico 3). Os que assinalaram como excelente ou muito bom foram motivados pela cortesia local no atendimento ao turista. Mesmo que o atendimento não seja tão profissional, esta característica inerente ao povo nativo da localidade compensa a ineficácia de alguns serviços. E foi justamente a falta de profissionalização a maior reclamação dos que responderam regular ou ruim.



Gráfico 3: Índice de satisfação dos turistas com o atendimento prestado nos equipamentos turísticos em Maragogi



Fonte: Pesquisa direta (julho/2015)

Nesta perspectiva, para Lockwood e Medlik (2003, p. 225), é de suma importância que os empreendedores, os gestores e a população local estejam sempre atentos aos anseios daqueles que visitam os seus respectivos territórios, sob pena de não mais revê-los em outra oportunidade. Neste sentido, os autores afirmam:

[...] consumidores exigirão maiores garantias de qualidade, segurança e bem-estar. Buscarão experiências mais intangíveis que estão de acordo com o seu saldo bancário e capacidades físicas. Sua fidelidade será facilmente transferida, tornando-se mais difícil mantê-los. Suas exigências serão implacáveis, pois buscam maximizar os seus desejos e suas realidades econômicas.

Para atingir essa excelência de atendimento falta muito ao destino Maragogi. As atividades de treinamento, que funcionam como peças-chave para que os profissionais, das mais diversas áreas que o turismo envolve, possam corresponder às expectativas desta alta qualidade que os turistas e o mercado exigem, são muito pouco empregadas pelos empreendedores locais. Na fala dos entrevistados esse sentimento é latente:

Em alguns locais visitados, a exemplo de restaurantes, percebi que existe a necessidade de qualificação profissional por parte de alguns trabalhadores (T1, 2015);

Falta treinamento com a mão de obra local que em parte é compensada pela gentileza e receptividade do alagoano (T5, 2015);

Se não fosse pelo calor humano o atendimento nos locais seria muito pior. O que falta em qualidade sobra em cordialidade (T6, 2015).

Como dito anteriormente, 90% (27) dos turistas entrevistados pontuaram ócio, recreação e férias como motivação principal da visita a localidade, enquanto apenas 10% (3) apresentaram outras razões, a exemplo de cultura e eventos. Tais respostas corroboram a vocação turística da localidade, de “sol e praia”, algo que se deve, em grande parte, ao principal atrativo turístico do município: a visitação às Galés.

Duas razões levaram a mim e a minha família a decidir por Maragogi enquanto um destino turístico: a beleza das paisagens com coqueirais e as Galés, de modo que realmente constatei o que haviam me dito a respeito do local (T2, 2015).

Para a maioria dos entrevistados, ou seja, 60% (18), a limpeza das praias e a conservação do meio ambiente são considerados regular ou ruim. A problemática da limpeza das praias de Maragogi é bem conhecida por parte da população local, a qual, em sua maioria, contribui não só para a poluição das praias como também dos rios e córregos espalhados pelo território analisado. Como o projeto de saneamento de Maragogi só contemplou uma pequena parte do território do município, menos de 2%, e grandes porções já povoadas ficaram fora do alcance do projeto, como São Bento e Peroba, muito do que é produzido de dejetos na cidade é jogado diretamente nos corpos hídricos como pode-se ver na Figura 65.

Figura 65: Córrego que passa pelo conjunto Tereza Verzeri e corre pelo bairro Carvão até o rio dos Paus desaguando no mar.



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

A ausência de saneamento básico em todo território tem um peso importante neste sentido, pois em diversos pontos das praias de Maragogi são observadas várias “línguas negras” (Figura 66) mesmo depois da implementação da mencionada obra de saneamento básico. A reclamação por estes extravasamentos de rede é unânime, não só pelos turistas, mas também pelos moradores, o que afasta os banhistas deste trecho de orla urbana de aproximadamente dois quilômetros.

Figura 66: Língua negra na orla de Maragogi resultante de extravasamento da rede coletora na Av. Senador Rui Palmeira



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

A gastronomia é uma área que contribui de forma significativa para o desenvolvimento do turismo. É um componente de relevante importância na hospitalidade. Atualmente, este setor da economia também pode ser considerado como fonte de entretenimento, de modo especial para muitas regiões que não apresentam recursos variados ou atrativos variados, como é o caso de Maragogi. Os turistas, ao serem perguntados sobre a variedade e a qualidade da gastronomia local, 60% deles (18) responderam ser excelente ou muito boa e 37% (11) boa ou regular. Os frutos do mar, os bolos de goma de São Bento e as bolachas de Maragogi acabam por atrair os turistas e assim contribuir com o desenvolvimento econômico e social local.

O maior problema apontado pelos turistas, fora a qualidade do meio ambiente e a falta de saneamento foi em relação à diversidade e qualidade das opções culturais. 73% (22) dos entrevistados assinalaram que a mesma é regular ou ruim, baseado quase sempre na falta de opções noturnas. As praias preenchem as suas expectativas durante o dia, no entanto, à noite, faltam opções como maior variedade de bares e restaurantes, clubes noturnos ou boates que foi apontada por muitos deles como uma falta grave, sobretudo pelos mais jovens.

Apesar dos problemas 67% (20) dos entrevistados consideram a experiência geral vivida na estadia em Maragogi como excelente ou muito boa. E por fim, quando questionados se recomendariam o destino turístico visitado a outras pessoas, a resposta foi unânime, ou seja, todos declararam que o recomendariam a outros visitantes potenciais. Interessante que até mesmo o entrevistado que alegou que sua experiência vivida em Maragogi foi ruim a recomendaria para amigos e familiares.

A cidade tem muito a evoluir. Aqui tem graves problemas de saneamento. Aqui existe coleta? Não achei que tivesse [...] Apesar de não ter usado as praias com medo de contaminação usei a piscina do hotel. A região é linda e apesar do meio ambiente precisar ser melhor (sic) cuidado eu recomendaria o destino pros (sic) meus amigos (T7, 2015).

### 5.3 Problemas no projeto e na implantação

Carvalho (2013, p.40) em matéria publicada em um dos jornais de maior circulação no estado de Alagoas declara que,

Quando cheguei a Maragogi para trabalhar como repórter em 2004, encontrei uma cidade toda removida. As ruas estavam sendo abertas para a instalação do sistema de saneamento básico que deixaria a cidade 100% saneada; a primeira do Brasil a conseguir tal título, gritavam as faixas. Acompanhei as obras, vi botijas serem arrancadas das vias públicas, o transtorno que os serviços causaram, a apreensão e o otimismo dos moradores e empresários do setor turístico com as benesses do investimento, algo em torno de R\$ 12 milhões, verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conseguida através do Prodetur. Eu só não vi, no entanto, depois da obra inaugurada, o esgoto deixar de desaguar na praia urbana da cidade. E comecei a questionar: como uma obra tão cara não tem eficácia? Ouvi desculpas das mais variadas [...]

A matéria acima e os dados coletados junto aos *stakeholders* da área de pesquisa comprovam a tese de que Maragogi, diferentemente do que é anunciado e tão divulgado nas peças publicitárias que querem vender o destino como “paraíso das águas”, está longe de ser um município 100% saneado.

O meio ambiente em Maragogi encontra-se em uma situação preocupante. Muito do que foi dito pelos representantes do poder público não foi realizado de fato. Dados publicados pelo IBGE, em 2010, quatro anos após a implantação do projeto de esgotamento sanitário por parte da Casal, mostravam que apenas 25% da população residente era atendida pela rede coletora de esgotamento sanitário. Quatro anos após a publicação destes dados pelo IBGE, o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento – SNIS (2014) revelou que apenas 23,7% da população de Maragogi estava sendo atendida pela rede coletora de esgotamento sanitário.

Esta realidade é lamentável em face aos recursos financeiros recebidos por este município para tal fim. Foram gastos cerca de R\$ 12 milhões, obtidos através do Prodetur/NE, para que houvesse a eficaz e eficiente implantação de uma rede coletora de esgotamento sanitário que atendesse a população urbana que se encontrava no litoral de Maragogi (CARVALHO, 2013). Todavia, a realidade encontrada no município atualmente é bem diferente daquela que os recursos investidos deveriam apresentar.

O maior dos problemas foi quanto à área de abrangência do projeto. Quando aprovado em meados dos anos 1990, a concepção do projeto deixou de fora áreas já densamente povoadas como São Bento e de expansão como Peroba. A justificativa foi porque a área do projeto contemplou apenas a área urbana onde a concessionária Casal atuava, entre o rio Maragogi e o povoado Barra Grande e apenas na faixa litorânea, contemplando menos de 2% do território do município. Além disso, a cidade se expandiu desde a aprovação do projeto de 1997 até o término de sua implantação em 2006. Áreas de expansão como o conjunto habitacional Tereza Verzeri, na área central da sede do município, não foram contempladas com rede. O conjunto Adélia Lira, também na área central da sede do município, que é a área mais densamente povoada da cidade também ficou de fora. Os grandes hotéis e *resorts* já implantados também ficaram de fora do projeto e tiveram que procurar soluções próprias para a destinação de seus esgotos com a justificativa de que por ter uma vazão maior seria preciso redimensionar a rede coletora o que significava mais custos ante ao contingenciamento de recursos que a obra passaria.

Mais uma vez, Gazeta de Alagoas, em sua edição de 3 de março de 2013, trouxe uma matéria intitulada “Esgoto ameaça praias urbanas em Maragogi”:

Se o sistema gerido pelo município já não funcionava, o da Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL) já nasceu deficitário: não cobre toda a cidade e logo mostra-se ineficiente. É que ele foi gestado ainda na metade da década de 1990, dentro do Programa “Costa Dourada”, mas só aprovado no novo milênio. Dessa forma, novas áreas urbanas que surgiram após a elaboração do projeto, não foram contempladas com a rede de saneamento, a exemplo do Conjunto Tereza Verzeri. E o pior: os tecnocratas do governo e os engenheiros das construtoras ignoraram um dos maiores conjuntos habitacionais de Maragogi, o Adélia Lira, conhecido como “Grotá”, onde mora o grosso da população econômica e socialmente fragilizada. Para os técnicos como existia outro sistema de saneamento supostamente em uso no conjunto (o da Funasa), não seria necessário expandir as obras do Prodetur até lá. (CARVALHO, 2013, p. C4).

Os problemas citados na matéria são ainda mais claros quando o projeto não contempla uma área como o povoado de São Bento que já possuía mais de 500 ligações de água (hoje são mais de 1.000) e apresentava significativos problemas ambientais que perduram até hoje, a exemplo das águas servidas e até mesmo esgotos correndo a céu aberto nas ruas, o que por sua vez, resulta além de sérios danos ambientais, problemas de saúde para a população e consequente custos aos cofres públicos para cobertura de tratamento médico. Além disso, essa situação

ambiental grave causa uma má impressão aos visitantes, visto que degrada a paisagem natural.

Levando-se em conta as características individuais do município e de seus povoados com processos de urbanização tão díspares, a concepção do projeto não permitiu resolver todas as fontes de problemas de esgoto que poderiam comprometer a balneabilidade no município. Essa é uma situação grave, pois como afirmam Lucas *et al.* (2011, p. 2) “[...] o esgoto não tratado pode prejudicar o meio ambiente e a saúde das pessoas. Os agentes patogênicos podem causar doenças como a cólera, a difteria, o tifo, a hepatite e muitas outras”. É exatamente nas periferias das cidades, nos povoados fora dos centros urbanos e nas áreas mais pobres que se concentram as populações não atendidas por serviços de saneamento (SACHS, 2000), fato comprovado em Maragogi, onde essas áreas foram esquecidas desde a implantação do projeto.

Outro problema encontrado na pesquisa diz respeito à participação popular no projeto e sua consequente adesão. Dallari (1996, p.13-51) explica que a participação popular na gestão pública é um direito de todo e qualquer cidadão. Trata-se de “[...] um princípio indissociável da democracia, no qual não só é garantido aos indivíduos como também a grupos e associações, o direito a representação política, a informação e a defesa de seus interesses, possibilitando-lhes a atuação na gestão dos bens e serviços públicos”. Se esta participação é um direito conferido aos cidadãos, muito pouco foi feito junto à população de Maragogi, tendo em vista que a ela não foi dado o direito de participar das mais variadas fases vinculadas ao projeto de implantação do saneamento básico junto ao seu território, fato este também confirmado por meio da fala de um dos empreendedores ao declarar que houve perseguição junto a aqueles que quiseram obter maiores esclarecimentos em relação a tudo que envolvia o projeto em questão, sobretudo quando o assunto estava relacionado à prestação de contas de todas as receitas e despesas vinculadas ao projeto (E2, 2015), como fora relatado no capítulo anterior.

Após uma grande mobilização popular em 2001, cobrando a implantação do projeto de saneamento que já estava pronto desde 1997, e que resultou na liberação dos recursos do BID que estavam parados nos cofres do governo estadual, pouco engajamento foi efetivamente visto e percebido pelos moradores locais. A

Comunidade Ativa tentou participar da implantação do projeto, mas logo foi afastada quando começou a pedir muitos esclarecimentos a respeito da obra. A falta de continuidade nas políticas públicas também é latente no município, onde dois grupos políticos se alternam no poder há décadas e as determinações e políticas públicas criadas por uma administração nem sempre são continuadas pela administração seguinte.

A falta de campanhas de conscientização acerca da importância da adesão dos moradores ao projeto, da mesma forma que os altos custos que eles teriam que arcar para realizar a interligação junto à rede coletora de esgoto além da taxa fixa de esgoto mensal ao aderir ao projeto de saneamento básico da Casal foram pontos cruciais para que a população quase rechaçasse a interligação à rede coletora após o término da obra. Em face a este cenário, Carvalho (2013, p. 3) explica que a companhia acima descrita só conseguiu “[...] fazer com que 45% das casas beneficiadas com a rede de saneamento se interligassem ao sistema coletor e de tratamento”.

Entre os moradores, dos que residiam na cidade à época do projeto, ao serem questionados se havia participado do projeto de alguma forma, 83% (26) deles afirmaram que não e apenas 17% (5) que sim. Um dos gestores entrevistados explicou que,

Não houve divulgação em relação à implantação do projeto de esgotamento sanitário junto à população, da mesma forma que quando da implantação de rede de esgoto em algumas localidades, parcela importante dos moradores não aderiram ao projeto em questão (GP3, 2015).

Um morador que participou do projeto e trabalhou na obra como pedreiro deu um depoimento bastante esclarecedor sobre o fato em comento,

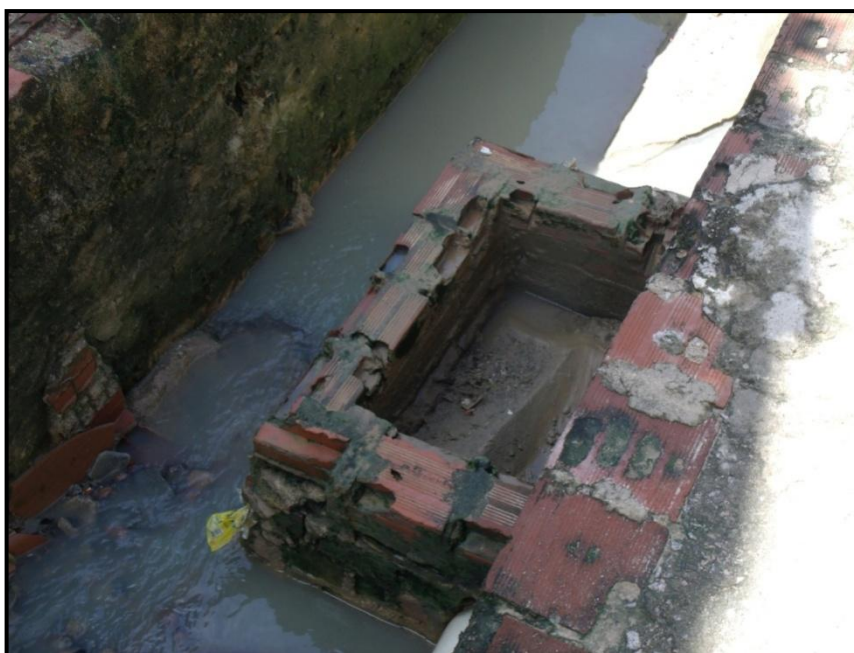
Além de morar na cidade desde que começaram a falar nessa obra eu trabalhei nela. O povo até que foi chamado pra (sic) participar em algumas reuniões (audiências públicas) com a construtora, mas ninguém aparecia. Os políticos não se interessam pelo que vai ser feito com nós (sic), mas também o povo tá nem aí pra nada, então vai cobrar o que? (M10, 2015).



Esse relato demonstra que não é só a falta de chamamento por parte do poder público que está em questão, mas também a falta de interesse da própria população que deveria zelar pelo bem comum que é seu território. Além disso, deveriam cobrar políticas públicas que pudessem melhorar o cotidiano e a qualidade geral da sua cidade, desde questões ligadas ao meio ambiente, até infraestrutura, lazer, educação, saúde, entre outros. O Plano Diretor, que deveria normatizar o uso do espaço urbano, é do ano de 2004, e mesmo do que nele está escrito muito pouco foi realizado.

Dessa forma, os donos e moradores da maioria dos domicílios não aderiu imediatamente à rede coletora do sistema de saneamento básico da Casal e permaneceram lançando os seus esgotos domésticos ou em soluções paliativas como as fossas sépticas ou até mesmo nas ruas, rede de drenagem (Figura 67) e corpos hídricos que invariavelmente tem o mar como destino final.

Figura 67: Ligação clandestina de esgoto na rede pública de drenagem urbana em Maragogi - AL



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Apesar de apenas 23,7% do esgoto da cidade ser coletado (SNIS, 2014), quando questionados se onde residem passa a rede coletora da Casal, 61% (19) dos moradores respondentes declararam que sim, enquanto que 39% (12)

afirmaram que não. Desses 61% que possuem rede na porta 95% (18) estão interligados à rede<sup>45</sup> e apenas 5% (1) ainda não, apesar da obrigatoriedade por lei de interligação onde passar rede coletora. Esse número melhorou bastante em relação aos 45% de adesão apontada por Carvalho (2013) logo após a implantação da rede. A taxa de esgotos paga nas contas, à época era de 60% percentual em cima da conta de água e hoje é de 80% o que é considerada exorbitante por muitos,

A gente já paga conta cara e ainda paga quase o dobro pro esgoto que nem funciona, vive vazando aí em todo canto, nas ruas, nas bueiras (sic) e vão tudo pra praia (M11, 2015).

Por fim, ainda sobre esse objeto, convém salientar que vários fatores contribuíram para que a população não aderisse ao projeto. A ausência da participação da população desde a elaboração do projeto, ainda, em 1990 foi indubitavelmente um dos pontos que colaboraram de forma significativa neste sentido, pois se estes atores fossem ouvidos, várias áreas que deixaram de ser atendidas pelo projeto teriam sido cobertas, a exemplo de um dos maiores conjuntos residenciais como o Adelia Lira, sendo este um dos maiores erros do projeto. Outro fator crucial foram os custos de interligação, uma vez que na ocupação espacial do centro urbano predominam casas do tipo “porta e janela<sup>46</sup>”, sem recuos frontais nem laterais e suas fossas sépticas estavam localizadas em quintais nas partes posteriores destas casas. Para que fosse feita a ligação à rede, portanto, era necessário passar a encanação por dentro da casa, literalmente, pela cozinha, corredores e sala até chegar à frente da moradia e interligar à rede que está localizada na rua. Isso significava uma grande reforma com quebra e reposição de piso, o que dificultou e muito a interligação, sobretudo nessas casas com essa disposição,

---

<sup>45</sup> Esses números corroboram com os dados coletados na Casal. Em novembro de 2016 havia 4.200 economias de água ligadas a rede da concessionária e 2.500 de ligações de esgoto ativas. Como existe rede coletora em aproximadamente 65% das ligações de água (2.730), uma média de 95% das residências e estabelecimentos estão interligados (2.500).

<sup>46</sup> As casas que não possuem recuos frontais e as portas e janelas ficam localizadas diretamente para a rua são popularmente conhecidas como de “porta e janela”.

Além de ter que quase dobrar minha conta eu tinha que quebrar toda minha casa. Gastei uma fortuna só porque fui obrigada, porque não tenho retorno algum, nada funciona, esgoto vazando por todo lado e nós pagando (sic) sempre (M12, 2015).

Outro problema grave diz respeito à operação e manutenção da rede coletora implantada. Desde o projeto em 1997, passando pelo início da implantação da rede coletora, em 2002, até a sua efetiva entrada em operação já em 2006, muito pouco foi feito por parte dos gestores públicos em políticas inclusivas que ouvissem a população e seus anseios. Após a implantação da rede em 2006 e a Estação de Tratamento de Esgotos ter entrado em operação iniciou-se a nova etapa que era a da interligação das residências a rede coletora. Algumas campanhas de conscientização foram realizadas pela Casal e uma grande audiência pública foi promovida pelo Ministério Público, no mesmo ano, que até contou com alguma adesão popular porque deveria resolver os problemas que as construtoras deixaram ao esburacar toda a cidade. Porém não passou disso. Como visto, a adesão à rede foi baixa e o sistema começou a operar com capacidade muito inferior ao construído. No entanto, com o passar dos anos, a cidade cresceu, a adesão aumentou e a falta de manutenção no sistema começou a evidenciar problemas na implantação do projeto. Os extravasamentos são constantes liberando esgoto *in natura* no meio ambiente como mostram diversas matérias publicadas em jornais virtuais (Figura 68).

Figura 68: Matérias publicadas em jornal virtual mostrando extravasamento na rede coletora de esgotos de Maragogi



Fonte: gazetaweb.com (2016).

Além destes constantes extravasamentos na rede, a Estação de Tratamento apresenta sérios problemas, algo que contribui não só para a contaminação do solo como também para a disseminação de doenças junto à população. Foi observado em campo que sua área não está devidamente cercada, sofrendo com constantes invasões de pessoas que dilapidam o patrimônio da prestadora de serviços Casal. Tal realidade foi comprovada por meio da fala de um dos gestores públicos entrevistados quando este revelou,

Várias cercas e portões foram colocados para proteger esta área e o povo tira tudo para entrar e roubar o que aqui tem. Quantas vezes sejam colocadas, tantas vezes será tirada, porque com as contenções de despesa não há segurança 24 horas aqui (GP4, 2015).

Foi observado que as lonas de Polietileno de Alta Densidade – PEAD, que recobrem os taludes das lagoas de estabilização estão danificadas devido a ações dos vândalos que invadem a área da Estação de Tratamento o que contribui de forma significativa para a contaminação do solo, tendo em vista que os resíduos que chegam às lagoas, que deveriam ser estanques e impermeabilizadas, vazam para as áreas circunvizinhas à ETE (Figura 69).

Figura 69: Problema na impermeabilização da lagoa de estabilização na ETE de Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Dessa forma, foi observado que além da falta de manutenção em todo o sistema, com extravasamentos na rede, os resíduos quando chegam à ETE não estão sendo tratados de forma correta. Apesar dos dados do SNIS (2014), demonstrarem que 100% do esgoto que é coletado no município é tratado, os efluentes resultantes do processo, logo após o seu tratamento, não estão sendo lançados diretamente no corpo receptor que deveria ser o rio Maragogi (Figura 70), mas sim em um córrego que antes de chegar ao rio contamina ainda mais o solo da região. Essa contaminação já foi denunciada inclusive ao IMA e ao Ministério Público, no entanto, nenhuma providência havia sido tomada.

Figura 70: Rio Maragogi ao fundo e em primeiro plano terreno alagado e contaminado pelos efluentes da ETE de Maragogi



Fonte: Acervo pessoal (17/07/2015).

Por fim, convém mais uma vez deixar claro que a cidade de Maragogi está longe de ter 100% de seu território saneado, como a cidade é vendida. Os dados do SNIS (2014) demonstram que apenas 23,7% do esgoto produzido pela população de Maragogi é coletado por rede, fato constatado *in loco* por este estudo. A área de abrangência do projeto foi um dos principais problemas, onde adensamentos como São Bento e Peroba ficaram de fora do projeto uma vez que não eram abastecidos pela prestadora Casal. A participação popular nas políticas públicas do município

também é insipiente e foram comprovadas nos estudos feitos com os *stakeholders* locais que quase nunca são instados a participar, e quando são, a maioria não tem interesse na participação. Depois da implantação, problemas operacionais e de manutenção fazem com que constantes extravasamentos na rede coletora e o mau funcionamento da ETE contribuam ainda mais para a degradação ambiental no município.

Em suma, apesar do turismo ser uma importante fonte de renda do município que depende da paisagem natural preservada, sobretudo em uma destinação de “sol e praia”, Maragogi continua com graves problemas ambientais, mesmo depois da implantação da rede de esgotamento sanitário em meados dos anos 2000. Esta degradação ambiental é a antítese do turismo, uma vez que a atividade tem o espaço como objeto de consumo. A degradação provocada pelo turismo contraria a lógica dessa atividade, sendo um erro grave a inexistência de planejamento, uma vez que não há atividade humana que não interfira no ambiente natural.

A falta de planejamento é um dos principais fatores do desenvolvimento desordenado no município e, conseqüentemente dos impactos negativos que o processo de turistificação acarretou à localidade desde os anos 1990.

Para tentar diminuir os impactos do esgoto no meio ambiente, a Casal, em maio de 2016, apresentou uma proposta para tentar eliminar os pontos de lançamento de esgoto nas praias. A solução proposta seria a elaboração de um projeto técnico com o objetivo de recuperar o sistema já existente, que funciona de forma precária e está subdimensionado e ampliá-lo. Além disso, o sistema do Adélia Lira seria recuperado e interligado à rede coletora atual. No entanto, a companhia não deu detalhes de como seria esse projeto e qual seria sua área de ampliação. Ao ser contatada em novembro de 2016, informou que o referido projeto encontra-se em elaboração pela equipe de engenharia da empresa.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecido por suas belezas naturais, o Município de Maragogi tem no turismo uma de suas mais importantes fontes de renda. No entanto, os problemas de saneamento básico do município é algo que vem interferindo de modo direto na atividade turística nesta localidade. Tal afirmativa se dá na medida em que os graves problemas de saneamento não só afetam a saúde da comunidade local e de pessoas que visitam a destinação como também degrada o meio ambiente e conseqüentemente a paisagem natural, que é o principal objeto de consumo em destinos de “sol e praia”, como é o caso de Maragogi, trazendo problemas para a economia local. Assim, este trabalho buscou analisar os problemas sanitários e de preservação que continuaram a existir mesmo após uma intervenção ocorrida no município para implantação de infraestrutura de esgotamento sanitário.

Este estudo mostrou que até antes de 1990, Maragogi não contava com uma rede de esgotamento sanitário tanto em sua sede municipal quanto em seus bairros e núcleos urbanos, da mesma forma que não dispunha de uma oferta turística, uma vez que o setor primário era a principal fonte de renda da localidade nesta época, pois havia apenas alguns turistas alocêntricos. Com a construção do Hotel Salinas ao território, em 1989, houve o incremento da atividade turística, o que contribuiu não só para a chegada de turistas como também para a divulgação do destino Maragogi e o incremento da economia à medida que novos equipamentos turísticos foram surgindo.

Ficou constatado que apesar de algumas ações terem sido realizadas no sentido de alavancar a atividade turística na localidade, os problemas do saneamento básico perduram até hoje, mesmo depois da implantação do projeto de saneamento básico no início dos anos 2000, quando foram gastos aproximadamente R\$ 12 milhões de reais em valores da época. As visitas realizadas in loco, da mesma forma que as entrevistas efetivadas junto aos *stakeholders* locais e turistas que apenas se utilizam do lugar por um determinado espaço de tempo, comprovam a ineficiência do que foi posto em prática, com muitos problemas percebidos desde o projeto até a implementação da rede de esgotamento sanitário na cidade.

Análises realizadas em setembro de 2015, pelo IMA, apontaram que cinco de sete praias com coletas realizadas no município de Maragogi, encontravam-se impróprias para banho, algumas delas com o Número Mais Provável de coliformes termotolerantes fecais por cada 100 mililitros (Nmp/100ml) de amostra coletada superior a 16.000 (dezesesseis mil unidades), o que é considerado esgoto *in natura*.

Para que se realize um planejamento eficaz de áreas turísticas é necessário não só ação do governo e do setor privado, mas também da sociedade. O processo de inclusão e participação popular é difícil em nosso país, porém é inconcebível pensar em desenvolvimento sustentável sem uma política pública concreta e um plano diretor que defina usos e ocupações do espaço nos diversos ecossistemas de um território sem a participação de quem realmente o conhece. Essa gestão participativa, desde a concepção da política ou projeto, garantiria que o desenvolvimento fosse sustentável e economicamente viável não só para os empreendedores que querem retorno para seu capital investido, mas também para os nativos que além de emprego e renda teria um meio ambiente preservado para ter uma melhor qualidade de vida.

A implantação do saneamento ambiental seria uma importante política pública para o desenvolvimento sustentável da atividade turística em Maragogi, que passou por um intenso processo de turistificação nos últimos anos, e ajudaria a conservar o meio ambiente e preservar a paisagem natural em seu território. No entanto, ficou constatado que quase não houve participação popular, apenas algumas iniciativas de alguns grupos mais engajados social e ambientalmente.

O estudo identificou, portanto, que mesmo após a implantação de um projeto de saneamento em Maragogi, entre as décadas de 1990 e 2000, o município continua a sofrer graves problemas ambientais relacionados ao esgoto sanitário, que degradam o meio ambiente e a paisagem local, recurso de alta importância para uma das mais importantes atividades econômicas locais, o turismo. Além da falta de participação e engajamento da população, outros problemas ocorreram. O projeto não contemplou todo o município, abrangendo menos de 2% de seu território, deixando povoados densamente habitados como São Bento e Peroba e várias outras fontes de esgoto fora de seu alcance, o qual tem como destinação final os corpos d'água e posteriormente o mar. Paralelo a isso, a rede de saneamento que



foi construída sofre com a falta de manutenção, o que provoca constantes extravasamentos de esgoto que poluem ainda mais o território.

Após a rede ser construída houve relutância entre os locais em fazer a ligação, quer seja pelas obras físicas que eram necessárias ou pelo pagamento da taxa de esgoto. Mais uma vez a não inclusão da população foi determinante, uma vez que não houve campanhas avisando da necessidade premente de se fazer esta ligação enquanto as obras ainda estavam sendo feitas. Dessa forma, foi identificado um total descaso por parte dos gestores e da prestadora do serviço Casal, tendo em vista que o planejamento deveria ser feito para todas as etapas, desde a implantação do projeto (obras) até sua operacionalização, que, na verdade, é a parte mais importante, uma vez que sem ligação à rede coletora não há esgoto a ser coletado. E sem coleta, mesmo que seja de apenas uma residência em uma rua por onde passe a rede, o fim dos dejetos do esgoto sempre será os corpos d'água e, conseqüentemente, o mar, algo que foi constatado nesse estudo.

Apesar de o turismo ser maior fonte de renda em Maragogi, parte da população ainda não entende a importância da atividade na economia do município, fato este constatado pelo estudo. Isso também levanta outro aspecto relevante na pesquisa, de que mesmo convocada a participar a população não se interessa nesta participação, como se o todo não fizesse parte da realidade deles. A maioria dos moradores entrevistados revelou que considera a qualidade do meio ambiente em Maragogi ruim ou péssima e que o turismo tem uma parcela importante de culpa em relação ao problema por ter sido responsável pelo crescimento desordenado. Apesar disso, uma parte deles entende que o turismo ajuda a conservar o meio ambiente, atrelado ao fato do trabalho que o ICMBio desenvolve com a preservação dos recifes de coral.

Outro dado importante coletado nas entrevistas foi que a própria população polui o meio ambiente de forma sistemática, seja com o descarte de resíduos sólidos em locais inapropriados ou com o lançamento de esgotos e água servidas nas ruas, mesmo em locais onde passa a rede coletora de esgotos. Estes dados mais uma vez demonstram que a intervenção realizada no território, com o objetivo de resolver os problemas de saneamento, não foi feita de forma participativa e com a inclusão da sociedade que poderia ter sido educada para que ações como essa não

acontecessem, tendo sido insuficiente para resolver os problemas ambientais no município.

Na percepção dos gestores e empreendedores entrevistados a chegada dos turistas a Maragogi trouxe importantes mudanças para a localidade uma vez que não só gerou mais emprego como também renda. Todavia, o processo de turistificação do município também gerou a visão de crescimento desordenado e problemas de meio ambiente no município. Apesar destes *stakeholders* participarem de alguma atividade ligada ao turismo, sobretudo nos ramos de hotelaria e agenciamento, parcela importante deles concordam que algumas coisas precisam melhorar para atender não só os turistas, mas também a população local. Os principais problemas citados são de infraestrutura, nela incluída a falta de saneamento básico em grande parte do município, a falta de políticas públicas consistentes, atrações turísticas que não sejam as praias e a capacitação e investimentos em mão de obra local.

Os problemas apresentados pelos turistas entrevistados seguem a mesma linha de raciocínio dos demais respondentes da pesquisa em relação ao meio ambiente e saneamento básico da localidade por eles visitada. Estes entrevistados alegaram que recomendariam o destino para amigos e familiares e que pretendiam voltar, no entanto, os problemas ambientais sobressaíram na experiência geral por eles vivida em sua estadia. A fala da maioria destes entrevistados foi a de que a localidade tem algumas das paisagens mais lindas já vistas, porém falta preservação e saneamento, o que compromete os recursos naturais para gerações futuras. Outro problema percebido foi a falta de diversidade e qualidade dos atrativos culturais, sobretudo noturnos, apesar de reconhecerem a riqueza e a criatividade do artesanato local. Por fim, a expectativa da maioria dos turistas foi atendida e os que não ficaram satisfeitos deixaram claro que foi por razões de falta de preservação do meio ambiente, o que corrobora o observado na pesquisa, onde, apesar de uma intervenção que visava solucionar os problemas ambientais do município, estes não funcionaram a contento.

O estudo alcançou todos os objetivos propostos. Constatou-se que graves problemas ambientais relacionados ao saneamento continuam ocorrendo em Maragogi, apesar da prefeitura utilizar como uma das suas estratégias de marketing

dizer que o município é 100% saneado. Em suma, apesar dos recursos naturais de Maragogi e sua paisagem natural serem o principal motivo de venda da cidade como destinação de “sol e praia”, os impactos negativos da turistificação e o crescimento desordenado e acelerado sem planejamento, levaram o município a uma grave situação de degradação ambiental que por sua vez é a antítese do turismo, uma vez que a atividade usa o espaço como objeto de consumo. Essa situação se reflete diretamente na população local, que apesar de ter o turismo como fonte de emprego e renda, também precisa conviver com um ônus real muito grande decorrente dos impactos negativos da falta de planejamento.

O planejamento do turismo é uma atividade lenta e que requer engajamento de todos os *stakeholders* envolvidos. Não há políticas públicas consistentes sem que haja participação e inclusão de quem habita o território, aquele que realmente conhece o seu chão. Portanto, cabe a todos os envolvidos no processo de planejamento e desenvolvimento das atividades turísticas voltarem-se às reais preocupações que devem ser levadas em consideração quando do planejamento e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento turístico, incluindo-se neste rol os próprios turistas que devem ter em mente a importância da preservação dos diversos recursos naturais e patrimoniais das cidades que visitam, os empresários dos mais variados ramos, as organizações do terceiro setor, enfim, todos aqueles que fazem acontecer o turismo. Esta não é uma tarefa fácil, uma vez que o turismo, por ser uma atividade econômica e por vender uma mercadoria (serviço) cuja formação envolve grande número de setores econômicos e pessoais, tende a envolver conflitos e contradições.

Não há atividade humana que não interfira no ambiente natural e as paisagens pouco a pouco vão sendo modificadas com interferência do homem que frequentemente acaba por desequilibrar o ecossistema local. Tendo em vista os ecossistemas presentes no município de Maragogi, em uma região litorânea com ambientes frágeis e sensíveis à ação antrópica, o processo de turistificação oferece ainda mais riscos à degradação do meio ambiente natural, na medida em que aumenta a carga de externalidades, em um contexto político e cultural no qual o planejamento e a gestão do turismo são muito deficientes.

Urge, mais do que nunca, um planejamento específico, amplo e participativo, visando um turismo sustentável e preocupado com o meio ambiente nas áreas de intensa turistificação no litoral de Maragogi, uma proposição que de resto de aplica, de uma forma ou de outra, a todo litoral alagoano.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS BRASIL. **Engenho Marrecas**. Disponível em: <<http://alagoasbrasil.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ALAGOAS24HORAS. **Obras de saneamento em área urbana**. Disponível em: <<http://alagoas24horas.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

AMARAL, R.F.do.; FERREIRA, R.G.; SILVA, C.B. Análise da imagem que turistas e comunidades locais tem da Área de Proteção Ambiental dos Recifes do Corais – APARC (RN). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, n. 2, p. 85-102, 2009.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, 2001.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Dados do município de Maragogi**. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2011.

ARAUJO, Lindemberg Medeiros de. Internacionalização turística de regiões periféricas emergentes: questões centrais para o litoral de Alagoas. **Latitude**, ano 1, n.1, p.103-119, Maceió, 2007.

ARBACHE, Jorge Saba. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano VII, n. 11, 12 e 13 - set./out., 2003.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório Prodetur**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/prodetur>> Acesso em: 15 dez. 2015.

BAPTISTA, Márcio; NASCIMENTO, Nilo; BARRAUD, Sylvie. **Técnicas compensatórias em drenagem urbana**. Porto Alegre: ABRH, 2002.

BARROS, Magno de Valença. **A contribuição da participação sociopolítica para o desenvolvimento do turismo sustentável no município de Maragogi, Alagoas**.

2010. 208f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, 2010.

BARROS, Nilton Cortez Crocia de. **Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: UFPE, 1998.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006, p. 63.

BERTAZZOLI, R. ; PELEGRINI, R. **Descoloração e degradação de poluentes orgânicos em soluções aquosas através do processo fotoeletroquímico**. São Paulo: Química Nova, 2002, p.470-476.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em 16 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria 2914 de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. **Ministério da Saúde**. Disponível em: < <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/PORTARIA%20No-%202.914,%20DE%2012%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202011.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 430 do Conama, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a resolução

n. 357/2005, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-Conama. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646>>. Acesso em 14 dez. 2015.

BRAMWELL, B; LANE, B. Sustainable tourism: an involving global approach. **Jornal of sustainable tourism**, v. 1, n. 1, p.1-5, 1993.

BRUDESKI, Nelson Martins. A exploração econômica do setor de turismo e os efeitos nos serviços sanitários do litoral paranaense. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 6, n. 4, 2006.

BUHALIS, D. **Marketing the competitive destination of the future**. London: Tourism Management, 2000.

BUOSI, Maria Carolina de Alcântara; LIMA, Sergio Henrique de Oliveira; LEOCÁDIO, Áurio Lúcio. A relação entre desenvolvimento sustentável e imagem de lugar de um destino turístico: proposição de um modelo estrutural. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(2), p. 261-285, maio/ago, 2014.

BUTLER. R. W. The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for management of resources. **Canadian geographer**, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

\_\_\_\_\_. **The tourism area life cycle: applications and modifications**. Clevedon, Inglaterra: Channel View, 2006.

CARIBE NORDESTINO. **Vista aérea do município de Maragogi em sua porção Sudoeste**. Disponível em: <<http://caribenordestino.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CARVALHO, Marcos Eduardo; KNUPP, Gonçalves. **Fundamentos do turismo**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

CARVALHO, Severino. Audiência pública debate saneamento em Maragogi. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 1 dez. 2004. Caderno A, p. 12.

\_\_\_\_\_. Secretário diz que a água usada em Maragogi está contaminada. **Jornal Gazeta de Alagoas** 2 dez. 2004. Caderno A, p. 16.

\_\_\_\_\_. **Maragogi, 138 anos de uma bela história.** 2013. Disponível em: <<http://costadoscorais.blogspot.com/2013/04/24/maragogi-138-anos-de-uma-bela-historia/>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Esgoto ameaça praias urbanas em Maragogi.** 2014. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=335396&e=14>>. Acesso em: 4 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sistema da Casal não cobre toda a cidade.** 2014. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=218872>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Esgotos poluem praia de Maragogi.** Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=237483>>. Acesso em: 20 jun, 2014.

\_\_\_\_\_. **Apenas 23,7% do esgoto produzido pela população de Maragogi é coletado por rede.** 2016. Disponível em: <<http://gazetawebmaragogi.com/destaques/apenas-237-do-esgoto-produzido-pela-populacao-de-maragogi-e-coletado-por-rede>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Tradução: CAETANO, Arlene. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, I. E. Paisagem e turismo: de estética, nostalgia e política. YÁZIGI (Org.). **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002.

CHOCAT, B. (Coord.). **Encyclopédie de l'hydrologie urbaine et de l'assainissement.** Paris: Eurydice 92. 1997.

COELHO, Marcio Ferreira; FERNANDES, Ivan Pereira. **Economia no turismo: teoria e prática** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Coopeagro. **Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados.** 2005. Disponível em: <<http://www.coopeagro.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

COOPER, C. **Turismo: princípios e práticas.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.



CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 35.

CORREIA, Mônica Dorigo; HILDA, Helena Sovierzoski, **Ecosistemas Marinhos: recifes, praias, manguesais**. Maceió: EDUFAL, 2005.

CORREIA, Osmar Pitta. **Uma indústria chamada turismo: o turismo dentro de uma visão realista e esclarecida sobre um dos fenômenos que mais se expande no mundo moderno**. Joinville: Clube dos Autores, 2012.

CORREIA, R. ; BRITO, C. A Importância do marketing para o desenvolvimento turístico: O caso de Montalegre. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, n. 16, p.127-143, 2011.

COSTA, Maria Clélia L. **A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 1, n. 2, 2006. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/181/147>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CROCIA, N. Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em geografia do turismo. **Turismo: visão e ação**. Vale do Itajaí, ano 5, n. 11, p. 9-28, 2012.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Política de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amalia Inez G de Lemos (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2002.

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E.S.M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DAFLON, Rogério. **Bons ventos: a trajetória vencedora da família Schmidt Grael**. Rio de Janeiro: Senac, 2007.

DALLARI, Pedro B. de Abreu, 1996. **Institucionalização da participação popular nos municípios brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Administração Pública, Caderno n. 1, p. 13-51, 1996.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DEL RIO, V. ; OLIVEIRA, L. (Orgs). **Percepção ambiental: a experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais. **Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia**. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo: USP, 2003.

DUDA, João Itácito de Moraes. **Polos de turismo em regiões subdesenvolvidas: estudo de caso do Polo Costa dos Corais, Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2013.

EDGEELL, L. D. **International tourism policy**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1990.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS. 2010. **Dados do município de Maragogi**. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FEGGER, José Elmar. et al. **Caracterização de arranjos produtivos locais de turismo: uma análise com base na teoria dos espaços**. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tp/SemMenus/eventos/seminários\\_semintur/...4/.../gt11-a1.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tp/SemMenus/eventos/seminários_semintur/...4/.../gt11-a1.pdf)>. Acesso em: Nov. 2015.

FERNANDES, Nadja Barros. **Planejamento territorial e águas urbanas em Maceió: plano diretor e a bacia hidrográfica urbana do rio Reginaldo**. 2010. 207f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FNS. **Manual de saneamento**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

GABINETE CIVIL DE ALAGOAS. **Imagem da Piscina natural em Barra Grande**. Disponível em: <[gabinetecivil.al.gov.br](http://gabinetecivil.al.gov.br)>. Acesso em: 18 dez. 2015.

GÂNDARA, J. M. G.; SOUZA, C. A; LACAY, M. C. O marketing turístico como instrumento de produção e transformação do espaço na região de Foz do Iguaçu e Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. **Revista de Cultura e Turismo - Cultur**, n. 2, agosto 2011, p. 19.

GAZETA DE ALAGOAS. **Novas regras disciplinam visitação às piscinas naturais de Maragogi, AL**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/12/novas-regras-disciplinam-visitacao-piscinas-naturais-de-maragogi-al.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Luzan Beiriz. **Turismo e sustentabilidade cultural no município de Maragogi**: um estudo de caso. 2001. 135 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2001.

GONÇALVES, Tiago Estevam. A cidade como linguagem educativa: uma discussão sobre os percursos geográficos. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra dos Garças. v.1, n. 1, p.23-33, jan/jul, 2011.

GOOGLE EARTH. **Vista aérea e satélite do município de Maragogi, suas principais praias e rios Maragogi, Salgado e Persinunga e povoados de Peroba e Ponta do Mangue**. Disponível em: <<http://www.googleearth.com.br>>. Acesso em: 14 dez. 2015 e 20 out. 2016.

GUAMBE, José Júlio Júnior. **Contribuição do turismo no desenvolvimento local em Moçambique**: caso da zona costeira de Inhambane. Moçambique: Centro de Estudos de População, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, 2007.

HALL, C.M.; PAGE, S.J. **The geography of tourism and recreation**: environment, place and space. London: Routledge, 1999.

HOTEIS BEIRA-MAR. **Piscina natural Galés de Maragogi**. Disponível em: <<http://hoteisbeiramar.com.br>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

INSKEEP, E. **Tourism planning**: an integrated and sustainable development Approach. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Estimativas 2015**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Plano de manejo da APA Costa dos Corais - Apacc**. Tamandaré, PE: Ministério do Meio Ambiente, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2015.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA. **Laudo n. 12 de 9 de agosto de 1996**. Maceió: pesquisa documental. nov. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – Ifal. **Imagem do Ifal**. Disponível em: <<http://ifal.edu.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – Inep. **Censo educacional 2015**. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

KASPARY, Manuela Grace de Almeida Rocha. **O desenvolvimento local e o desenvolvimento turístico do município de Maragogi, Alagoas**. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2012.

KÖRÖSSY, Nathália. Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno virtual do turismo**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2. 2008. p. 56-58. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewissue.php?id=28>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

KOZAK, Metin e RIMMINGTON, Mike. Tourist satisfaction with Mallorca, Spain, as an off-season holiday destination. **Journal of Travel Research**. v. 38, n. 3, p. 260-269, 2000.

LACERDA, Norma. et al. Planos diretores municipais: aspectos legais e institucionais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v.7, n.1, mai. 2005. Disponível em: <[http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR\\_v7n1.pdf](http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR_v7n1.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Fundamentos econômicos do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (org.). **Turismo: Teoria e Prática**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

LEFEBVRE, H. (1976) **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LIMA, Letícia Bianca Barros de Moraes; VILAR, José Wellington Carvalho. **A aplicação do TALC no destino turístico de sol e praia no litoral Sul de Sergipe, Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://ad.rosana.unesp.br/docview/directories/Arquivos/Cursos/Apoio%20Did%C3%A1tico/Ivanir%20de%20Azevedo%20Delv%C3%ADzio/Reda%C3%A7%C3%A3o%20Cient%C3%ADfica/Aula%2002%20G%C3%AAneros%20cient%C3%ADficos.%20%20fichamento/Texto%20J.pdf>>. Acesso: 12 abr. 2015.

LIMA, Talita Fortaleza; LOPES, Gerson Ernesto Varela. **Percepção de diferentes grupos sociais sobre o ordenamento da exploração turística das piscinas naturais de Maragogi**. 2014. Disponível em: <[http://www.pasosonline.org/Publicados/12114/PS0114\\_04.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/12114/PS0114_04.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

LOHMANN, G.; NETTO, A. P. **Teoria do turismo: conceitos modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOOCWOOD, A.; MEDLIK S. (Org). **Turismo e hospitalidade no século XXI**. Tradução: KEELING, Eliana; JOHN, Keeling. Barueri: Manole, 2003.  
LOURENÇO, Alex. Guimarães; SCHOREDER, Débora de Souza. **Vale investir em responsabilidade social empresarial stakeholders, ganhos e perdas**. Disponível em: <<http://institutoguerreiros.com.br/docs/VALE%20INVESTIR%20EM%20RESPONSABILIDADE%20SOCIAL%20EMPRESARIAL.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

LUCAS, Mariana. et al. **Tratamento dos esgotos, a medida de amenização de diversos problemas ambientais** urbanos. 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/11/lmmd.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LUCHIARI, M.T.D.P. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba – SP. 1999. 222f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1999.

MAGALHAES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education. Brasil, 2012.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. In: XXVI Simpósio Nacional de História. **Anais**. São Paulo, 2011.

MENEZES, C. Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de sol e praia**: orientações básicas. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Índice de competitividade do turismo nacional**: 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Ouro Preto, 2011.

MONTE, Benício Emanuel Omena; SANTOS, Rochana Campos de Andrade Lima. **Análise temporal da balneabilidade das praias do município de Maragogi**. In:

XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Maceió, 2015. Disponível em: <<http://www.abrh.org.br/sgcV3/index.php?PUB=3&ID=81&PAG=3>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MOURA, Sabine Mendes et al. **Letras + 20**: Uva Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro: UVA, 2012.

NEDHARDY.COM.BR. **Imagem Londres miasmática**. Disponível em: <<http://nedhardy.com>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

NEVES, Rogério da Costa. **Discussão de assuntos complexos na visão de professoras e alunos**. Jundiá: Paco, 2014.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. Programa Nacional de Municipalização do Turismo. **Planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável em nível municipal**. Madri, Espanha, 1994.

\_\_\_\_\_. **OMT. 2001**. Disponível em: <<http://www.wordtourism.org/facts/wtb.html>>. Acesso em 12 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PALMEIRA, Maria Verônica Lins. **Desenvolvimento urbano e turismo: uma análise da dinâmica urbana em Jequiá da Praia, Alagoas**. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2007.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Turismo da experiência**. São Paulo: Senac, 2010.  
PEARCE, D.G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, José A.; PINHEIRO, Otilie M. **Gestão urbana integrada e participativa e a**

implementação dos planos diretores. In: **Acesso a terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena**. Florianópolis. UFSC e Ministério das Cidades. 2008.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

PLANO MUNICIPAL DE MARAGOGI-AL (2015-2025). **I Conferência Municipal de Maragogi**. Maragogi: Secretaria Municipal de Administração, 2015.

PLOG, S. C. (1973). **Why destinations areas rise and fall in popularity**. Nova York: Cornell H.R.A., 1991.

PORATH, Soraia Loechelt. **A paisagem de rios urbanos: presença do rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau**. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp047208.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

PORTAL HISTÓRIA. **Imagem crescente fértil**. Disponível em: <<http://portalhistoria.blogspot.com>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PORTAL SANEAMENTO BÁSICO. **No Brasil 60% das internações ocorrem por falta de saneamento**. Disponível em: <<http://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/meio-ambiente/no-brasil-60-das-internacoes-ocorrem-por-falta-de-saneamento-diz-funasa/>>. Acesso em 21 set. 2016.

PORTAL TURISMO BRASIL. **Manguezal em Maragogi**. Disponível em: <<http://portaalturismobrasil.com.br>>. Acesso em 12 dez. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável – PDDS**, Lei municipal nº 365/2004. Dez. 2004.

PROJETO TÉCNICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI-AL. v. 1 – UNIDADE EXECUTORA ESTADUAL DO PRODETUR/AL. **Projeto**. Casal e Sistema PRI Engenharia. jun. 1997.  
PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA: COMPLEMENTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BAIRRO CARVÃO E POVOADO BARRA GRANDE. **Projeto**. Casal e Sistema PRI Engenharia. dez. 2005, p.10.



RECIFE RECEPTIVO. **Recifes de coral em Maragogi**. Disponível em: <<http://recifereceptivo.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

REIS, Linda G. **Produção de monografia: da teoria à prática**. 2. ed. Brasília: Senac-DF, 2008.

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento básico e sua relação o meio ambiente e a saúde pública**. 2010. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Análise Ambiental) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; NAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. São Paulo, 2008.

ROSE, Alexandre Turatti. **Turismo: planejamento e marketing**. São Paulo: Manole, 2002.

RUSCHMANN, Doris. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Turismo em análise**. São Paulo, v.4, n. 1, p. 56-68, maio 1993.

\_\_\_\_\_. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Turismo no Brasil: análise tendências**. Barueri: Manole, 2002.

\_\_\_\_\_. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2008, p. 45.

RUSCHMANN, D. V. M.; WIDMER, G.M. Planejamento turístico. In: ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, 2001, p. 65-86.

SANCHO, A. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001, p. 201.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Braziliense, 1993, p. 37.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Tânia Steren dos. **Globalização e exclusão**: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 3, n. 6. jul/dez. p.170-198, 2001.

SANTOS, M. **Técnicas, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Espaço e métodos**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SECRETARIA DE TURISMO DE MARAGOGI. **Informações de Maragogi**. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SETUR Secretaria de Turismo de Alagoas, **Planos de Investimentos 2008**. Disponível em: <<http://www.turismo.al.gov.br>>. Acesso em: set. 2010.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. **Informações sobre saneamento do município de Maragogi 2006**. Disponível em: <<http://snis.gov.br>>. Acesso em 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Informações sobre saneamento no Brasil 2014**. Disponível em: <<http://snis.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SMITH, N. **The new urban frontier; gentrification and the revanchist city**. Nova York: Routledge, 1996.

SONAGLIO, Kerlei Enele; FABBRIS, Cristine. **Turismo**: reflexões e desafios de um fenômeno contemporâneo. São Paulo: Livrus, 2012.

SOARES, S.R.A. ; BERNARDES, R.S. ; CORDEIRO NETTO, O.M. Relações entre saneamento, saúde pública e meio ambiente: elementos para formulação de um modelo de planejamento em saneamento. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 18, p. 1713-1724, 2002.

SPERLING, Marcos Von. **Lagoas de estabilização**: princípios do tratamento biológico. 2. ed. Belo Horizonte: DESA, UFMG, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In. CARLOS, A.F.A. ; LEMOS, A.I.G. (Org.) **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

THEOBALD, William F. **Turismo global**. São Paulo: Senac, 2002.

TONETO JUNIOR, R. **A situação atual do saneamento básico no Brasil**: problemas e perspectivas. 2004. 324 f. Tese (Livre-docência em economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 31.

TÖPFER, K. Keynote Speech. **Launch of the UNEP/SETAC Life Cycle Initiative, UNEP**. Prague, 2002.

TUCCI, C.E.M.; HESPANHOL, I. ; CORDEIRO NETTO, O. de M. **Gestão da Água no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2001.

TUDO NA HORA. **Turismo rural**: trilha do visgueiro. Disponível em: <<http://tudonahora.com.br>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

UOL.COM.BR. **Imagens de frutos do mar e bolo de goma da região de Maragogi**. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>. Acesso em: nov. 2015.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1990.

VERAS FILHO, L. **História do turismo em Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1991.

VISITE MARAGOGI. **Atrativos turísticos**. Disponível em: <<http://www.visitemaragogi.com>>. Acesso em: dez. 2015.

XAVIER, Adriana Cristina. O papel social do turismo. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 6, n. 1, 2006.

YAZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo**: discípulos do amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO A POPULAÇÃO

### QUESTIONÁRIO POPULAÇÃO

*Olá, esse questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado intitulada **Turismo e Meio Ambiente: Uma análise do projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi, Alagoas**, do mestrando Sr. Antonio de Padua Gomes D'Almeida Lins, e seu Orientador Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo do Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, responsável por sua execução. O objetivo deste questionário é obter informações sobre a visão da população local acerca do município de Maragogi, bem como a respeito do meio ambiente e do processo de turistificação em sua localidade. **As informações são pessoais e sigilosas** e servirão apenas para o nosso trabalho de pesquisa. Caso tenha interesse em receber o resultado deixar e-mail:*

---

**Maragogi-AL, julho de 2015.**

**Data de aplicação: Nº do Questionário:**

**Local da aplicação do questionário**

( ) Residência ( ) Rua ( ) Praia ( ) Outros \_\_\_\_\_ **Sexo** M ( ) F ( )

**1. Local de Residência/Bairro/Localidade/Tempo de Residência** \_\_\_\_\_

**2. Idade**

( ) Até 20 anos ( ) De 21 a 30 anos ( ) De 31 a 40 anos ( ) De 41 a 50 anos ( ) Acima de 50 anos

**3. Grau de instrução**

( ) Primeiro grau ( ) Segundo grau ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo

( ) Outros \_\_\_\_\_

**4. Ocupação principal**

( ) Aposentado ( ) Estudante ( ) Comerciante ( ) Funcionário público

( ) Profissional liberal \_\_\_\_\_

( ) Outros \_\_\_\_\_

**5. Nível de renda (OPCIONAL)**

( ) Até 1 Salário Mínimo ( ) 2 – 5 Salários Mínimos ( ) 5 – 15 Salários Mínimos

( ) Acima de 15 Salários Mínimos

**6. A vida do Sr. (a) mudou depois da vinda dos turistas?** ( ) Sim ( ) Não

Comentários: \_\_\_\_\_

---

**7. O Sr. (a) participa de alguma atividade que tenha relação com o turismo?**

( ) Sim ( ) Não

Comentários: \_\_\_\_\_

---

**8. O Sr. (a) gostaria de participar de alguma atividade relacionada ao turismo? Se sim, de que forma?** ( ) Sim ( ) Não

Comentários: \_\_\_\_\_

---

**9. O Sr. (a) acha que tem alguma coisa que precisa ser melhorada para atender a população e os turistas? ( ) Sim ( ) Não**

Comentários: \_\_\_\_\_

**10. Na opinião do Sr. (a) existe alguma relação entre o desenvolvimento da cidade e o turismo?**

( ) Sim ( ) Não

Comentários: \_\_\_\_\_

**11. O Sr. (a) tem alguma expectativa quanto ao desenvolvimento do turismo em sua cidade?**

( ) Sim ( ) Não

Comentários: \_\_\_\_\_

**12. O Sr. (a) morava na cidade quando foi implantado a rede de esgotos em Maragogi?**

( ) Sim ( ) Não

**Se sim, participou de alguma forma do projeto e/ou implantação da rede de esgotos?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Se não, por que não?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**13. Onde o Sr. (a) mora passa rede de esgotos na porta? ( ) Sim ( ) Não**

Comentários: \_\_\_\_\_

*Caso resposta seja NÃO pule para a pergunta 15.*

**14. Caso a resposta anterior seja SIM, a sua residência está conectada à rede de esgotos?**

( ) Sim ( ) Não

Se não, porque não? \_\_\_\_\_

**15. Na opinião do Sr. (a) como está a qualidade do meio ambiente em Maragogi?**

( ) Ruim ( ) Regular ( ) Bom ( ) Muito bom ( ) Excelente

Comentários: \_\_\_\_\_

**16. As praias são limpas? ( ) Sim ( ) Não**

**Se não, porque o Sr. (a) acha que não?** \_\_\_\_\_

**17. Na opinião do Sr. (a), o turismo contribui de alguma forma com a conservação do meio ambiente em Maragogi? ( ) Sim ( ) Não**

**Se sim, como?**

\_\_\_\_\_

---

**18. Na opinião do Sr. (a), o turismo causa algum problema para o meio ambiente em Maragogi?** ( ) Sim ( ) Não

**Se sim, como?**

---

---

**Senão, por que não?**

---

---

**19. O Sr. (a) tem alguma observação ou sugestão a fazer sobre o meio ambiente em Maragogi na sua relação ao meio ambiente?**

Comentários: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS

### QUESTIONÁRIO TURISTA

*Olá, esse questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado intitulada **Turismo e Meio Ambiente: Uma análise do projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi, Alagoas**, do mestrando Sr. Antonio de Padua Gomes D'Almeida Lins, e seu Orientador Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo do Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, responsável por sua execução. O objetivo deste questionário é obter informações sobre a visão dos turistas e dos frequentadores que visitam e/ou coabitam Maragogi e quais as razões dessa visita. **As informações são pessoais e sigilosas** e servirão apenas para o nosso trabalho de pesquisa. Caso tenha interesse em receber o resultado deixar e-mail:*

---

**Maragogi-AL, julho de 2015.**

**Data de aplicação: Nº do Questionário:**

**Local da aplicação do questionário**

( ) Hotel ( ) Rua ( ) Praia ( ) Outros \_\_\_\_\_ **Sexo** M ( ) F ( )

**1. Local de Residência/Estado** \_\_\_\_\_

**2. Idade**

( ) Até 20 anos ( ) De 21 a 30 anos ( ) De 31 a 40 anos ( ) De 41 a 50 anos ( ) Acima de 50 anos

**3. Grau de instrução**

( ) Primeiro grau ( ) Segundo grau ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo

( ) Outros \_\_\_\_\_

**4. Ocupação principal**

( ) Aposentado ( ) Estudante ( ) Comerciante ( ) Funcionário público

( ) Profissional liberal \_\_\_\_\_

( ) Outros \_\_\_\_\_

**5. Nível de renda (OPCIONAL)**

( ) Até 1 Salário Mínimo ( ) 2 – 5 Salários Mínimos ( ) 5 – 15 Salários Mínimos

( ) Acima de 15 Salários Mínimos

**6. Como o Sr. (a) ouviu falar sobre o destino Maragogi?**

( ) Indicação de amigos e/ou parentes ( ) Internet

( ) Matérias jornalísticas ( ) Agências de viagens

( ) Outros \_\_\_\_\_

**7. Qual o meio de transporte utilizado pelo Sr. (a) para chegar até o município de Maragogi?**

( ) Carro/Moto ( ) Ônibus/Van ( ) Avião/Transfer

( ) Outros \_\_\_\_\_

**8. Qual/is os motivos relacionados abaixo o levaram ao município de Maragogi?**

*A pergunta permite mais de uma resposta*

- (  ) Ócio, recreação e férias (  ) Visitas a parentes e amigos  
(  ) Negócios e motivação profissional (  ) Hospitalidade do povo  
(  ) Segurança (  ) Gastronomia  
(  ) Cultura (  ) Praias  
(  ) Localização (  ) Ar puro  
(  ) Conhecer novos lugares (  ) Belas paisagens  
(  ) Qualidade de vida (  ) Convenções/Congressos  
(  ) Outros \_\_\_\_\_

**9 - Como o Sr. (a) classificaria o atendimento, sobretudo no tocante a qualificação profissional nos diversos empreendimentos turísticos que o Sr. (a) vivenciou?**

- (  ) Ruim (  ) Regular (  ) Bom (  ) Muito bom (  ) Excelente

Comentários: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**10 – Quanto à limpeza das praias e a conservação do meio ambiente em geral, qual a visão do Sr. (a) sobre a situação vivida in loco?**

- (  ) Ruim (  ) Regular (  ) Bom (  ) Muito bom (  ) Excelente

Comentários: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**11 – Qual opinião do Sr. (a) sobre a variedade e a qualidade da gastronomia local?**

- (  ) Ruim (  ) Regular (  ) Bom (  ) Muito bom (  ) Excelente

Comentários: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**12 – O que o Sr. (a) achou quanto à diversidade e qualidade das opções culturais disponíveis na cidade?**

- (  ) Ruim (  ) Regular (  ) Bom (  ) Muito bom (  ) Excelente

Comentários: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**13 – Tendo em vista sua EXPERIÊNCIA GERAL VIVENCIADA EM SUA ESTADIA na cidade de Maragogi, como o Sr. (a) qualificaria esta experiência?**

- (  ) Ruim (  ) Regular (  ) Bom (  ) Muito bom (  ) Excelente

Comentários: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**14–O Sr. (a) recomendaria o destino para amigos e/ou familiares?**

- (  ) Sim (  ) Não

Comentários: \_\_\_\_\_



---

**15. Em relação às expectativas que o Sr. (a) tinha em relação ao destino Maragogi, até que ponto essas expectativas foram atendidas?**

( ) Ruim ( ) Regular ( ) Bom ( ) Muito bom ( ) Excelente

Comentários: \_\_\_\_\_

---

**16. O Sr. (a) tem alguma observação e/ou sugestão a fazer sobre o destino?**

Comentários: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

## ANEXO A – TABELAS DE BALNEABILIDADE – ANOS 2001 A 2015

As tabelas de balneabilidade foram construídas com base em dados do IMA que iniciou as coletas e análises em Maragogi em junho de 2001. Foram considerados seis pontos por melhor representar toda a faixa litorânea da área de estudo e seu recorte, de Norte a Sul do município. A nível de temporalidade foram considerados os meses de janeiro, junho e dezembro que representam os meses de temporada turística e os meses de inverno e verão. O IMA não dispunha dos dados de 2008, 2009, 2011, 2013 e 2014 além dos meses de janeiro de 2005 e dezembro de 2007. Em 2015 foram incluídos mais dados, devido ao acompanhamento de algumas coletas in loco, estando o pesquisador em trabalho de campo durante estas datas. Nota-se que alguns dados estão com a contagem do NMP\* (dados apresentados nas tabelas em meses com asteriscos) de coliformes termotolerantes por cada 100/ml de amostra e outros não possuem essa informação por não estar disponível na base de dados do IMA. A praia é considerada própria contato primário, portanto balneável, quando a contagem do Número Mais provável de coliformes termotolerantes (NMP) é igual ou abaixo que 1.000 (mil).

<b>2001</b>			
	ATÉ MAIO 2001	JUNHO	DEZEMBRO
		05/06/01	04/12/01
Em frente à Foz do Rio Salgado	NÃO HAVIA MONITORAMENTO	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	NÃO HAVIA MONITORAMENTO	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Maragogi	NÃO HAVIA MONITORAMENTO	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	NÃO HAVIA MONITORAMENTO	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Praça Multieventos	NÃO HAVIA MONITORAMENTO	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	NÃO HAVIA MONITORAMENTO	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Persinunga	NÃO HAVIA MONITORAMENTO	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA

Fonte: IMA (2015)

<b>2002</b>			
	JANEIRO	JUNHO	DEZEMBRO
	07 E 08/01/02	04/06/02	05/12/02
Em frente à Foz do Rio Salgado	PRÓPRIA	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Maragogi	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA
Em frente à Praça Multieventos	PRÓPRIA	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	PRÓPRIA	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Persinunga	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA

Fonte: IMA (2015)

<b>2003</b>				
	JANEIRO	JUNHO	DEZEMBRO*	
	06/01/03	02/06/03	01/12/03	
Em frente à Foz do Rio Salgado	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	3.000
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	PRÓPRIA	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	≥ 1.600
Em frente à Foz do Rio Maragogi	PRÓPRIA	PRÓPRIA	PRÓPRIA	30
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	≥ 1.600
Em frente à Praça Multieventos	PRÓPRIA	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	5.000
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	PRÓPRIA	PRÓPRIA	PRÓPRIA	30
Em frente à Foz do Rio Persinunga	PRÓPRIA	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	≥ 16.000

Fonte: IMA (2015)

<b>2004</b>			
	JANEIRO	JUNHO	DEZEMBRO
	12/01/04	07/06/04	06/12/04
Em frente à Foz do Rio Salgado	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Maragogi	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Praça Multieventos	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Persinunga	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA

Fonte: IMA (2015)

<b>2005</b>			
	JANEIRO	JUNHO	DEZEMBRO
	11/01/05	06/06/05	05/12/05
Em frente à Foz do Rio Salgado	—	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	—	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Maragogi	—	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	—	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Praça Multieventos	—	IMPRÓPRIA	—
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	—	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Persinunga	—	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA

Fonte: IMA (2015)

<b>2006</b>				
	JANEIRO	JUNHO	DEZEMBRO*	
	10/01/06	05/06/06	04/12/06	
Em frente à Foz do Rio Salgado	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	9.000
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA	80
Em frente à Foz do Rio Maragogi	—	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	9.000
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA	230
Em frente à Praça Multieventos	—	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA	300
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA	300
Em frente à Foz do Rio Persinunga	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	IMPRÓPRIA	5.000

Fonte: IMA (2015)

<b>2007</b>					
	JUNHO*		JUNHO*		DEZEMBRO
	02/05/07		10 E 11/06/07		—
Em frente à Foz do Rio Salgado	IMPRÓPRIA	5.000	PRÓPRIA	300	—
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	PRÓPRIA	170	PRÓPRIA	700	—
Em frente à Foz do Rio Maragogi	IMPRÓPRIA	2.400	PRÓPRIA	20	—
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	PRÓPRIA	300	IMPRÓPRIA	2.400	—
Em frente à Praça Multieventos	PRÓPRIA	140	IMPRÓPRIA	2.400	—
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	PRÓPRIA	300	PRÓPRIA	300	—
Em frente à Foz do Rio Persinunga	IMPRÓPRIA	9.000	IMPRÓPRIA	1.300	—

Fonte: IMA (2015)

<b>2010</b>						
	JANEIRO*		JUNHO*		DEZEMBRO*	
	11 E 12/01/10		07 E 08/06/10		13 E 14/12/10	
Em frente à Foz do Rio Salgado	PRÓPRIA	210	IMPRÓPRIA	2.800	IMPRÓPRIA	5.000
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	IMPRÓPRIA	5.000	PRÓPRIA	220	PRÓPRIA	300
Em frente à Foz do Rio Maragogi	PRÓPRIA	800	PRÓPRIA	800	IMPRÓPRIA	5.000
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	IMPRÓPRIA	1.300	PRÓPRIA	230	PRÓPRIA	110
Em frente à Praça Multieventos	IMPRÓPRIA	1.300	PRÓPRIA	230	PRÓPRIA	300
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	IMPRÓPRIA	2.800	PRÓPRIA	230	PRÓPRIA	800
Em frente à Foz do Rio Persinunga	PRÓPRIA	< 20	IMPRÓPRIA	1.400	IMPRÓPRIA	2.400

Fonte: IMA (2015)

<b>2012</b>				
	JANEIRO*		JUNHO	DEZEMBRO
	02 E 03/01/12		04/06/12	04/12/12
Em frente à Foz do Rio Salgado	PRÓPRIA	500	PRÓPRIA	IMPRÓPRIA
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	PRÓPRIA	40	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Maragogi	PRÓPRIA	800	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	PRÓPRIA	40	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Praça Multieventos	PRÓPRIA	< 20	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	PRÓPRIA	< 20	PRÓPRIA	PRÓPRIA
Em frente à Foz do Rio Persinunga	IMPRÓPRIA	1.700	IMPRÓPRIA	PRÓPRIA

Fonte: IMA (2015)

<b>2015</b>						
	JANEIRO*		FEVEREIRO*		FEVEREIRO*	
	27 E 28/01/15		03 E 04/02/15		09 E 11/02/15	
Em frente à Foz do Rio Salgado	PRÓPRIA	490	PRÓPRIA	< 18	IMPRÓPRIA	1.700
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	PRÓPRIA	45	PRÓPRIA	< 18	PRÓPRIA	20
Em frente à Foz do Rio Maragogi	IMPRÓPRIA	1.700	PRÓPRIA	170	IMPRÓPRIA	5.400
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	PRÓPRIA	20	PRÓPRIA	< 18	PRÓPRIA	< 18
Em frente à Praça Multieventos	PRÓPRIA	< 18	PRÓPRIA	40	PRÓPRIA	460
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	PRÓPRIA	< 18	PRÓPRIA	< 18	IMPRÓPRIA	2.400
Em frente à Foz do Rio Persinunga	PRÓPRIA	790	IMPRÓPRIA	≥ 1.600	IMPRÓPRIA	3.500

Fonte: IMA (2015)

<b>2015</b>						
	FEVEREIRO*		SETEMBRO*		SETEMBRO*	
	24 E 25/02/15		13/09/15		29/09/15	
Em frente à Foz do Rio Salgado	IMPRÓPRIA	1.700	IMPRÓPRIA	1.300	IMPRÓPRIA	≥ 16.000
Em frente à Escola Manoel M. Costa - São Bento	PRÓPRIA	170	PRÓPRIA	330	IMPRÓPRIA	5.400
Em frente à Foz do Rio Maragogi	IMPRÓPRIA	9.200	IMPRÓPRIA	2.400	IMPRÓPRIA	1.400
Em frente à Praça da Melhor Idade - Centro	PRÓPRIA	230	PRÓPRIA	170	PRÓPRIA	230
Em frente à Praça Multieventos	PRÓPRIA	220	IMPRÓPRIA	2.400	IMPRÓPRIA	≥ 16000
Em frente à Rua Nossa Senhora da Guia - Barra Grande	PRÓPRIA	68	PRÓPRIA	130	PRÓPRIA	45
Em frente à Foz do Rio Persinunga	IMPRÓPRIA	9.200	PRÓPRIA	230	IMPRÓPRIA	≥ 16.000

Fonte: IMA (2015)